

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

FERNANDA ARAÚJO DE SOUSA

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE  
COLEÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA  
DA ESCOLA (PNBE)

Rio de Janeiro

2017

FERNANDA ARAÚJO DE SOUSA

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE  
COLEÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA  
DA ESCOLA (PNBE)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do Grau  
de bacharel em Biblioteconomia pela Escola  
de Biblioteconomia da Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone da Rocha  
Weitzel

Rio de Janeiro

2017

**S725c** Sousa, Fernanda Araújo de  
Contribuições da teoria de formação e desenvolvimento de coleções  
para o aprimoramento do programa nacional biblioteca da escola (PNBE) /  
Fernanda Araújo de Sousa. – 2017.  
117 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone da Rocha Weitzel  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

1. Biblioteca Escolar. 2. Formação e Desenvolvimento de Coleções. 3.  
Política de Seleção. 4. Programa Nacional Biblioteca na Escola. I. Weitzel,  
Simone da Rocha. II. Título.

CDD 027.8

FERNANDA ARAÚJO DE SOUSA

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE  
COLEÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA  
DA ESCOLA (PNBE)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do Grau  
de bacharel em Biblioteconomia pela Escola  
de Biblioteconomia da Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone da Rocha Weitzel (Orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Daniele Achilles Dutra da Rosa  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Dedico a minha família...

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por todas as bênçãos concedidas durante a minha vida.

A minha família, que é fonte de amor, conforto e alegria e que sempre me apoiou nos momentos mais difíceis. Sem vocês essa caminhada não teria tanto valor porque vocês são um dos meus maiores incentivos para correr atrás dos meus sonhos. Meus pais, Isabel e Geraldo, são exemplos de superação. Meus irmãos, Amanda e Rafael, meus melhores amigos e companheiros de todas as horas.

A grande parte dos meus professores desde a pré-escola até a universidade. Eles foram fonte de inspiração e abriram os meus olhos para todas as possibilidades que eu tinha na minha vida. Obrigada por sempre incentivarem a busca do conhecimento como a forma que temos para transformamos a nossa realidade.

Um agradecimento a professora Adelícia, quem primeiro me apresentou a biblioteconomia.

Aos amigos que fiz na faculdade. Cada um de vocês representa muito para mim e com certeza tornaram a minha caminhada muito mais linda.

A todos os meus amigos da EMERJ, meu primeiro e único estágio. Conheci pessoas maravilhosas que quero levar para o resto da vida. Aprendi muito nesse espaço e foi extremamente significativo para mim. Eles me acolheram em um momento bem difícil da minha vida. Obrigada por cada palavra de incentivo e por sempre acreditarem em mim.

A todos os meus amigos do CREIR - Colégio Pedro II. Lugar de desafio que me permite conviver com a diversidade e aprender a cada dia mais, me reinventando e transformando.

A minha orientadora Simone. Sou muito grata pela acolhida, troca de conhecimento, paciência e comprometimento. Cada uma de suas orientações me ajudou a iluminar o caminho que eu tinha que trilhar na minha pesquisa.

Memória não tem filtro e armazena tudo. Memória a gente não rasga, não joga no lixo, não lava com sabão. Memória é sentinela, e nos vigia sempre. A memória não vê, mas não tira o olho. Vai somando vida afora. Tudo que a gente olha, ouve, toca, come, cheira, a memória não esquece. E, de repente, transborda mais que enchente. Coisas que a gente só imaginou, a memória guarda. E fatos que a gente nem sabia rompem sem mais nem menos no pensamento

[...]

(QUEIRÓS, 2006, p. 11)

## RESUMO

Tendo em vista a importância da formação de coleções adequadas em bibliotecas escolares que correspondam aos objetivos da instituição e satisfaça as necessidades de informação da comunidade, este trabalho tem como objetivo apresentar contribuições para o aprimoramento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) à luz da teoria biblioteconômica de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Quanto à metodologia, a pesquisa pode ser caracterizada como aplicada, descritiva e qualitativa. Empregou-se como procedimento técnico a pesquisa documental que teve como objeto o Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015. Para a análise do conteúdo do edital foi construído um quadro onde foram utilizadas categorias teóricas elaboradas a partir da teoria biblioteconômica sobre política e atividade de seleção presente no processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções. O quadro permitiu averiguar como cada categoria é tratada tanto na teoria de FDC quanto no PNBE. Como resultados obtidos apontam-se as seguintes contribuições: transferência da responsabilidade pela escolha inicial dos livros que é feita pelos editores para os profissionais do PNBE encarregados da seleção; constituição de uma comissão deliberativa com a presença de professores e bibliotecários de várias regiões do país e inclusão do critério de autoridade no conjunto de critérios usados pelo programa. Salienta-se que o atual formato do programa impossibilita a utilização de outros procedimentos identificados. Finaliza-se sugerindo algumas mudanças no formato do PNBE que possibilitaria o seu aprimoramento.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Formação e Desenvolvimento de Coleções. Política de Seleção. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

## SUMMARY

Considering the importance of the formation of appropriate collections in school libraries that correspond to the institution's objectives and satisfy the information needs of the community, this paper aims to present contributions for the improvement of the Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) in view of Librarianship's theory of Collection Development. Regarding methodology, the research can be characterized as applied, descriptive and qualitative. It was used the documentary research as a technical procedure in which the object was the "Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015". For the content analysis of the edict it was constructed a table with theoretical categories that was elaborated from the Librarianship's theory about politics and selection activity inside the process of Collection Development. The table displayed how each category is treated in both FDC theory and PNBE. The following results are obtained: transfer of responsibility for the initial selection of the books that is made by the editors to the PNBE professionals in charge of the selection; constitution of a deliberative committee with the presence of teachers and librarians from various regions of the country; and inclusion of the criterion of authority in the set of criteria used by the program. It should be noted that the current format of the program makes it impossible to use other identified procedures. It ends by suggesting some changes in the PNBE format that would allow for its improvement.

Keywords: School Library. Collection Development. Selection Policy. National School Library Program (PNBE).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> – Elementos de um Projeto Político Pedagógico (PPP)	23
<b>Quadro 2</b> – Tópicos para os estudantes assinalarem sobre seus interesses de leitura	34
<b>Quadro 3</b> – Ações realizadas no ano de 2003	47
<b>Quadro 4</b> – Qualidade do texto	55
<b>Quadro 5</b> – Adequação Temática	56
<b>Quadro 6</b> – Projeto Gráfico	56
<b>Quadro 7</b> – Tratamento das categorias teóricas no processo de seleção de acordo com a teoria de FDC e segundo o Edital de 2015 do PNBE	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	American Library Associations
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação
DOU	Diário Oficial da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FDC	Formação e Desenvolvimento de Coleções
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB/LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBES	Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Nacionais Curriculares
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCALBI	Produção Catarinense de Literatura Bibliotecária
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SIMAD	Sistema do Material Didático
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VOLP	Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	<b>Objetivo geral</b> .....	16
1.2	<b>Objetivos específicos</b> .....	16
2	<b>FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS ESCOLARES</b> .....	17
2.1	<b>Biblioteca escolar</b> .....	17
2.1.1	<i>Biblioteca escolar: políticas educacionais, legislações, diretrizes e parâmetros</i> .....	19
2.1.2	<i>Biblioteca escolar e escola: um diálogo necessário</i> .....	22
2.1.2.1	<i>Projeto Político Pedagógico</i> .....	23
2.1.2.2	<i>Currículo</i> .....	24
2.2	<b>Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares</b> .....	26
2.2.1	<i>Diagnóstico do acervo: estrutura para coleções</i> .....	28
2.2.2	<i>Estudo de Comunidade</i> .....	30
2.2.3	<i>Política de seleção</i> .....	35
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	42
4	<b>DESCRIÇÃO, ANÁLISES E RESULTADOS</b> .....	44
4.1	<b>Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)</b> .....	44
4.1.1	<i>Histórico</i> .....	45
4.1.2	<i>Descrição do Edital PNBE 2015</i> .....	49
4.2	<b>Contribuições da Teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções para o Programa Nacional Biblioteca na Escola</b> .....	57
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	69
	<b>ANEXO A – EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DE LITERATURA PARA O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: PNBE 2015</b> .....	73

## 1 INTRODUÇÃO

Na atual sociedade, o ato de ler configura-se como o principal processo cognitivo, visto que, de acordo com Silva (1986) é um ato de conhecimento. E conhecer significa perceber as forças existentes tanto no mundo da natureza quanto no mundo dos homens, e assim poder compreendê-las e transformá-las. Dessa forma, entende-se a leitura como um “[...] instrumento civilizatório de reflexão e compreensão da realidade [...]” por permitir a “[...] inserção do homem na história e no seu tempo através da análise crítica dos registros ou documentos veiculados pela escrita [...]”. Ao considerar a escrita como um instrumento de domínio empregado há muito tempo por uma classe social sobre outras, pode-se compreender a função social da leitura enquanto meio de conscientização (SILVA, 1986, p. 17). É através dessa conscientização que as pessoas podem direcionar-se para determinados fatos e relações presentes na realidade de forma dialética e distanciar-se deles com o objetivo de refleti-los, questioná-los e transformá-los caso seja necessário.

A biblioteca escolar entra nesse cenário, de acordo com Abreu (2016), como o espaço que tem a função de coletar e disponibilizar recursos informacionais variados produzidos pela sociedade, possibilitando, dessa forma, a efetivação do ato de ler. No que se refere às bibliotecas presentes em escolas públicas, a sua importância é ampliada, uma vez que essa instituição atende a grande maioria das crianças menos favorecidas, as quais tem o primeiro contato com os livros nesse estabelecimento. No entanto, segundo Silva (1986, p. 13-14) não basta que crianças e jovens tenham contato com qualquer livro. É necessário haver uma seleção dos títulos adequados à faixa etária e interesse dos mesmos, uma vez que existem obras que apresentam referenciais que estão totalmente de acordo com os ditames postos pela classe dominante que visa à alienação e o embrutecimento dos indivíduos. Em contrapartida, “[...] existem obras cuja preocupação é a expressão e a transformação da vida dos homens. Mais especificamente, existe uma literatura de fruição e de libertação ou mudança.”. Portanto, cumpre aos bibliotecários e professores saber distinguir claramente entre esses dois tipos de leitura, de maneira que o processo de socialização e educação das novas gerações, dentro do qual a leitura é o principal processo cognitivo, possa ser mais pertinente e significativo.

A vista disto entende-se a importância de uma seleção de materiais de informação apropriados nas bibliotecas escolares. A teoria biblioteconômica compreende a seleção de títulos como uma das etapas do processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC), que segundo Evans (2005) é composto por seis componentes: estudo de comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. O mesmo autor define o

desenvolvimento de coleções como um processo que procura identificar as forças e as fraquezas do acervo de uma biblioteca no que tange às necessidades dos usuários e os recursos de informação existentes, tentando corrigir as fraquezas, caso existam. Esse processo contribui para que a biblioteca ou unidade de informação torne-se um órgão ativo da instituição a qual pertence, possibilitando a transformação do indivíduo por meio da leitura, bem como do acesso a documentos que vão ao encontro das necessidades dos seus usuários e à missão da instituição mantenedora.

As bibliotecas escolares brasileiras enfrentam vários desafios que impossibilitam a realização do processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções e de vários outros processos biblioteconômicos que a tornariam um órgão dinâmico dentro da escola. O principal desafio é a não existência de bibliotecas nos espaços escolares. Segundo dados apresentados por Cruz e Monteiro (2017) no “Anuário Brasileiro da Educação Básica: 2017”, das escolas públicas que oferecem o ensino fundamental, apenas 46,4% possuem biblioteca ou sala de leitura. Sendo que ao considerar apenas o número de bibliotecas, esse número cai para apenas 27%. Com relação às escolas que oferecem o ensino médio, os números são mais altos, cerca de 86,5% conta com biblioteca ou sala de leitura<sup>1</sup>. Mas ao considerar apenas o número de bibliotecas, esse resultado cai para 54%. É fundamental diferenciar esses dois espaços: as bibliotecas contam com bibliotecários na sua gestão, enquanto que nas salas de leitura esse trabalho é realizado por professores. Ao comparar esses dados com os apresentados pelo Instituto Pró-Livro (2016) através da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, quanto às principais formas de acesso aos livros, os resultados apresentados são: em primeiro lugar: comprados; em segundo: presenteados; em terceiro: emprestados por alguém da família; e em quarto: emprestados em bibliotecas de escolas. Ao cruzar esse dado com o fato de que 60% dos considerados não leitores pertencem às classes D/E e que os mesmos representam 87% dos não compradores de livros, percebe-se a importância da presença de bibliotecas nas escolas com um acervo formado com base nos pressupostos orientados pela teoria de FDC que contribui para uma maior integração entre a biblioteca e a sua comunidade.

Com o objetivo de atualizar e manter os acervos das bibliotecas escolares, o governo federal criou em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que objetiva a

---

<sup>1</sup> A resolução SME nº 1072 de 31 de março de 2010 do município do Rio de Janeiro dispõe sobre as salas de leitura definindo-a como espaços direcionados para o incentivo a leitura e a formação de leitores e que devem acessíveis à comunidade escolar o horário de funcionamento da escola (RIO DE JANEIRO, 2007). Essa resolução prevê a responsabilidade desse espaço aos professores, que são denominados professores regentes da sala de leitura.

formação e qualificação do acervo de bibliotecas escolares através da distribuição de obras de literatura, referência e pesquisa. Dada a relevância do programa para proporcionar a atualização dos acervos das bibliotecas escolares brasileiras, o presente trabalho tem o objetivo de trazer contribuições da teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções para o aprimoramento do Programa Nacional Biblioteca da Escola. O PNBE trabalha com quatro vertentes: PNBE literário, PNBE professor, PNBE periódicos e PNBE temático. Dentre essas vertentes, escolheu-se trabalhar com o PNBE literário, por concordar com a afirmação de Coelho (2000, p. 15) que atribui ao livro a maior responsabilidade pela “[...] formação da consciência de mundo das crianças e dos jovens”. Para Fernandes e Cordeiro (2012) o texto literário oferece aos leitores conhecimentos que ultrapassam a interpretação textual, pois através das construções de sentidos, dialoga com o leitor, construindo-se a partir da bagagem de mundo de cada um.

Este trabalho justifica-se pela relevância social do tema, visto que as bibliotecas escolares constituem espaços propícios para o desenvolvimento do pensamento crítico de crianças e jovens proporcionado pelo ato de ler. E também pela carência de estudos relacionados à biblioteca escolar, principalmente no tocante a Formação e o Desenvolvimento de Coleções nesse tipo de biblioteca.

Além disso, verificando-se a literatura sobre o PNBE em bases de dados especializadas, tais como Oasisbr, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Domínio Público, Produção Catarinense de Literatura Bibliotecária (PROCALBI) e Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar (LIBES) utilizando como palavras-chave “PNBE” e “Programa Nacional Biblioteca da Escola”, percebeu-se que nenhum estudo foi realizado à luz da teoria biblioteconômica. Os estudos encontrados são provenientes, principalmente, da área de Educação. A quantidade de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares, especificamente de políticas de seleção de obras literárias, também é muito limitada. No que tange a seleção de obras literárias, muitas pesquisas também são provenientes de áreas como Pedagogia e Letras.

Diante do exposto, percebeu-se a importância de se analisar o PNBE, que influencia de forma significativa na configuração do acervo de bibliotecas escolares, procurando contribuir com a efetividade do mesmo, e também reforçar o papel do bibliotecário no processo de seleção, porque como afirma Vergueiro (2010) esse profissional tem algo a dizer quanto à seleção de documentos para a biblioteca, porque ele tem o conhecimento dos usuários e do acervo da instituição na qual trabalha.

Com relação à metodologia, este trabalho pode ser classificado quanto à finalidade como uma pesquisa aplicada. Quanto ao objetivo configura-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa. O procedimento técnico utilizado foi à pesquisa documental e o objeto de análise foi o “Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015”. A análise do edital é baseada em três categorias teóricas formuladas com base na literatura especializada de Formação e Desenvolvimento de Coleções, mais especificamente do processo de seleção e de acordo com o Edital acima citado: Universo de Títulos; Responsáveis pela Seleção; e Critérios de Seleção.

O problema de pesquisa do presente trabalho é verificar “Quais as contribuições que a teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções pode oferecer para o aprimoramento do Programa Nacional Biblioteca da Escola?”. Com o objetivo de responder a essa questão, o trabalho foi dividido em três seções. A primeira seção primária, denominada Formação e Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas escolares, apresenta duas seções secundárias. A primeira seção secundária aborda a biblioteca escolar, apresentando sua definição, missão, e objetivos, contando com a fundamentação teórica de autoras como Adelaide Côrte (2011), Suelena Bandeira (2011), Bernadete Campello (2016), e também o Manifesto da IFLA/UNESCO (1999) sobre bibliotecas escolares. Em uma seção terciária, discorre-se sobre as principais políticas educacionais, legislações, diretrizes e parâmetros que norteiam a educação brasileira e que possibilitaram o florescimento das bibliotecas escolares no Brasil, com base em autoras como Neusa Macedo (2005), Fernanda Guimarães (2016) e Maria Isabel Barreira (2016) e em documentos oficiais. Por fim, em uma seção quaternária, é estabelecido um diálogo entre a escola e a biblioteca escolar através da descrição dos principais documentos que fundamentam o processo de ensino aprendizagem de uma escola: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Currículo, de acordo com as autoras Neusa Macedo (2005), Helena Sampaio (2012), Andréa Fetzner (2013) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013).

A segunda seção secundária trata sobre a Formação e o Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas escolares com enfoque na etapa de seleção e sua política, bem como, a etapa de estudo da comunidade e o diagnóstico de acervo, visto que, ambos geram dados que são de vital importância para a elaboração da política de Desenvolvimento de Coleções e a execução do processo como um todo. Essa seção secundária conta com o aporte teórico de autores como Arthur Curley (1985), Dorothy Broderick (1985), Waldomiro Vergueiro (1989, 2010), Nice Figueiredo (1993) Edward Evans (2005), Alba Maciel (2006), Marília Mendonça (2006), Simone Weitzel (2012, 2013), Vera Lúcia Abreu (2016) e Marcia Mardis (2016).

A próxima seção primária corresponde à metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, e foi fundamentado nos autores Antonio Gil (2008), Cleber Prodanov (2013) e Ernani Freitas (2013). A terceira seção primária, intitulada Descrição, Análises e Resultados, apresenta o Programa Nacional Biblioteca da Escola e descreve o Edital do PNBE de 2015 que é o objeto de análise deste trabalho. Em seguida é exposto um quadro de análise entre a literatura especializada em FDC e o Edital de 2015 com base nas categorias teóricas: Universo de Títulos; Responsáveis pela Seleção; e Critérios de Seleção. Essas categorias são explicadas na seção 4.2 Contribuições da teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções para o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

As considerações finais apresentam reflexões obtidas a partir da realização da revisão de literatura e da avaliação dos resultados obtidos com base na análise do Edital do PNBE 2015. Também apresenta sugestões de estratégias para solucionar questões que foram identificadas como obstáculos na implementação das contribuições verificadas.

### **1.1 Objetivo geral**

- Descrever quais são as contribuições da teoria de formação e desenvolvimento de coleções para o Programa Nacional Biblioteca da Escola a fim de possibilitar o aprimoramento do Programa.

### **1.2 Objetivos específicos**

- Verificar quais são os elementos essenciais do processo de seleção em bibliotecas escolares.
- Identificar quais são os critérios para selecionar obras de literatura infanto-juvenil de acordo com a literatura especializada de Biblioteconomia.
- Descrever o PNBE, identificando seus principais elementos.
- Verificar a correspondência entre as questões teóricas em seleção com o PNBE.

## **2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS ESCOLARES**

Esta seção trata sobre a Formação e o Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas escolares. Primeiramente apresentou-se a definição, a missão, e os objetivos de bibliotecas escolares. Posteriormente foram elencadas as principais políticas educacionais, legislações, diretrizes e parâmetros que norteiam a educação brasileira e que possibilitaram o florescimento das bibliotecas escolares no Brasil.

Em seguida foi estabelecido um diálogo entre a escola e a biblioteca escolar através da descrição dos principais documentos que fundamentam o processo de ensino aprendizagem em uma escola: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Currículo. Trabalhar esses documentos é fundamental, visto que autores como Vergueiro (1989, 2010), Côrte e Bandeira (2011) e Abreu (2016), os citam como um dos guias norteadores no processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas escolares.

Depois de adentrar as principais questões da biblioteca escolar, o trabalho versa sobre a Formação e o Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas escolares com enfoque na etapa de seleção e sua política, bem como, a etapa de estudo da comunidade e o diagnóstico de acervo, visto que, estes últimos geram dados que são de vital importância para a elaboração da política de desenvolvimento de coleções e a execução do processo como um todo.

### **2.1 Biblioteca Escolar**

Segundo Campello (2016) a biblioteca escolar é o melhor espaço para promover experiências criativas de uso da informação. Ao retratar o ambiente informacional da sociedade contemporânea, a biblioteca aproxima o estudante de uma realidade que ele vai vivenciar no seu cotidiano como profissional e como cidadão. Côrte e Bandeira (2011) corroboram com essa ideia de Campello ao trazerem a “informação” como matéria prima da biblioteca escolar em qualquer uma das funções que desempenha. Entende-se que a informação permite a geração e construção do conhecimento pelo estudante. E que o conhecimento adquirido nesse espaço o acompanhará durante a vida toda.

De acordo com o IFLA/UNESCO School Library Manifesto (1999), a missão da biblioteca escolar é “[...] oferecer serviços de apoio à aprendizagem, livros e recursos que permitam que todos os membros de uma comunidade escolar tornem-se pensadores críticos e consequentemente verdadeiros usuários da informação em todos os formatos e mídias.”.

O IFLA/UNESCO School Library Manifesto (1999) apresenta nove objetivos que a biblioteca escolar deve alcançar. Esses objetivos são fundamentais para o desenvolvimento do letramento informacional <sup>2</sup>, do ensino e da aprendizagem, e podem ser considerados o núcleo dos serviços prestados pela biblioteca escolar:

- apoiar e promover os objetivos educacionais traçados na missão da escola e no seu currículo;
- desenvolver e manter nas crianças o hábito e prazer da leitura e aprendizagem, e o uso das bibliotecas durante suas vidas;
- oferecer oportunidades para experiências na criação e uso da informação para conhecimento, entendimento, imaginação e prazer;
- apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar informação, apesar da forma, suporte ou meio, incluindo a sensibilidade para os modos de comunicação da comunidade;
- prover acesso a recursos e oportunidades locais, regionais, nacionais e globais que exponham os estudantes a ideias, experiências e opiniões diversas;
- organizar atividades que encorajem a conscientização cultural e social e a sensibilidade
- trabalhar com os estudantes, professores, administradores e pais para alcançar a missão da escola
- proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais para uma cidadania efetiva e responsável e participação em uma democracia;
- promover a leitura e os recursos e serviços da biblioteca escolar para toda a comunidade escolar e além” (IFLA/UNESCO, 1999, tradução nossa).

A biblioteca escolar alcança esses objetivos quando desenvolve “[...] políticas e serviços; seleciona e adquire recursos; provê acesso físico e intelectual às fontes de informação; provê instalações adequadas à instrução; e profissionais qualificados” (IFLA/UNESCO, 1999, tradução nossa).

É essencial que se entenda que a biblioteca escolar faz parte de uma instituição e que precisa, para cumprir seu papel, que esteja em concordância com a concepção educacional e com as diretrizes político-pedagógicas da escola (CÔRTE; BANDEIRA, 2011). Partindo dessa ideia de que a biblioteca escolar é parte integrante da escola, a seguir, são apresentadas as principais políticas educacionais, legislações, diretrizes e parâmetros que fundamentam a

---

<sup>2</sup>Letramento informacional: é o processo de desenvolvimento de habilidades para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, objetivando à tomada de decisão e à resolução de problemas. Há várias expressões para traduzir o termo original “Information Literacy” que surgiu nos Estados Unidos na década de 70. No Brasil, além do termo em inglês, são utilizadas expressões como letramento informacional, alfabetização informacional, habilidade informacional e competência informacional. No entanto, utiliza-se mais frequentemente a expressão competência informacional (GASQUE, 2012).

educação brasileira e conseqüentemente influenciam na constituição, manutenção e atualização das bibliotecas escolares.

### ***2.1.1 Biblioteca escolar: políticas educacionais, legislações, diretrizes e parâmetros***

Para discorrer sobre o surgimento das bibliotecas escolares é primordial falar sobre o aparecimento das escolas no Brasil. De acordo com Guimarães e Barreira (2016) as primeiras escolas surgem a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, essas instituições não eram destinadas a toda a população. No mesmo período, começam a surgir discussões a respeito da necessidade da existência de bibliotecas nos espaços escolares. Essa reivindicação foi provocada pela compreensão de que a qualidade da educação é concebida por diversos fatores, dentre eles destacam-se a existência de bibliotecas.

A princípio, as bibliotecas escolares foram construídas por instituições religiosas, entre elas os colégios dos jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas. Porém, só a partir da década de 1950 que os procedimentos legais e pedagógicos para consolidação das bibliotecas escolares aconteceram (SILVA, J., 2011 *apud* GUIMARÃES; BARREIRA).

Contudo, pode-se declarar que o desenvolvimento das bibliotecas escolares no Brasil, somente ocorreu efetivamente, a partir da década de 1980 com a promulgação da Constituição Federal de 1988, pois, de acordo com Guimarães e Barreira (2016, p. 47):

O florescimento da biblioteca escolar no Brasil começou a partir do século XX, após a Constituição Federal de 1988, especialmente com a criação de mecanismos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) em 1997, os quais evidenciaram esse ambiente como um espaço de aprendizagem e leitura.

A Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 205 a educação como “[...] direito de todos e como dever do Estado” (BRASIL, 1988). Então, a educação que anteriormente era destinada há uma parcela privilegiada da população passa a ser concebida como um direito de todos estabelecido em Lei. O artigo 206 apresenta oito princípios que devem nortear o ensino:

1. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
2. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
3. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
4. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

5. valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; [...]
6. gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
7. garantia de padrão de qualidade.
8. piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. [...] (BRASIL, 1988).

Considerando a obrigação do Estado de oferecer Educação para todos, Côrte e Bandeira (2011, p. 4) afirmam que é dever do mesmo “[...] elaborar parâmetros para a educação, capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-los aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras”. Em busca desses parâmetros foi promulgada em 20 de dezembro de 1996 a Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, comumente conhecida como LDB. Essa Lei regulariza a educação escolar com base nos princípios de liberdade e solidariedade humana procurando assim o pleno desenvolvimento do indivíduo para o exercício da cidadania e para sua inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 1996).

Pensando a LDB enquanto legislação básica de regulamentação da educação no Brasil, Côrte e Bandeira (2011) afirmam que a mesma enfatiza a necessidade de oferecer a todos uma formação básica comum, o que pressupõe a elaboração de um conjunto de diretrizes que possam orientar a formulação de currículos e seus conteúdos mínimos, responsabilidade que é destinada ao Governo Federal. Para cumprir esse objetivo a LDB “[...] consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade aos componentes curriculares” (CÔRTE; BANDEIRA 2011, p. 5) por compreender que cada escola possui suas especificidades. Além da LDB, a União formulou parâmetros e diretrizes que orientam as escolas na composição de seus próprios currículos e projetos políticos pedagógicos: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica “[...] estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013, p. 4). O documento reúne além das diretrizes para a educação básica e das suas respectivas etapas (educação infantil, ensino fundamental e médio), diretrizes voltadas para a educação no campo, educação indígena, quilombola, educação especial, jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais e educação profissional técnica de nível médio. Além disso, também estão presentes as diretrizes curriculares nacionais para a

educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos e para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2013).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituem uma diretriz governamental, com caráter não obrigatório, que estabelece referência curricular (currículo mínimo) para cada disciplina do ensino fundamental e médio. Os parâmetros procuram orientar educadores das escolas integrantes dos sistemas de ensino, visando à garantia de uma educação básica de qualidade, “[...] para que crianças e jovens tenham acesso aos conhecimentos necessários à sua integração na sociedade como cidadãos conscientes, responsáveis e participantes” levando em conta o processo de construção do conhecimento pelo estudante. O currículo mínimo apresentado pelos parâmetros deve ser complementado em cada sistema de ensino e escola por uma base diversificada exigida “[...] pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da própria clientela.”. (CÔRTE; BANDEIRA 2011, p. 5).

A Lei, os parâmetros e diretrizes apresentados anteriormente como fundamentais no florescimento das bibliotecas escolares no Brasil não são específicos desse tipo de biblioteca, ou seja, não são destinados especificamente para a biblioteca escolar e sim para a escola. A LDB, por exemplo, não cita em nenhum momento as bibliotecas. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica pontuam a necessidade da existência de bibliotecas nos espaços educacionais. Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais, Campello (2016) explica que o documento reconhece que a biblioteca é essencial para o desenvolvimento de um programa de leitura eficiente, já que, a mesma é o local adequado para reunir materiais diversificados de uso coletivo que possibilite a formação de leitores competentes. Os PCN apresentam a biblioteca escolar como um local de aprendizagem permanente.

Apesar das bibliotecas escolares não serem citadas em toda a sua complexidade, é preciso considerar que ela faz parte da escola. Portanto, os documentos que visam à qualidade da educação oferecida nesses estabelecimentos educacionais também são importantes para esse tipo de biblioteca. Contudo, segundo Macedo (2005, p. 218) o texto do Manifesto UNESCO/IFLA para bibliotecas escolares “[...] afirma que a biblioteca escolar deve estar apoiada por uma política e legislação específicas e amparada em seu financiamento pelas esferas públicas. No caso do Brasil, pela esfera federal, estadual ou municipal.”.

Nesse sentido, uma das ações tomadas pelo governo federal com vistas à atualização e manutenção dos acervos da biblioteca escolar foi à instituição do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE em 1997. Esse programa governamental distribuiu livros em períodos intercalados a todas as escolas cadastradas no censo escolar com o objetivo de atualizar os acervos das bibliotecas dessas escolas (BRASIL, 2008). O programa configura-se

como o objeto de estudo deste trabalho, portanto, mais informações são apresentadas posteriormente. É necessário apontar que o programa entra no contexto das políticas públicas que de acordo com Gonçalves (2017) são ações ou conjunto articulado de ações, promovidas pelo Estado para alcançar certo objetivo. O Estado se depara com um problema que necessita de solução e formula propostas para solucionar esse problema. Dessa forma as políticas públicas são meios utilizados pelo Estado para solucionar uma situação que despertou atenção devido a suas necessidades.

Todavia, a instituição desse programa não sanou a carência de uma legislação básica que apoiasse especificamente a biblioteca escolar. Essa questão foi resolvida em parte com a promulgação da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010 que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país”. Essa Lei considera a biblioteca escolar como “[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” e estabelece uma quantidade mínima de um título por aluno matriculado que deverá compor obrigatoriamente o acervo das bibliotecas. Um prazo de dez anos foi dado para que as instituições de ensino possam contar com bibliotecas em seus espaços. A Lei também pontua a necessidade de ser respeitada a profissão de bibliotecário, determinando que cada uma das bibliotecas escolares conte com esse profissional em seu gerenciamento (BRASIL, 2010).

Todos esses documentos são amplos e servem como orientadores das reflexões e práticas educacionais. É a partir deles que as escolas constroem os documentos específicos que embasam o seu processo de ensino aprendizagem. Na próxima seção são abordados dois desses documentos: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo e a importância da biblioteca escolar se integrar, refletir e utilizar esses documentos no seu planejamento. O conhecimento desses documentos por parte dos bibliotecários proporciona uma maior sincronia entre os serviços oferecidos pela biblioteca e os conteúdos e práticas de ensino-aprendizagem realizadas nas escolas.

### ***2.1.2 Biblioteca escolar e escola: um diálogo necessário***

Considerando a afirmação de Pinheiro (2013) de que o Projeto Político Pedagógico (PPP) está relacionado com a identidade da escola e que o Currículo refere-se a organização escolar, infere-se que a biblioteca escolar, enquanto setor de apoio ao processo de ensino aprendizagem, precisa se apropriar desses documentos e procurar integrar-se a eles de forma efetiva.

### 2.1.2.1 Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Partindo-se do pressuposto de que toda escola, na realização do seu processo educativo, contribui para a educação dos estudantes dentro de uma concepção de sujeito e de sociedade, prescreve-se que essa concepção deva ser apresentada abertamente para que possa guiar o trabalho a ser realizado. “Esse seria o sentido filosófico do Projeto Político-Pedagógico, o sentido que a escola dá ao processo da educação que pretende praticar.” (GANDIN; CRUZ, 1995 *apud* FETZNER, 2012, p. 8, v. 2).

O desafio das escolas é “[...] identificar a quem a escola serve, para que ela trabalha e de que forma e com qual conteúdo se propõe a agir coletivamente.” (FETZNER, 2012, p. 8, v. 2). Algumas questões são formuladas com a finalidade de nortear a solução dos desafios citados acima:

- Quem são hoje os sujeitos que aprendem e que ensinam?
- Em qual realidade se inserem e atuam?
- Quais conhecimentos, atitudes e valores são necessários desenvolver para esses sujeitos e essas realidades com as quais a instituição trabalha? (FETZNER, 2012, p. 8-9, v. 2).

As questões acima são bem gerais e devem ser respondidas coletivamente em um PPP. De acordo com Macedo (2005, p. 249) este documento “[...] é uma expressão da própria organização educativa da instituição [...]” e deve ser originário de conselhos escolares, os quais devem guiar-se pelo princípio democrático da participação. “A gestão da educação e a obtenção de resultados adequados [...] envolvem toda a comunidade escolar, desde os professores, alunos e pais, até bibliotecários e demais profissionais da educação.” O Quadro 1 apresenta quais são elementos essenciais na formulação de um PPP.

**Quadro 1** – Elementos de um Projeto Político Pedagógico (PPP)

(Continua...)

Elementos de um PPP		
1º	Marco Filosófico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É apresentado o entendimento que a escola possui sobre a atual sociedade.</li> <li>• Com qual sujeito e sociedade a escola está comprometida?</li> </ul>
2º	Diagnóstico da realidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual escola temos?</li> <li>• Qual escola queremos?</li> <li>• São apresentadas as atividades realizadas por cada setor.</li> </ul>

**Quadro 1 – Elementos de um Projeto Político Pedagógico (PPP)**

(Conclusão)

Elementos de um PPP		
3º	Concepção de currículo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A escola precisa esclarecer como encara o ensino: transmissão cultural? Treinamento de habilidades? Fomento do desenvolvimento pela cultura?</li> </ul>
4º	Organização dos tempos e dos espaços escolares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esclarecimento dos critérios para formação de turmas.</li> <li>• Quais os espaços disponíveis, além das salas de aula, para aprendizagem?</li> </ul>
5º	Organização do ensino	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os professores planejarão o ensino coletivamente ou individualmente?</li> <li>• Proporão situações problemas individuais ou coletivas?</li> <li>• Trabalharão com a interdisciplinaridade?</li> </ul>
6º	Participação da comunidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como se dá a participação da comunidade escolar na vida da escola?</li> </ul>
7º	Avaliação escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para que avaliar?</li> <li>• Com que avaliar?</li> <li>• O que avaliar?</li> <li>• Como avaliar?</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os elementos apresentados por Fetzner (2013).

A elaboração do PPP de uma escola resulta de um processo coletivo de reflexão e decisão, realizado de preferência por toda a comunidade escolar. O documento pode ser utilizado, ao mesmo tempo, como um processo de organização da escola e como um instrumento de trabalho para seus gestores, docentes e funcionários (MACEDO, 2005). A vista disso ressalta-se a necessidade dos bibliotecários escolares participarem da elaboração desse documento e compreenderem a dinâmica educacional da instituição na qual trabalham.

### 2.1.2.2 Currículo

De acordo com Fetzner (2013) o entendimento sobre currículo tem mudado. Anteriormente, era compreendido como a lista de conteúdos explícitos do ensino, isto é, os conteúdos que eram recomendados para serem ensinados nas escolas. Com o passar do tempo, o currículo passou a ser entendido como: os planos de ensino e os conteúdos propostos para o estudo; as estratégias de ensino; a organização do espaço escolar e as formas de comunicação. Tudo o que foi citado anteriormente pode ser considerado como elementos constituintes do currículo, porque estão relacionados aos processos e as concepções de aprendizagem de um

determinado estabelecimento escolar. Dessa forma, a autora concluiu que o currículo “[...] implica processos relativos ao conhecimento escolar que atuam no âmbito axiológico (referente aos valores), no âmbito epistemológico (referente aos conhecimentos), ou ainda, no âmbito dos procedimentos [...]” (FETZNER, 2013, p. 28).

Outra definição de currículo apresentada por Moreira e Candau (2006, p. 27 apud BRASIL, 2013, p. 23) consideram o currículo como auxiliador na construção da identidade do estudante:

[...] conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do (a) estudante.

Autores como Moreira e Silva alinham a política curricular com a política cultural:

Daí entenderem que toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo. Assim, as políticas curriculares não se resumem apenas a propostas e práticas enquanto documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplas singularidades no corpo social da educação. (MOREIRA; SILVA, 1994 apud BRASIL, 2013, p. 24).

Essas são algumas das inúmeras concepções sobre currículo. Mas de que forma esse documento pode relacionar-se com as bibliotecas escolares? A integração entre a biblioteca escolar e o currículo tem sido uma questão de estudo nos últimos anos. Acredita-se que o bibliotecário é “[...] mais um elemento no processo de ensino e aprendizagem no desenvolvimento das áreas curriculares, integrando, nomeadamente, o desenvolvimento de competências de literacia da informação.” (SAMPAIO, 2012, p. 22).

Zmuda e Harada (2008) citado por Sampaio (2012, p. 26-27) ressaltam a necessidade da inclusão no currículo do letramento informacional e das competências no domínio das tecnologias da informação e comunicação. Os autores atribuem um importante papel aos bibliotecários no desenvolvimento de competências de aprendizagem pelos estudantes, como por exemplo: “[...] determinar suas próprias necessidades de informação, resolver problemas, ler por prazer, utilizar a informação e as ideias eficaz e eticamente, debater pontos de vista, e comunicar oralmente e por escrito com qualidade.”

Além da importância da integração do currículo e da biblioteca escolar para o desenvolvimento das competências informacionais dos estudantes, essa integração é essencial para o processo de FDC. O acervo da biblioteca precisa manter um diálogo com os conteúdos e práticas que perpassam o currículo escolar. Assim sendo, a biblioteca disponibiliza aos estudantes outro canal de obtenção de informação e construção de conhecimento. Após a apresentação dos principais documentos que compõem as reflexões teóricas das escolas, a próxima seção aborda o processo de FDC nas bibliotecas escolares.

## **2.2 Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares**

A Formação e o Desenvolvimento de Coleções é definido por Evans (2005, p. 7) “[...] como o processo de identificar as forças e as fraquezas da coleção de materiais de uma biblioteca [...]” tendo como parâmetro às necessidades dos usuários e os recursos disponíveis na comunidade. Ao identificar fraquezas procura-se solucioná-las em um processo contínuo de avaliação.

O autor também traz uma definição mais ampla, que esclarece o desenvolvimento de coleções como o processo de satisfazer as necessidades informacionais de uma comunidade de forma rápida e econômica utilizando os recursos informacionais disponíveis localmente, bem como os recursos de outras instituições. O mesmo autor estabelece como etapas do desenvolvimento de coleções: o estudo de comunidade, a política de seleção, a seleção, a aquisição, o desbastamento e a avaliação.

Vergueiro (1989) e Maciel e Mendonça (2006) esclarecem que o desenvolvimento de coleções é um serviço de planejamento, caracterizado por ser um processo cíclico e heterogêneo, que, de acordo com Evans (2005) pode ser influenciado por fatores internos e externos à biblioteca. Ao ser caracterizado como um processo cíclico entende-se que as etapas do desenvolvimento de coleções não podem ser analisadas isoladamente (VERGUEIRO, 1989). No entanto, o tipo de biblioteca determina quais as etapas terão mais destaque, embora não se possa prescindir de nenhuma delas.

Segundo Evans (2005) a Formação e o Desenvolvimento de Coleções é um processo universal para todos os tipos de bibliotecas. Entretanto, como foi mencionado anteriormente, o tipo de biblioteca influencia no destaque dado a cada etapa do desenvolvimento de coleções. No que tange as bibliotecas escolares, a ênfase é dada ao processo de seleção de materiais para fins didáticos e no desbastamento, de acordo com mudanças nos programas e currículos da escola (VERGUEIRO, 1989).

A biblioteca escolar precisa reunir e disponibilizar materiais informacionais que representem a variedade textual presente na sociedade contemporânea. Suas coleções não são um conjunto de obras reunidas aleatoriamente e sem nenhum propósito. Para que a biblioteca possa cumprir seu papel, é necessário que o seu acervo seja desenvolvido de forma criteriosa, levando-se em conta o PPP da escola e o contexto na qual ela está inserida (ABREU, 2016).

De acordo com Mardis (2016) muitos dos princípios e diretrizes voltados para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares são modificados e adaptados em cada escola devido ao conjunto de características únicas que estão presentes em cada contexto. Na mesma linha de pensamento de Mardis quanto às especificidades de cada biblioteca, Abreu (2016) explica que o perfil de uma coleção pode ser influenciado pelas propostas curriculares nacionais. No entanto, a coleção deve ser constituída a partir das especificidades de cada instituição, e apenas assim será representativa e terá a “cara da escola”.

A política de desenvolvimento de coleções é um instrumento necessário para iniciar o processo de desenvolvimento de coleções, visto que, a mesma garante a consistência dos procedimentos adotados e seu posterior aprimoramento. A elaboração da política deve ser responsabilidade da equipe responsável pelas atividades de desenvolvimento de coleções e deve ser o reflexo dos interesses da instituição mantenedora e da comunidade a que atende (WEITZEL, 2013).

A elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções é justificada por várias razões. De acordo com Vergueiro (1989, p. 24) em um primeiro momento o que fica evidente são razões econômicas, já que, a política é “[...] um guia racional para alocação de recursos.”. O que permite que a biblioteca trace prioridades, já que é impossível reunir todos os recursos de interesse da comunidade.

Porém, os objetivos de uma política de desenvolvimento de coleções são bem mais amplos do que isso. A sua elaboração permite ao bibliotecário a oportunidade de realizar uma “[...] auto-avaliação [sic] e reflexão sobre sua prática de desenvolvimento da coleção.” (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Além disso, a política apresenta a filosofia que orienta o trabalho realizado pelo bibliotecário no que se refere à construção da coleção. Torna público “[...] o relacionamento entre o desenvolvimento do acervo e os objetivos da instituição a que essa coleção deve servir [...]” desempenhando a função de guia prático na seleção de itens e como instrumento fundamental no planejamento do desenvolvimento do acervo (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Outra razão apontada por Vergueiro (1989) é a construção de uma coleção consistente com um crescimento equilibrado dos materiais informacionais da biblioteca. Esse crescimento

equilibrado e consistente da coleção ocorre porque a política serve como diretriz para a seleção de materiais, tendo em vista que a mesma se baseia em diagnóstico atual do acervo e também indica o método de trabalho para a execução dos objetivos estabelecidos. Curley e Broderick (1985) reforçam essa ideia quando apontam como uma das razões a coerência do acervo, e complementam afirmando que se houverem brechas na coleção, não foi por descuido do bibliotecário, e sim, porque estava no planejamento.

A política também serve como documento de suporte ao bibliotecário em discussões com autoridades superiores, tanto para obtenção de verbas para novas aquisições, como para recusar imposições de materiais que não correspondem aos objetivos estabelecidos para a coleção (VERGUEIRO, 1989).

A elaboração do documento requer que se tenham disponíveis uma grande variedade de dados: a) o diagnóstico atual da coleção, apontado seus pontos fortes e fracos; b) a descrição da comunidade a ser atendida; c) e os recursos materiais disponíveis tanto na própria biblioteca como em outras instituições (VERGUEIRO, 1989). A seguir são trabalhados nas próximas duas seções os itens das alíneas: a) o diagnóstico atual da coleção; e b) descrição da comunidade a ser atendida. O item c) recursos materiais disponíveis tanto na própria biblioteca como em outras instituições, não foi abordado neste estudo por entender que o mesmo é adequado com a posse dos dados dos outros dois itens. Pois é a partir do conhecimento das necessidades da comunidade e do acervo que o bibliotecário pode determinar como as outras instituições podem contribuir para o acesso a informação de seus usuários. Portanto, para os objetivos desse trabalho o item não foi aprofundado.

### ***2.2.1 Diagnóstico do acervo: estrutura para coleções***

Antes de explanar sobre o diagnóstico de acervo ou coleção, é necessário explicar o que é a coleção de uma biblioteca escolar. De acordo com Côrte e Bandeira (2011) o acervo de uma biblioteca são todos os materiais informacionais que ela possui. Dentre os tipos de materiais, podem-se citar as obras gerais, obras de referência, coleção de livros, coleção de periódicos; folhetos, hemeroteca, estampas e gravuras; multimeios, publicações eletrônicas e e-books. Côrte e Bandeira (2011, p. 53) salientam que “Todos os cursos e matérias do programa de ensino devem estar representados nas estantes da biblioteca de maneira proporcional.”.

Com relação aos assuntos que a coleção da biblioteca deve contemplar Côrte e Bandeira (2011, p. 58) expõe:

O acervo da biblioteca escolar deve, primeiramente, contemplar documentos cujos assuntos façam parte do currículo de todos os cursos e séries oferecidas pela escola desde o maternal até o ensino fundamental e médio, de acordo com os objetivos de cada instituição de ensino. Além disso, o acervo pode e deve contemplar os seguintes assuntos: artes de maneira geral; cidadania; contos populares e folclóricos; cultura brasileira; ecologia e meio ambiente; histórias em quadrinhos; línguas estrangeiras; literatura brasileira e estrangeira; literatura infanto-juvenil; temas da atualidade; textos teóricos e informativos de apoio aos professores.

Além do conhecimento da comunidade a ser servida, o bibliotecário precisa conhecer a coleção com a qual trabalha. De acordo com Weitzel (2012, p. 182) a política de Formação e Desenvolvimento de Coleções “[...] deve também descrever a estrutura para a formação das coleções, isto é, sob qual lógica as coleções serão colecionadas [...]” Sendo assim, “[...] a missão e os objetivos da biblioteca e da instituição que a mantêm orientarão a formação e o desenvolvimento de coleções.”.

Weitzel (2012) apresenta como sendo os principais modelos de estrutura para coleções conhecidos no Brasil: o modelo *Conspectus*; os níveis de coleção da American Library Associations (ALA) e as Dimensões de Miranda.

O modelo *Conspectus* tem o objetivo de apresentar uma visão geral ou resumo da força e intensidade da coleção através de uma organização por assunto, esquema de classificação ou combinação de ambos. Além disso, contém códigos padronizados para coleções ou níveis de coleção e língua dos materiais da coleção (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2001, tradução nossa).

Nos níveis de coleção da American Library Association (ALA) os assuntos da coleção são organizados em cinco níveis: completeza, pesquisa, estudo, básico e mínimo (FIGUEIREDO, 1998 apud WEITZEL, 2012, p. 182). A seguir há a explanação do que é entendido por cada nível de coleção:

- a) Nível de completeza (comprehensive) – uma coleção na qual a biblioteca se empenha, tanto quanto possível, em incluir todos os trabalhos significativos de conhecimento registrado (publicações, manuscritos e outros formatos) em todas as línguas aplicáveis, para um campo necessariamente definido e limitado.
- b) Nível de pesquisa – uma coleção que inclui as melhores fontes de materiais requeridos para dissertações e pesquisas independentes, incluindo materiais contendo relatórios de pesquisa, novas descobertas, resultados de experimentos científicos e qualquer outra informação útil a pesquisadores. Pode também incluir obras de referência importantes e uma ampla seção de monografias especializadas, como também uma

- extensa coleção de periódicos e os melhores serviços de indexação e resumos na área.
- c) Nível de estudo – uma coleção adequada para apoiar o trabalho de curso de graduação e pós-graduação, ou estudo individual; isto é, adequada para manter o conhecimento de um assunto requerido para propósitos limitados ou generalizados, ou menos do que a coleção de pesquisa. Inclui uma gama de monografias básicas, coleções completas de trabalhos dos autores mais importantes, seleções de trabalhos de autores secundários, uma seleção dos periódicos representativos, os instrumentos de referência e o aparato bibliográfico fundamental pertencente ao assunto.
  - d) Nível básico – uma coleção altamente seletiva que serve para introduzir e definir o assunto e indicar as variedades de informações disponíveis em outro lugar. Inclui os melhores dicionários e enciclopédias, seleção de edições de trabalhos importantes, levantamentos históricos, importantes bibliografias e uns poucos periódicos mais importantes na área.
  - e) Nível mínimo – uma área de assunto que é forma do escopo para as coleções da biblioteca e para a qual poucas seleções são feitas além dos instrumentos de referência básicos. (FIGUEIREDO, 1993, p. 30).

A outra estrutura são as quatro Dimensões de Miranda, na qual, os assuntos das coleções são organizados em: coleção de referência, coleção de lastro, coleção didática e literatura corrente (MIRANDA, 1980 apud WEITZEL, 2012, p. 182). Essa estrutura é recomendada para bibliotecas universitárias.

A estrutura escolhida para constar na política de FDC funciona como um esqueleto que abriga “[...] cada parte específica das coleções.” Dessa forma, cada item a ser incorporado no acervo deve ter uma função clara, assim como cada parte do esqueleto: “[...] para pesquisa, para estudo, para o trabalho, para o lazer etc., correspondendo ao que foi estabelecido na estrutura.” (WEITZEL, 2012, p. 182).

Em face do que foi apresentado, percebe-se a relevância da realização do diagnóstico do acervo durante a elaboração da Política de FDC. É através dessa análise que são identificados quais são os pontos fortes e fracos da coleção. Portanto, tanto o estudo de comunidade quanto o diagnóstico de acervo norteiam o estabelecimento de prioridades na seleção, aquisição e avaliação de materiais para que a biblioteca possa colaborar com os objetivos da escola e satisfazer as necessidades informacionais da comunidade.

### ***2.2.2 Estudo de comunidade***

Como apontado por Vergueiro (1989), uma das principais informações que o bibliotecário requer para a formulação da política de Formação e Desenvolvimento de Coleções é a descrição da comunidade a ser servida, pois para Mardis (2016) “[...] as

bibliotecas escolares são influenciadas por forças econômicas, sociais, políticas, regulatórias e tecnológicas que estão constantemente se desenvolvendo.” Os dados da comunidade podem ser coletados na etapa de estudo da comunidade, que segundo Evans (2005) fornece dados sobre as necessidades informacionais dos usuários. Maciel e Mendonça (2006, p. 17) complementam que “[...] os dados e informações colhidos em decorrência de tais estudos emitirão os sinais indicativos para a atuação de quase todas as [...] [etapas do processo de FDC]”.

Uma análise da comunidade escolar deve ser realizada para além da escola, como afirmam Curley e Broderick (1985) ao sugerirem que a pesquisa deve ultrapassar os muros da mesma e ir de encontro aos espaços e atividades que os estudantes realizam fora do espaço escolar. Para Vergueiro (1989, p. 29) a comunidade de uma biblioteca escolar é “[...] composta por todos os alunos matriculados na instituição e, também, os professores a atendê-los.” O autor frisa que a comunidade não deve ser representada apenas pelos usuários reais da biblioteca, ou seja, aqueles usuários que costumam utilizar os serviços biblioteconômicos, mas sim, englobar aqueles que não utilizam esse espaço. Mardis (2016) inclui também os gestores e os pais como possíveis usuários deste tipo de biblioteca.

Posto isto, Vergueiro (1989, p. 30) ressalta que a grande questão do estudo da comunidade é a identificação das “[...] necessidades informacionais da comunidade como um todo.” A partir do momento que se tem o conhecimento dessas informações, é necessário estabelecer quais são as prioridades no atendimento, tendo em vista, que é inviável satisfazer as necessidades informacionais de toda a comunidade. Para Mardis (2016) através dos dados coletados sobre a comunidade escolar, o bibliotecário é capaz de alinhar mais precisamente os materiais informacionais e os serviços às mudanças que ocorrem no ensino e nas necessidades de aprendizagem.

Mardis (2016) recomenda que o primeiro passo na etapa de estudo da comunidade seja o entendimento do ambiente no qual a escola está inserido. Para tanto, apresenta uma série de características que os bibliotecários devem recolher sobre a comunidade. Grande parte dessas características citadas pela autora já haviam sido apontadas por Vergueiro com o objetivo de realizar um diagnóstico certo da comunidade. Vergueiro (1989, p. 32-34) apresenta as seguintes características:

- a) Históricas: dados referentes a antecedentes históricos da comunidade, principalmente no que diz respeito à sua evolução e crescimento, que poderão trazer-lhe subsídios para melhor compreensão do ponto em que esta comunidade se apresenta atualmente;

- b) Demográficas: número de habitantes, idade, sexo, nacionalidade, taxas de natalidade e mortalidade, caráter urbano ou rural da comunidade etc.;
- c) Geográficas: direção de crescimento físico da comunidade, levando em consideração, entre outras coisas, a existência ou não de barreiras para a expansão da comunidade e a distribuição da população na área de abrangência da biblioteca;
- d) Educativas: grau de analfabetismo existente, nível de instrução da população, instituições educacionais e o número de estudantes matriculados, cursos de férias, iniciativas educacionais ligadas a grupos com interesses variados, como é o caso de igrejas, associações, sindicatos, indústrias etc.;
- e) Sócio-econômicas: atividades econômicas mais importantes [...] nível econômico da população e taxa de desemprego; [...] serviços públicos na área de saúde e assistência. Nível de organização da comunidade no que diz respeito à existência de organizações comunitárias e vicinais e à identificação dos líderes da comunidade;
- f) Transporte: combinado com os fatores geográficos, visa determinar os pontos de serviço mais apropriados. Além da determinação da existência ou não dos meios de transporte públicos [...];
- g) Culturais e informacionais: organizações e grupos culturais existentes, expressões culturais características da comunidade, eventos culturais realizados [...] sistemas de comunicação disponíveis na comunidade: canais de televisão, estações de rádio AM e FM, jornais, principais periódicos de acesso à população, etc. Além disso, deve-se coletar dados sobre as demais instituições fornecedoras de informações existentes na comunidade, visando principalmente, tanto a um provável compartilhamento de recursos como à possibilidade de um programa efetivo para aquisição cooperativa; isto vai incluir não apenas as outras bibliotecas e centros de documentação da comunidade – com os quais os programas de cooperação são exequíveis –, mas também a posse de conhecimentos sobre outras fontes, como as livrarias, as bancas de jornais e as discotecas;
- h) Políticas e legais: envolvem questões como a determinação de onde se localiza a autoridade sob a qual a biblioteca se encontra subordinada, ou seja, a que órgãos ela se subordina, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da coleção [...]

As variáveis, apontadas por Mardis (2016), que podem ser usadas como complementares as apresentadas por Vergueiro, são: aspectos geográficos da região onde a escola está localizada; oportunidades de emprego e negócios e instituições religiosas. Levando em conta os dados necessários em um estudo de comunidade, percebe-se que há duas dimensões de dados: dados brutos da escola e dos jovens e dados coletados junto à comunidade. Uma parte considerável dos dados da comunidade pode ser obtida no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (VERGUEIRO, 1989). Com relação aos dados brutos sobre a escola e os jovens podem ser coletados na própria escola, no município e no Censo Escolar elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Mardis (2016) relaciona os seguintes aspectos sobre a escola como essenciais para constar no estudo de comunidade: número de matrículas; etapas de ensino oferecidas; etnias presentes no corpo estudantil; dados socioeconômicos dos estudantes; taxas de abandono escolar; necessidades de educação especial; notas nas avaliações de desempenho escolar; atividades extracurriculares disponíveis; número de professores; e informações sobre a vida acadêmica dos professores. A autora também aponta como um dado importante, o número de alunos que já exercem atividades remuneradas.

A reunião dos dados referentes à comunidade e a escola trazem informações valiosas para o desenvolvimento de coleções. Para que o estudo da comunidade seja preciso, Mardis (2016) recomenda a realização de pesquisas com os estudantes e com os professores. Segundo a mesma autora as pesquisas devem incluir questões relacionadas às necessidades dos usuários e da coleção. A formulação das questões será feita de acordo com as etapas de ensino presentes na instituição de ensino. Mardis (2016, p. 31, tradução nossa) apresenta algumas questões que podem orientar a elaboração dos questionários destinados ao corpo docente:

- Quais as unidades de conteúdo você está planejando para este ano?
- Atualmente a biblioteca contém materiais adequados para apoiar seu currículo?
- Os estudantes da sua série necessitam de materiais da biblioteca para realizarem suas tarefas?
- Você irá trazer os estudantes à biblioteca para realizarem pesquisas?
- Como posso ajudar os estudantes em suas pesquisas?
- Quais áreas para desenvolvimento profissional você está interessado?
- Você atualmente está cursando alguma especialização? Se sim, em qual área?

Já com relação aos questionários destinados aos estudantes, Mardis (2016, p. 32, tradução nossa) sugere as seguintes questões como norteadoras para a elaboração dos questionários:

- O que você gosta de fazer em seu tempo livre?
- Quais são os seus autores favoritos?
- Qual foi o melhor livro que você já leu?
- Qual foi o melhor filme que você já assistiu?
- Quais séries você gosta?
- Qual é sua revista favorita?
- Quais livros você gostaria que a biblioteca adquirisse?
- O que você prefere? ( ) e-books ( ) livros impressos ( ) ambos
- Há livros/websites que você tenha procurado e não tenha achado na coleção da biblioteca? Por favor, dê-nos os detalhes aqui:

Mardis (2016, p. 32, tradução nossa) também traz um quadro de assuntos, onde o usuário pode marcar quais os tópicos ele gosta de ler sobre. O Quadro 2 apresenta a reprodução do quadro da autora.

**Quadro 2:** Tópicos para os estudantes assinalarem sobre seus interesses de leitura

Ação/ Aventura/ Aventura verdadeira / Sobreviver	
Animais / Histórias de animais	
Arte	
Livros sobre fatos / Trivia	
Carros	
Histórias em quadrinhos / GraphicNovels	
Computadores	
Cozinhar / Livros de receitas / Dieta / Alimentos e nutrição	
Crime / Detetives / Histórias de mistérios	
Pessoas famosas / Biografias	
Fantasia / Vampiros	
Modas	
Jogos	
Histórias de fantasma / Sobrenatural	
Saúde / Condição física	
Livros “Como fazer”	
Livros de piadas / Humor / Livros engraçados	
Monstros	
Filmes	
Músicas / Cantores	
Peças / Teatro	
Poesia	
Romance / Relacionamentos	
Ficção científica / Alienígenas	
Contos	
Histórias de esportes / Esportes / Atletas	
Histórias sobre o passado / Ficção história	

Fonte: Quadro traduzido do original presente em Mardis (2005, p. 32)

Conforme Vergueiro (1989) a partir desses dados o bibliotecário poderá determinar quais são as necessidades informacionais de uma comunidade específica e assim direcionar não apenas o processo de desenvolvimento de coleções, mas também os serviços bibliotecários.

Apoiado nesse estudo, o bibliotecário poderá traçar o perfil de sua comunidade e planejar estratégias para satisfazer as necessidades informacionais da mesma. A identificação da comunidade com o acervo da biblioteca torna-se fundamental no papel da biblioteca de

espaço de democratização do saber socialmente e historicamente construído. Ademais Macedo (2005) acentua a importância do armazenamento e difusão de materiais produzidos na própria comunidade.

### ***2.2.3 Política de seleção***

A seleção é a etapa na qual são escolhidos os materiais que serão incorporados ao acervo das bibliotecas. Determina-se a qualidade e o valor dos itens sistematicamente. A seleção é uma forma de tomada de decisão (EVANS, 2005).

De acordo com Vergueiro (2010) o bibliotecário é responsável pela organização da seleção através da elaboração de regras, definição de critérios e estabelecimento de responsabilidades. O autor coloca o bibliotecário no papel de um negociador devido a sua capacidade de coordenar demandas e necessidades conflitantes.

Há várias razões que justificam a existência de uma política de seleção. De acordo com Vergueiro (2010) o documento justifica-se por seu caráter administrativo, de relações públicas e político. Primeiramente, no que diz respeito ao seu caráter administrativo a política permite “[...] um direcionamento racional para a coleção à medida que os profissionais se incorporam ou se afastam da equipe de trabalho” (VERGUEIRO, 2010, p. 17). Além disso, garante que todo material incorporado ao acervo possua razões objetivas determinadas previamente. Com relação ao caráter de relações públicas, a política de seleção oferece a comunidade o esclarecimento de que a coleção não é desenvolvida de forma aleatória. No que toca ao caráter político do documento, a sua principal contribuição é na resolução de conflitos que podem surgir em torno do acervo.

Os elementos que devem constar em uma política de seleção deverão ser estabelecidos pelo bibliotecário tendo por base a análise da sua prática. No entanto, há alguns elementos fundamentais:

- identificação dos responsáveis pela seleção de materiais;
- os critérios utilizados no processo;
- os instrumentos auxiliares;
- as políticas específicas;
- os documentos correlatos (VERGUEIRO, 2010, p. 72).

Depois de elaborado o documento de política, que serve como um instrumento de trabalho para orientar as decisões de seleção, inicia-se o processo de seleção. Inicialmente, de

acordo com Vergueiro (2010, p. 63) é necessário à elaboração de listas de títulos provenientes de diversas fontes: usuários da biblioteca e “[...] publicações da mais variada procedência”.

Vergueiro (2010) recomenda que as sugestões realizadas pelos usuários devam ser feitas em formulários adequados para cada tipo de biblioteca. Os formulários configuram-se como instrumentos formais que possibilitam a identificação da procedência da indicação e também a identificação do material informacional.

As sugestões dos usuários são muito importantes tanto para as bibliotecas como também para os próprios usuários, que podem sentir-se contribuintes no processo de desenvolvimento da coleção. Além disso, a participação dos estudantes na seleção dos títulos contribui para a afirmação do mesmo como construtor ativo do seu conhecimento em uma educação transformadora. As crianças e jovens, como sujeitos ativos na construção do seu conhecimento, é reconhecido por Corsino (2012, p. 102) que “[...] entende que as crianças não são receptores passivos, mas sujeitos, que têm seus interesses, que têm uma história, que participam ativamente do mundo construindo e reconstruindo a cultura na qual estão imersos.”. Também entra nessa questão a autonomia dos educadores que precisam ter voz no processo de ensino aprendizagem de suas escolas. E não só a seleção de títulos, mas também os serviços biblioteconômicos precisam ser encarados dentro desse processo de ensino aprendizagem.

Vergueiro (2010) também alerta que a utilização de formulários deve ser avaliada pelo bibliotecário, que pode, inclusive, optar por sua não utilização e sim por melhorar os contatos pessoais. Ademais, conforme a National Library of New Zealand (2017) a participação do usuário pode ocorrer através do blog da biblioteca ou de suas redes sociais, nos quais os estudantes e toda a comunidade escolar podem contribuir através de comentários e recomendações.

Além das sugestões dos usuários, os bibliotecários realizam a investigação de novos materiais informacionais em um processo denominado prospecção de itens. Segundo Vergueiro (2010, p. 65) é recomendado à utilização de instrumentos auxiliares de seleção, principalmente, devido à atual configuração do universo editorial e a impossibilidade do bibliotecário de “[...] ter conhecimento de tudo que é de interesse para sua instituição, ou mesmo ter condições de avaliar objetivamente os materiais publicados”. Para o autor, o bibliotecário não pode limitar a sua decisão de seleção as obras provenientes das sugestões dos usuários, porque pode ocorrer a não incorporação de obras importantes ao acervo, causada pelo desconhecimento dessas obras por parte dos usuários.

Através dos instrumentos de seleção, os bibliotecários “[...] poderão obter informações referentes à existência de itens específicos, e ter acesso a uma estimativa da qualidade dos documentos”. O autor estabelece, inicialmente, como instrumentos auxiliares as “obras de referência, diretórios ou mesmo catálogos de editora, mas na prática são todos os materiais, em qualquer suporte, que possam oferecer subsídios para a decisão de seleção” (VERGUEIRO, 2010, p. 66).

Com relação aos instrumentos de seleção que podem ser utilizados por bibliotecas públicas e escolares, Vergueiro (2010, p. 67) recomenda que:

Bibliotecas públicas e escolares em geral recebem maiores benefícios com a utilização de catálogos de editoras, resenhas publicadas em jornais e revistas de circulação geral [...] bem como por consultas regulares a sítios de editoras e livrarias na internet.

Côrte e Bandeira (2011) incluem a análise das estatísticas de uso do acervo e análise dos assuntos do currículo como instrumentos de seleção. A National library of New Zealand (2017) recomenda o diálogo com outros bibliotecários escolares para ter conhecimento de novos títulos.

Com relação à utilização de instrumentos de seleção, Evans (2005) argumenta que o ideal seria a análise física do livro ao invés da análise de informações publicadas sobre o item. Contudo, reconhece a impossibilidade dessa tarefa devido à falta de pessoal e tempo.

Na teoria de formação e desenvolvimento de coleções, quem participa do processo de seleção é muito importante. Vergueiro (2010, p. 59-61) apresenta três alternativas para determinar quem serão os responsáveis pela seleção dos itens:

1. Existência de uma comissão de seleção, de caráter deliberativo, da qual o bibliotecário participa como membro ou coordenador/presidente.
2. Existência de uma comissão de seleção, de caráter consultivo, para assessoria ao responsável pela seleção.
3. O bibliotecário faz a seleção dos materiais.

Ao bibliotecário cabe a escolha da alternativa a ser utilizada, escolha esta que será influenciada pela realidade de cada biblioteca. Em todas as alternativas, segundo Vergueiro (2010, p. 59) a participação do bibliotecário é efetiva.

Na primeira alternativa – comissão deliberativa – a participação “[...] do bibliotecário visa oferecer garantias de que as necessidades da coleção como um todo estarão acima de interesses de grupos ou indivíduos.” Além disso, a existência de comissões formadas por:

[...] membros representativos da comunidade, permitem um contato maior com os usuários, funcionando como um canal permanente para a discussão de suas necessidades de informação e também como um excelente veículo de relações públicas. Podem fornecer apoio político ao bibliotecário, em suas solicitações por maiores e melhores recursos para a biblioteca. (VERGUEIRO, 2010, p. 59-60).

Vergueiro (2010, p. 60) informa que a formação desse tipo de comissão varia de acordo com o tipo de biblioteca. No caso de bibliotecas escolares e universitárias, o autor aponta a seguinte constituição:

[...] os participantes das comissões costumam ser indicados dentre os membros dos corpos docente e discente. Para se alcançar maior representatividade, muitas vezes procura-se obter a participação de ex-alunos ou membros do corpo técnico. Salienta-se que a participação do bibliotecário nas comissões de seleção é vital para evitar que algumas áreas da coleções [sic] se desenvolvam, de modo injustificado, mais do que outras [...] cabe ao bibliotecário zelar para que todos os assuntos de interesse da instituição se desenvolvam independentemente de atuações individuais, por meio de mecanismos formais que permitam a participação, ainda que mínima, de todos os interessados.

A ideia de uma comissão deliberativa gerenciado por um bibliotecário é embasada por Curley e Broderick (1985, p. 65, tradução nossa) que reconhece a necessidade da seleção:

[...] ser um processo cooperativo, envolvendo o corpo docente, os estudantes, os funcionários e representantes das associações de pais e professores e qualquer um que tenha competência para engrandecer o processo. A coordenação do processo deverá ser obrigatoriamente realizada pelo bibliotecário.

Os bibliotecários são os melhores profissionais para informarem o que existe na coleção e que materiais informacionais estão disponíveis no mercado editorial. É seu trabalho compilar a lista inicial na qual o comitê irá trabalhar. No que se refere aos professores, pode-se concluir que os mesmos conhecem suas disciplinas e as capacidades dos seus alunos. Os estudantes são muito importantes no processo de seleção, podendo julgar os itens de acordo com seus interesses e com o seu nível de compreensão (CURLEY; BRODERICK, 1985).

Considerando este tipo de comissão, tem-se que sua responsabilidade é “[...] deliberar levando em consideração os interesses da escola, a necessidade dos alunos, o currículo escolar e o projeto pedagógico.” (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p. 62).

O trabalho cooperativo também é reforçado por Abreu (2016, p. 32) que assinala a importância do trabalho conjunto entre bibliotecários e professores para a existência de uma boa coleção, principalmente tendo por “fio condutor” a política de desenvolvimento de coleções que permite a coesão interna. Essa integração proporciona um acervo afinado com a proposta pedagógica da escola. Côrte e Bandeira (2011, p. 12) também salientam a importância do professor na seleção e recomendam que o bibliotecário deva “[...] fazê-lo sentir-se parte do processo de formação e desenvolvimento do acervo” para que haja uma correspondência entre a coleção da biblioteca e as atividades da escola.

A segunda alternativa – comissão consultiva – se for estruturada adequadamente, pode ser encarada como indicador de reconhecimento do profissional bibliotecário, visto que a responsabilidade pela tomada de decisão está em suas mãos. Mas também reconhece a necessidade de assessoria especializada tanto no que se refere aos assuntos presentes no acervo como as especificidades da comunidade a ser atendida (VERGUEIRO, 2010). Essa alternativa tem fundamento em Evans (2005, p. 14, tradução nossa) que declara que embora o bibliotecário seja responsável por tomar a decisão final, “[...] um comitê composto por bibliotecários, professores, administradores e pais podem ter uma forte voz no processo.”.

A terceira alternativa – bibliotecário como único selecionador – requer desse profissional “[...] informações mais fidedignas possíveis sobre a comunidade que visam servir” (VERGUEIRO, 2010, p. 62-63). Pode-se complementar com a afirmação de Macedo (2005) que aponta a necessidade de selecionar conhecer o acervo, os programas e bibliografias das disciplinas curriculares, a comunidade escolar e o mercado editorial.

A identificação dos responsáveis pela seleção deve ser apresentada, de acordo com Vergueiro (2010, p. 72) “[...] de maneira clara e definida a fim de evitar distorções ou desentendimentos.” Se houver comissões de seleção, é preciso que a política mostre como foram formadas e qual é a função de cada um de seus membros.

Com relação aos critérios de seleção, partindo da teoria biblioteconômica de formação e desenvolvimento de coleções, Vergueiro (2010) apresenta considerações sobre a escolha de livros infanto-juvenis. De acordo com o autor, o profissional responsável pela seleção de literatura infanto-juvenil deve estar em contato com o seu público e reconhecer as peculiaridades de cada leitor. Sendo insuficiente o conhecimento da comunidade através de dados estatísticos. Côrte e Bandeira (2011, p. 63) recomendam que o bibliotecário preste atenção ao sensacionalismo. “[...] Não é por estar nas listas dos mais vendidos que um livro tem relevância para sua biblioteca, mas o bibliotecário deve pensar sempre que um livro que esteja no auge da ‘moda’, pode gerar interesse permanente pelo hábito de leitura.”

Vergueiro (2010, p. 33) também salienta a necessidade do bibliotecário se atentar a obras que disseminam preconceitos e que de alguma forma incentivam “[...] a discriminações de ordem étnica, cultural ou social”. O autor elenca as principais características dessas obras:

- ausência de minoria étnicas, como se a sociedade fosse composta por uma população homogênea de indivíduos ‘brancos’;
- a representação negativa das minorias, seja retratando-as como figuras caricatas, seja colocando-as como personagens antipáticos, quando não são escolhidos como vilões da história, seja reservando para elas papéis considerados de menor importância social (como empregadas domésticas, criados, trabalhadores não-qualificados, mendigos, etc.);
- a colocação da figura feminina em situação de dependência em relação ao homem, tanto em termos econômicos e sociais (a dona de casa que não é responsável pelo sustento da família) como emocionais (é o homem quem toma as decisões importantes, deixando para ela apenas as questões que não têm grande significação);
- representação positiva das classes sociais dominantes, retratadas como pessoas simpáticas, bonitas, felizes e modelos de comportamento a serem seguidos pelas crianças. (VERGUEIRO, 2010, p. 33)

Além disso, Vergueiro (2010, p. 18-23) apresenta um conjunto de critérios de seleção como sugestão, ou seja, podem ou não ser utilizados pelo bibliotecário, que tem a liberdade de escolhê-los de acordo com a sua instituição e comunidade a ser servida. Para os objetivos deste trabalho, são citados apenas os que podem ser utilizados para seleção de obras de literatura infanto-juvenil. Vergueiro divide os critérios em três categorias: “critérios que abordam o conteúdo dos documentos”; “critérios que abordam a adequação ao usuário”; e “critérios relativos a aspectos adicionais do documento”. Na categoria “critérios que abordam o conteúdo dos documentos” pode ser utilizado o critério de autoridade e imparcialidade. Com relação aos “critérios que abordam a adequação ao usuário” todos os critérios podem ser utilizados: conveniência, idioma, relevância/interesse e estilo. Já nos “critérios relativos a aspectos adicionais do documento” pode-se utilizar os critérios de características físicas e contribuição potencial.

O critério de Autoridade “Busca definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador.” (VERGUEIRO, 2010, p. 18). No tocante aos livros infanto-juvenis, além do autor, é considerado também, o ilustrador e a coleção, caso o livro faça parte de uma. A imparcialidade é o critério que verifica se um assunto é apresentado sob seus vários aspectos, sem favoritismos e deixando evidente, ou não, a existência de preconceitos (VERGUEIRO, 2010).

Com relação ao critério de conveniência o que é analisado é a adequação do texto a faixa etária das crianças e ao desenvolvimento intelectual das mesmas (VERGUEIRO, 2010). A National Library of New Zealand (2017, tradução nossa) recomenda que o bibliotecário responda a seguinte questão “Seus estudantes serão capazes de ler o item?”.

Outro critério que pode ser utilizado é o de idioma que procura “[...] definir se a língua do documento é acessível aos usuários da coleção.” (VERGUEIRO, 2010, p. 22). Relevância/interesse é o critério que “Busca definir se o documento é relevante para a experiência do usuário [...]”. No que tange aos livros infanto-juvenis pode ser verificado se a obra possui “[...] condições de despertar sua [usuários] imaginação e curiosidade.” (VERGUEIRO, 2010, p. 22). Este critério exige o conhecimento aprofundado dos usuários, bem como, certo conhecimento das características das obras infanto-juvenis.

Quanto ao estilo procura-se “[...] constatar se ele é adequado ao usuário-alvo.” (VERGUEIRO, 2010, p. 23). O critério de características físicas considerará “[...] a resistência do material empregado, dando-se, quando possível, preferência a material mais resistente, de maior durabilidade.” (VERGUEIRO, 2010, p. 35).

No que tange a contribuição potencial, Vergueiro (2010, p. 23) explica que “Este critério leva em consideração a coleção já existente, na qual o documento a ser selecionado deverá ocupar um lugar específico.”. Para isso é necessário que cada livro seja analisado tendo referência a sua relação com os demais para que não haja duplicidade. O que permitirá a realização de uma estimativa de uso. No mesmo sentido Mardis (2016) afirma que o valor de um item deve ser considerado em relação aos outros itens da coleção. A autora apresenta questões que deverão ser utilizadas na consideração de uma nova obra a ser incorporada no acervo:

1. A mesma informação já está presente na coleção, mas em um formato diferente?
2. Um formato alternativo fará a informação acessível para mais pessoas?
3. O item ou similar é rapidamente acessível através de uma rede de compartilhamento de recursos ou pela internet?
4. O item suprirá unicamente a necessidade de um usuário específico? (MARDIS, 2016, p. 3, tradução nossa).

Procurou-se apresentar nessa seção as principais questões concernentes ao processo e a política de seleção de bibliotecas escolares, tendo em vista as suas especificidades e priorizando os critérios relativos à seleção de obras de literatura infanto-juvenil.

### 3 METODOLOGIA

As pesquisas podem ser classificadas quanto a sua finalidade, objetivo, procedimentos técnicos e abordagem do problema. Este estudo, quanto a sua finalidade, pode ser considerado uma pesquisa aplicada. De acordo com Gil (2008) esse tipo de investigação, tem o propósito de aplicar os conhecimentos construídos em situações práticas da realidade. Prodanov e Freitas (2013) acrescentam que a pesquisa aplicada objetiva solucionar problemas específicos. Portanto, este trabalho pode ser visto como uma pesquisa aplicada porque tem como finalidade apresentar contribuições a partir da teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções para o aprimoramento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Com relação ao objetivo desta pesquisa, podemos classificá-la como uma pesquisa descritiva. Gil (2008, p. 28) explica que esse tipo de pesquisa procura descrever às “[...] características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”. Através da revisão de literatura caracterizou-se a biblioteca escolar e o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Posteriormente descreveu-se o PNBE, através da análise do site e do edital. E finalmente traçaram-se relações entre a teoria de FDC e o edital do Programa. As relações foram traçadas com o auxílio de três categorias teóricas: Universo de Títulos; Responsáveis pela Seleção; e Critérios de Seleção. Essas categorias foram elaboradas a partir da literatura de Formação e Desenvolvimento de Coleções no tocante a política e ao processo de seleção e do Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015. Utilizou-se um quadro para mostrar as relações.

No que tange aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa documental. Esse tipo de pesquisa, segundo Gil (2008, p. 51) emprega “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda precisam ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”. O objeto da pesquisa documental foi o Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015. Apresentaram-se os aspectos mais relevantes do processo de seleção e aquisição de livros descritos pelo edital na etapa de revisão de literatura e procedimentos relacionados as categorias teóricas na etapa de análise.

Optou-se por utilizar a análise de documentos em detrimento à pesquisa de campo devido à falta de políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções nas bibliotecas escolares do Rio de Janeiro. No início da pesquisa foi enviado um email, para as escolas que possuíam esta forma de contato nos dados do Censo Escolar de 2014, questionando a

existência da política para 190 escolas estaduais e 354 escolas municipais. Poucas escolas responderam. Das que retornaram, as respostas foram negativas, apresentando como justificativa dados como a falta de biblioteca/sala de leitura e bibliotecário, e também o desconhecimento do que seria uma política de formação e desenvolvimento de coleções.

Do ponto de vista da abordagem do problema a pesquisa é qualitativa. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 70) a pesquisa qualitativa:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Para a identificação das contribuições que a teoria em FDC pode oferecer ao PNBE, como foi explanado anteriormente, construiu-se um quadro com o estabelecimento de três categorias: Universo de Títulos; Responsáveis pela Seleção; e Critérios de Seleção. Essas categorias teóricas foram formuladas a partir da análise do processo de seleção fundamentado pela teoria de FDC e do “Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015”. No quadro é apresentada como cada uma dessas categorias esta presente tanto no edital do PNBE como nas teorias do de FDC. E a partir da comparação dos procedimentos apontaram-se estratégias que o PNBE pode utilizar para o seu aprimoramento.

## **4 DESCRIÇÃO, ANÁLISES E RESULTADOS**

Na primeira subseção dessa seção é apresentado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), considerando as suas principais características como: objetivos; periodicidade; público a que se destina; responsáveis pela execução do programa; e tipos de acervos distribuídos. Também é mostrado o seu histórico, marcado por algumas mudanças em sua configuração. Além disso, há uma descrição do “Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015” que é o objeto de análise deste trabalho.

Em seguida é exposto o quadro de análise entre a literatura especializada em FDC e o Edital de 2015 com base nas categorias teóricas: Universo de Títulos; Responsáveis pela Seleção; e Critérios de Seleção.

### **4.1 Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) é um programa criado pelo governo federal com o objetivo de equipar as escolas públicas das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal no âmbito da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o fornecimento de obras de literatura, de referência, de pesquisa e outros materiais em consonância com o currículo das áreas de conhecimento da educação básica, com o propósito de democratizar o acesso às fontes de informação, o incentivo à leitura e a formação de estudantes e professores leitores, bem como a formação e atualização profissional do professor (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017a).

O PNBE faz a distribuição para todas as escolas públicas que estão cadastradas no Censo Escolar realizado pelo INEP. A distribuição dos livros não ocorre todos os anos para todas as etapas do ensino. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017a), nos anos pares a distribuição é feita para as escolas de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Já nos anos ímpares a distribuição é destinada as escolas que oferecem os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio.

O programa é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). As ações são

executadas de forma centralizada com o apoio logístico das escolas, prefeituras e secretarias estaduais e municipais de educação. O FNDE publica no Diário Oficial da União (DOU) um edital, destinado aos editores, que estabelece as regras para inscrição e avaliação das obras (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017c).

O PNBE trabalha em quatro vertentes: PNBE literário, PNBE professor, PNBE periódicos e PNBE temático. O PNBE literário seleciona e distribui obras literárias de diferentes gêneros: textos em prosa: novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro; em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e histórias em quadrinhos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017). O PNBE professor adquire obras de referência com o intuito de auxiliar os professores da educação básica na preparação dos planos de aula e na elaboração de atividades para os estudantes. O PNBE periódicos adquire e distribui revistas pedagógicas para apoiar a formação e atualização do corpo docente, da equipe pedagógica e dos gestores dos estabelecimentos de ensino. Já o PNBE temático distribui obras de referência, preparadas “[...] com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana”, para os alunos e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Para este trabalho, optou-se trabalhar com apenas uma vertente do PNBE, o literário, pois se reconhece a importância da literatura na formação de sujeitos e da potencialidade da biblioteca escolar pública como espaço de encontro entre o leitor e o texto literário, principalmente de crianças e jovens de baixa renda que não podem adquirir obras literárias diversas.

#### ***4.1.1 Histórico***

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi instituído pela Portaria Ministerial nº 584, de 24 de abril de 1997. Nessa Portaria, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições, instituiu o programa, salientando a necessidade de oferecer aos estudantes e aos docentes do ensino fundamental, obras literárias e de referência sobre a formação histórica, econômica e cultural do país. Também considerou a “importância de apoiar técnica e materialmente os programas de capacitação para docentes que atuam no ensino fundamental” (BRASIL, 1997, p. 8519).

O PNBE começou a ser executado em 1998. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017b) nesse mesmo ano, foi enviado para 20 mil escolas públicas, uma coleção composta por 215 títulos, incluindo obras clássicas e modernas da literatura brasileira, obras de referência, globos terrestres, livros sobre a história do Brasil e

sua formação econômica e um atlas histórico Brasil 500 anos, distribuídos às escolas que ofereciam os anos finais do ensino fundamental, totalizando 3.660.000 livros.

Em 1999 uma coleção composta por 109 obras de literatura infanto-juvenil, das quais quatro títulos eram voltados às crianças portadoras de necessidades especiais, foram distribuídas a 36 mil escolas que ofereciam os anos iniciais do ensino fundamental. Foram distribuídos cerca de 3.924.000 livros (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

Em 2000, conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017b), os materiais enviados para as escolas foram direcionados aos professores do ensino fundamental de 18.718 escolas participantes do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado: Programa Parâmetros em Ação. As coleções eram formadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e por Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, Educação Indígena e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O número de obras distribuídas foi de 3.728.000.

Em 2001, além da coleção enviada para as bibliotecas escolares, os alunos receberam livros através de uma nova ação do PNBE denominada “Literatura em minha Casa”. As coleções eram formadas por seis coleções diferentes, cada uma com cinco títulos de diferentes gêneros literários: poesia de autor brasileiro, conto, novela, clássico da literatura universal e peça teatral. As coleções foram destinadas aos estudantes da 4ª série do ensino fundamental. As escolas também foram contempladas com a mesma coleção destinada aos estudantes. O total de livros distribuídos foi de 60.923.940 para 139.119 escolas (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017b), em 2002 houve a continuidade da ação “Literatura em minha Casa”. Foram distribuídas para os alunos da 4ª série, oito coleções de diferentes editoras, cada um com cinco títulos de diferentes gêneros literários: poesia de autor brasileiro, conto, novela, clássico da literatura universal e peça teatral, totalizando 21.082.880 obras literárias. As escolas também receberam a mesma coleção destinada aos estudantes. O número de escolas beneficiadas foi de 126.692.

No ano de 2003, o PNBE foi executado em cinco ações diferentes: “Literatura em Minha Casa”, “Palavras da Gente”, “Casa da Leitura”, “Biblioteca do Professor” e “Biblioteca Escolar”. No Quadro 3 pode-se observar como foram organizadas essas ações:

**Quadro 3** – Ações realizadas no ano de 2003

<b>AÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2003</b>				
<b>Ação</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Títulos distribuídos</b>	<b>Escolas</b>	<b>Livros distribuídos</b>
Literatura em minha casa	4ª série do ensino fundamental	8 coleções com 5 títulos de diferentes gêneros literários	125.194	20.855.750
Palavras da gente	Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental	1 coleção com 6 títulos	10.964	3.470.904
Casa da leitura	Prefeituras municipais	24 coleções	3.659 (Municípios)	6.372.912
Biblioteca do professor	Professores dos anos iniciais do ensino fundamental	2 títulos para cada professor	724.188 (Professores)	1.451.674
Biblioteca escolar	Anos finais do ensino fundamental	144 títulos	20.021	3.193.632

Fonte: Elaboração da autora de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017b)

Em relação ao ano de 2004, foi dada continuidade as ações realizadas no ano de 2003. Já no ano de 2005 o PNBE retomou o foco no atendimento a comunidade escolar por meio da ampliação dos acervos dessas bibliotecas. O Programa entregou pelo menos uma coleção composta por vinte títulos para 136.389 escolas públicas que ofereciam as séries iniciais do ensino fundamental. As coleções foram formadas por obras de diferentes gêneros literários. Também houve a preocupação em atender aos estudantes com deficiência auditiva, para isso, foi entregue a coleção Clássicos da literatura em libras em CD ROM. O total de livros foi de 5.918.966 (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

No que concerne ao ano de 2006, foi formado uma coleção com setenta cinco livros de literatura com diferentes gêneros literários. A coleção foi distribuída às bibliotecas de 46.700 escolas públicas dos anos finais do ensino fundamental, totalizando 7.233.075 livros distribuídos. Em 2007 não houve uma edição do programa devido a uma mudança de nomenclatura do mesmo, que até o ano de 2006 era feita de acordo com o ano de aquisição, a partir de 2007 passou a ser denominado de acordo com o ano de atendimento, ou seja, os livros do PNBE 2008 foram adquiridos em 2007, os do PNBE 2009 foram adquiridos em 2009 e assim por diante (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017b) em 2008 houve a expansão do programa ao distribuir obras de literatura a 85.179 escolas públicas que

ofereciam a educação infantil e a 17.049 escolas do ensino médio. As coleções foram formadas por textos em verso – poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava-línguas, adivinhas –, em prosa – pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias – e livros de imagens, histórias em quadrinhos e obras clássicas da literatura universal. O total de livros distribuídos foi de 1.948.140 para a educação infantil e 3.437.192 para o ensino médio.

No ano de 2009 foram distribuídas a 49.516 escolas que ofereciam os anos finais do ensino fundamental, coleções constituídas por livros de poemas, contos, crônicas, teatro, textos de tradição popular, romances, memórias, diários, biografias, ensaios, histórias em quadrinhos e obras clássicas, em um total de 7.360.973 livros distribuídos (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

O PNBE 2010 distribuiu coleções a todas as escolas públicas de educação infantil (86.379 escolas), ensino fundamental (122.742 escolas) e educação de jovens e adultos do país (39.696 escolas), totalizando 10.660.701 livros. As coleções eram compostas pelos mesmos gêneros entregues no ano de 2009. No mesmo ano houve o “PNBE Professor” que adquiriu 6.983.131 livros de orientação do ensino em cada disciplina da educação básica tendo em vista suas etapas e modalidades. Além disso, houve a distribuição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), elaborado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), para todas as escolas públicas do país. Ainda no ano de 2010 houve o “PNBE Especial” que distribuiu obras de orientação pedagógica e de atendimento educacional especializado aos professores do ensino regular. Para os estudantes com necessidades especiais foram distribuídas obras literárias em formato acessível. Outra ação que aconteceu no mesmo ano foi o “PNBE Periódicos” que distribuiu 11.530.430 revistas pedagógicas a 143.773 escolas públicas (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

Em relação ao ano de 2011, conforme o Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (2017b) o PNBE distribuiu 3.861.782 obras de diferentes gêneros literários para as bibliotecas de 50.502 escolas que ofereciam os anos finais do ensino fundamental e 18.501 escolas com ensino médio. O PNBE periódicos também distribuiu 11.530.430 revistas pedagógicas às bibliotecas de 143.773 escolas públicas.

No que se refere ao ano de 2012, o programa distribuiu 3.485.200 obras literárias voltadas para as bibliotecas de 86.088 escolas que ofereciam a educação infantil; 5.574.400 livros para 115.344 escolas com os anos iniciais do ensino fundamental; e 1.425.753 livros para 38.769 escolas que ofereciam a Educação de Jovens e Adultos (etapas de ensino

fundamental e médio). A novidade dessa edição do PNBE foi a aquisição das obras também em formato MecDaisy. Também houve a distribuição de 15.149.880 revistas pedagógicas através do PNBE Periódicos (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017b) em 2013, o PNBE entregou 5.207.647 obras literárias de diversos gêneros às bibliotecas de 86.794 escolas que ofertavam as séries finais do ensino fundamental e 2.218.884 obras literárias a 36.981 escolas com o ensino médio. Também foram distribuídas obras de referências aos docentes da educação básica regular e da educação de jovens e adultos através do PNBE Professor. Também, no ano de 2013, houve a ação do PNBE Periódicos com a distribuição de 14.885.649 revistas pedagógicas a 153.840 escolas.

Já no ano de 2014 foram distribuídas 12.175.178 obras literárias para 112.769 escolas com educação infantil; 5.599.737 obras literárias a 104.745 escolas que ofereciam os anos iniciais do ensino fundamental; e 1.619.100 obras literárias a 36.006 escolas de educação de jovens e adultos. Foram selecionados e adquiridos 100 títulos para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental cada uma e 50 títulos para o EJA. Também houve a distribuição de 14.751.055 revistas pedagógicas através do PNBE Periódicos para 152.465 escolas (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

O ano de 2014 foi o último no qual o governo enviou livros para as escolas públicas. Apesar da publicação do edital de 2015, não se encontrou a publicação no DOU sobre os títulos selecionados. E ao consultar o Sistema do Material Didático (SIMAD) sobre a distribuição de livros no ano de 2015 não houve resposta.

#### ***4.1.2 Descrição do Edital PNBE 2015***

O edital descrito a seguir faz parte da vertente “PNBE Literário” e foi o último a ser lançado nessa categoria. No entanto, como exposto no histórico, com base em uma consulta ao Sistema do Material Didático (SIMAD), concluí-se que ainda não houve a distribuição dos livros selecionados, já que a pesquisa referente ao ano de 2015 não retornou nenhum resultado.

O Edital de 2015 foi publicado em 07 de março de 2014 e denomina-se “Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015”.

O Edital é dividido em onze pontos:

1. Do objeto;
2. dos prazos;
3. da caracterização das obras;
4. da acessibilidade;
5. da composição dos acervos;
6. das condições de participação;
7. do cadastramento dos editores;
8. das etapas de triagem e avaliação pedagógica;
9. das etapas de habilitação, negociação e contratação;
10. das etapas de produção, controle de qualidade e distribuição;
11. das disposições gerais.

E conta com doze anexos:

- I. Critérios de exclusão na triagem;
- II. relação de documentos do editor e de obras;
- III. especificações técnicas;
- IV. critérios de avaliação e seleção;
- V. modelo de declaração de titularidade de direito patrimonial;
- VI. modelo de declaração de domínio público para obras originalmente escritas em língua estrangeira;
- VII. modelo de declaração de domínio público para textos escritos em língua portuguesa integrantes de antologias;
- VIII. modelo de declaração de domínio público de textos brasileiros adaptados;
- IX. modelo de formulário de habilitação;
- X. modelo de ficha cadastral;
- XI. modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;
- XII. modelo de declaração emprego de menor. (BRASIL, 2014, p. 13).

Ao longo do texto são apresentados tópicos importantes de cada um dos onze pontos do edital. Para maiores informações, o edital completo pode ser encontrado no Anexo A do presente trabalho. Com relação aos anexos do Edital do PNBE 2015, este trabalho aborda apenas o Anexo IV – Critérios de avaliação e seleção, tendo em conta que o foco do mesmo é o processo de seleção.

No primeiro ponto – do objeto – é informado que o edital é destinado aos editores com a finalidade de que os mesmos selecionem livros de literatura para serem avaliados, adquiridos e distribuídos às escolas públicas das esferas municipal, estadual, federal e distrito federal que ofertam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio (BRASIL, 2014).

O segundo ponto – dos prazos – trata dos prazos de realização das etapas de cadastramento dos editores, pré-inscrição e inscrição das obras (BRASIL, 2014).

Com relação à caracterização das obras, correspondente ao terceiro ponto, esclarece-se que as obras só poderão ser inscritas em apenas uma das seguintes composições: tinta ou tinta acompanhada de CD ou DVD em libras. Informa-se também que as obras deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas apresentadas no anexo III do edital. Visando a acessibilidade dos livros, o programa exige que todas as obras que forem adquiridas “[...] deverão ser entregues obrigatoriamente no formato digital acessível MecDaisy [...]”. O Edital de 2015 exige que as obras sejam pré-inscritas em apenas uma etapa de ensino, isto é, deverá ser pré-inscrita para os anos finais do ensino fundamental ou para o ensino médio, e que sejam inscritas de acordo com o gênero literário, a saber: “poema, conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular, romance, memória, diário, biografia, relatos de experiências, obras clássicas da literatura universal, livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos” (BRASIL, 2014, p. 1-2).

Ainda com relação ao terceiro ponto – caracterização da obra – o edital também apresenta critérios de exclusão que os editores precisam verificar para evitar que suas obras sejam excluídas do processo sem, ao menos, participar da avaliação. Os critérios de exclusão apresentados pelo edital são destinados a obras:

- que já tenham sido adquiridas para o PNBE a partir de 2011, ainda que os direitos autorais pertençam a outros editores e/ou que apresentem projetos gráfico-editoriais diferentes;
- em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa;
- preponderantemente didáticas, informativas, doutrinárias, religiosas ou de referência;
- com lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam o leitor à realização de atividade no próprio livro, inviabilizando o seu uso coletivo. (BRASIL, 2014, p. 2).

Há outros critérios de exclusão, tanto no que se refere aos elementos da própria obra, como os citados anteriormente, como critérios referentes à documentação da obra que deve ser entregue pelo editor. Além disso, as obras devem ser entregues segundo determinadas especificações técnicas. Cada editor só pode pré-inscrever doze obras. E deve entregar sete exemplares de cada obra pré-inscrita (BRASIL, 2014).

O quarto ponto trata-se da acessibilidade das obras. Como explanado anteriormente, uma das composições aceitas pelo programa é tinta acompanhada de CD ou DVD em libras. Além disso, de acordo com Brasil (2014, p. 2) as obras que forem compradas “[...] deverão ser convertidas para o formato MecDaisy, obrigatoriamente acompanhadas de tocador

MecDaisy e das Orientações para usabilidade do livro digital acessível MecDaisy [...]”. Salienta-se que as obras em formato MecDaisy só serão entregues as escolas públicas que possuem alunos e professores cegos. O edital traz uma explicação sobre o MecDaisy:

[...] uma solução tecnológica para a geração de livros em formato digital acessível, permitindo a reprodução audível por meio da gravação ou síntese de fala, a navegação pelo texto, a reprodução sincronizada dos trechos selecionados, a ampliação dos caracteres e a conversão para o braile. (BRASIL, 2014, p. 2-3).

No quinto ponto – da composição das obras – é apresentado como é feita a composição das coleções entregues para as escolas. É apresentado o quantitativo de livros que são entregues. Tanto para os anos finais do ensino fundamental como para o ensino médio “[...] serão formados três acervos distintos de obras de literatura, com até 65 (sessenta e cinco) títulos cada, num total de 195 (cento e noventa e cinco) títulos.” (BRASIL, 2014, p. 3). Pontua-se que a coleção é formado pelo MEC de acordo com o resultado da avaliação pedagógica e com os objetivos do programa.

O sexto ponto – das condições de participação – apresenta as condições para participação dos editores no certame. Primeiramente esclarece que os editores ou seus representantes devem “[...] observar as condições de participação no Programa, regulamentadas pelo Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, e a resolução/FNDE nº 07, de 20/03/2009 alterada pela resolução CD/FNDE, nº 39, de 17/07/2009” (BRASIL, 2014, p. 3). Quanto a quem pode participar, o edital informa que podem participar “[...] toda e qualquer empresa legalmente estabelecida no país que atenda às exigências [...]” (BRASIL, 2014, p. 3). Além disso, poderá participar consórcios de empresas contanto que pelo menos uma das empresas seja brasileira. O edital pontua que não pode participar do certame empresas:

1. declarada inidônea;
2. suspensa de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual municipal e do distrito federal;
3. punidas com impedimento de contratar com o Poder Público;
4. empresa estrangeira que não funciona no país. (BRASIL, 2014, p. 3-4).

O sétimo ponto – do cadastramento dos editores – corresponde à etapa de inscrição. Neste ponto é explicado como deve ocorrer o cadastramento dos editores, a pré-inscrição das obras, a entrega das obras pré-inscritas e sua documentação. Exige-se que sete exemplares da obra pré-inscrita sejam entregues e é ressaltado que os mesmos não são devolvidos ao final do concurso (BRASIL, 2014).

No oitavo ponto – das etapas de triagem e avaliação pedagógica – é explicado que a etapa de triagem “[...] será realizada em duas fases e consiste na verificação dos atributos físicos, editoriais e documentais [...]” (BRASIL, 2014, p. 7). Essa verificação tem como base o Anexo I (Critérios de exclusão na triagem) e o Anexo II (Relação de documentos do editor e de obras). De acordo com o edital “a avaliação pedagógica das obras será realizada por instituições públicas de educação superior, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação [...]” (BRASIL, 2014, p. 8). Cabe a Secretaria de Educação Básica determinar qual instituição realizará a “pré-análise, avaliação pedagógica e seleção das obras” (BRASIL, 2014, p. 12). Além dos critérios de exclusão citados anteriormente, o edital do PNBE 2015 também apresenta no Anexo IV os “Critérios de Avaliação e Seleção” que são aplicados pela instituição educacional federal na escolha dos livros que compõem os acervos entregues pelo programa (BRASIL, 2014). O edital informa que a relação das obras selecionadas é divulgada no DOU e no site do MEC e do FNDE. O edital esclarece ainda que o processo de seleção realizado “[...] poderá ser utilizado pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em futuras aquisições, para este ou outros programas e ações.” (BRASIL, 2014, p. 8).

No nono ponto – das etapas de habilitação, negociação e contratação – são avaliadas tanto as editoras quanto as obras por uma Comissão Especial de Habilitação estabelecida pelo FNDE, que terá como base para habilitação a “[...] consulta *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), bem como pela análise dos documentos e das obras entregues pelo editor [...]” (BRASIL, 2014, p. 8). A etapa de negociação corresponde ao processo de aquisição das obras selecionadas, em que o primeiro passo é a negociação do melhor preço tendo em vista o princípio da economicidade. O número de exemplares que são adquiridos é calculado a partir do Censo Escolar realizado pelo INEP. Na etapa de contratação “O FNDE formalizará os contratos administrativos com as editoras que passarem pela fase de negociação.” (BRASIL, 2014, p. 9).

No décimo ponto – das etapas de produção, controle de qualidade e distribuição – é explanado que após a assinatura do contrato as editoras podem iniciar o processo de produção das obras que devem “[...] conter na primeira capa selos fornecidos pelo FNDE e o selo de certificação de origem florestal e de cadeia de custódia.” (BRASIL, 2014, p. 10). O controle de qualidade será realizado pelo FNDE ou por uma empresa contratada para este fim, de acordo com documentos como a NBR 5426/1985 – ABNT e Resolução nº 2, de 12 de janeiro de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE. Com relação à distribuição, as obras devem ser

entregues pelos editores diretamente “[...] ao FNDE ou à instituição indicada para este fim, a qual se responsabilizará pelo processo de mixagem das obras, e em acervos, definidos pela SEB, serão distribuídos às escolas públicas.” (BRASIL, 2014, p. 11).

O décimo primeiro ponto – das disposições gerais – refere-se às legislações que envolvem o certame, obrigações e proibições voltadas aos editores e algumas atribuições do FNDE. Também apresenta quem são os responsáveis por cada etapa do processo relativo ao PNBE 2015:

- O FNDE, a SEB e a SECADI são responsáveis pelo edital;
- o FNDE é responsável pelo “[...] cadastramento dos editores e pré-inscrição das obras inscritas [...]” (BRASIL, 2014, p. 12);
- cabe ao “[...] FNDE e da instituição a ser por ele contratada: inscrição/recepção das obras e da documentação, bem como triagem efetiva das obras inscritas;” (BRASIL, 2014, p. 12);
- é de responsabilidade da SEB a pré-análise, avaliação pedagógica e seleção das obras;
- compete a Comissão Especial de Habilitação/FNDE a habilitação dos editores;
- a Comissão Especial de Negociação/FNDE é responsável pela negociação dos preços das obras com os editores;
- cumpre aos editores a produção e postagem das obras;
- o controle de qualidade deve ser realizado pelo FNDE ou pela instituição por ele contratada para este fim;
- a mixagem e distribuição cabe a instituição contratada pelo FNDE;
- a incumbência de acompanhar/monitorar a execução do programa é do FNDE e das secretarias de educação de estados, municípios e do distrito federal (BRASIL, 2014).

Depois de descrever os principais tópicos relacionados aos pontos do edital do PNBE 2015, é apresentado o conteúdo do Anexo IV – Critérios de avaliação e seleção. Antes de apresentar os critérios propriamente ditos, o edital apresenta uma introdução, onde apresenta os objetivos pretendidos com a entrega dos livros:

[...] contribuir para que a escola pública brasileira possa levar os alunos a uma leitura emancipatória, por meio do acesso a textos literários de qualidade que proporcionem experiências significativas e ofereçam estímulos para reflexão e a participação criativa na construção de sentidos para o texto. Além disso, os textos literários deverão ser portadores de manifestações

artísticas capazes de despertar nos leitores jovens não apenas a contemplação estética, mas, também, a capacidade de reflexão diante de si, do outro e do mundo que o cerca.

O que se espera dessas obras é que elas ofereçam subsídios para a formação de leitores autônomos, apreciadores das várias possibilidades de leitura que um texto literário pode oferecer. É objetivo do PNBE 2015 que os alunos possam apropriar-se de práticas de leitura e escrita de forma a interagir com a cultura letrada disseminada socialmente, promovendo o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2015, p. 29).

Os critérios de seleção do PNBE são divididos em três categorias: qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico. Em cada uma dessas categorias, dadas pelo PNBE, são apresentados critérios mais específicos. Nos Quadros 4, 5 e 6 são apresentadas essas categorias e seus respectivos critérios específicos:

**Quadro 4 – Qualidade do texto**

(Continua...)

<b>Qualidade do texto</b>				
<u>Critérios gerais</u>	<u>Texto em prosa</u>	<u>Texto em verso</u>	<u>Traduções</u>	<u>Histórias em quadrinhos</u>
Qualidades textuais básicas (coerência, coesão, progressão, consistência);	Adequação da linguagem ao público almejado;	Adequação da linguagem ao público;	Manter as qualidades literárias da obra original.	Relação texto – imagem;
Trabalho estético com a linguagem;	Coerência e consistência da narrativa;			Possibilidade de leitura das narrativas visuais.
Exploração de recursos expressivos e/ou outros ligados à enunciação literária;	Ambientação;			
Não serão aceitas obras que apresentem clichês ou estereótipos saturados;	Caracterização das personagens;			

**Quadro 4 – Qualidade do texto**

(Conclusão)

<b>Qualidade do texto</b>				
	Correção e adequação do discurso das personagens a variáveis de natureza situacional e dialetal;			
	O desenvolvimento do tema em harmonia com os recursos narrativos.			

Fonte: Elaboração da autora de acordo com os critérios apresentados no Edital de 2015

**Quadro 5 – Adequação Temática**

<b>Adequação temática</b>
<u>Critérios Gerais</u>
Temáticas diversificadas (diferentes contextos sociais, culturais e históricos);
Temáticas de acordo com a faixa etária e aos interesses dos alunos;
Adequação às expectativas do público;
Amplificação das perspectivas e referências do universo juvenil através da exploração artística dos temas e da faculdade de incitar novas leituras.
As obras não devem possuir didatismos, moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem.
As obras em verso deverão propiciar a interação lúdica na linguagem poética;
Os textos literários deverão evitar conduzir explicitamente opinião/comportamento do leitor.

Fonte: Elaboração da autora de acordo com os critérios apresentados no Edital de 2015

**Quadro 6 – Projeto Gráfico**

<b>Projeto gráfico</b>
<u>Critérios Gerais</u>
Apresentar equilíbrio entre texto principal, ilustrações, textos complementares e as várias intervenções gráficas;
Garantir condições de legibilidade do ponto de vista tipográfico: formato e tamanho das fontes utilizadas; espaçamento entre letras, palavras e linhas; alinhamento do texto, qualidade do papel e impressão;
Deve conter a biografia do autor para que possa permitir a contextualização do autor e da obra no universo literário.

Fonte: Elaboração da autora de acordo com os critérios apresentados no Edital de 2015

## **4.2 Contribuições da Teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções para o Programa Nacional Biblioteca na Escola**

Fundamentado na revisão de literatura sobre o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções e na análise do “Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE 2015” foi elaborada três categorias teóricas:

- Universo de Títulos;
- Responsáveis pela Seleção;
- Critérios de Seleção.

A categoria, “Universo de Títulos”, corresponde aos canais, pelos quais, os selecionadores podem tomar conhecimento e/ou localizar obras de literatura para incorporar em suas bibliotecas, tendo em vista, a vastidão do mercado editorial.

A categoria, “Responsáveis pela seleção”, representa os selecionadores das obras que são incorporadas ao acervo, ou seja, são as pessoas que avaliarão os itens da categoria “Universo de Títulos” de acordo com critérios de seleção pré-determinados, e que decidem pela inclusão ou não do item na coleção.

Já a categoria, “Critérios de Seleção”, constitui o conjunto de critérios estabelecidos previamente para avaliação das obras provenientes da categoria “Universo de Títulos” pelos indivíduos da categoria “Responsáveis pela Seleção”.

O objetivo das categorias teóricas é organizar os processos da etapa de seleção de livros do PNBE em correspondência com os procedimentos indicados na teoria de FDC, e assim, poder identificar as possíveis contribuições dessa teoria para o aprimoramento do programa. No Quadro 7 são apresentados os processos e aspectos que caracterizam a seleção de livros infanto-juvenis para bibliotecas escolares tanto na teoria de FDC (1ª coluna) como no Edital do PNBE 2015 (2ª coluna).

**Quadro 7** – Tratamento das categorias teóricas no processo de seleção de acordo com a teoria de FDC e segundo o Edital de 2015 do PNBE

	<b>FDC</b>	<b>PNBE</b>
<b>Universo de títulos</b>	<p>O material é selecionado considerando os seguintes itens:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Usuários da biblioteca;</li> <li>2. Prospecção de títulos pelo bibliotecário com a ajuda de instrumentos auxiliares de seleção;</li> <li>3. Análise das estatísticas de uso do acervo;</li> <li>4. Diálogo com professores e com outros bibliotecários escolares.</li> <li>5. Assuntos presentes no currículo da escola;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os livros são selecionados inicialmente pelos próprios editores e enviados para avaliação pedagógica.</li> </ol>
<b>Responsáveis pela seleção</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comissão de seleção de caráter deliberativo. É composto por professores, responsáveis, alunos, ex-alunos e funcionários. O bibliotecário deve ser o coordenador do processo.</li> <li>2. Comissão de seleção de caráter consultivo</li> <li>3. Bibliotecário</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituição pública de educação superior escolhida pela Secretaria de Educação Básica para avaliação pedagógica e seleção dos títulos que farão parte do acervo distribuído às escolas;</li> </ol>
<b>Critérios de seleção</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar se as obras disseminam preconceitos ou se incentivam de alguma forma discriminações de ordem étnica, cultural ou social;</li> <li>2. Critérios por Vergueiro:             <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Critérios que abordam o conteúdo dos documentos:                 <ol style="list-style-type: none"> <li>i. Autoridade;</li> <li>ii. Imparcialidade.</li> </ol> </li> <li>b. Critérios que abordam a adequação ao usuário:                 <ol style="list-style-type: none"> <li>i. Conveniência;</li> <li>ii. Idioma;</li> <li>iii. Relevância/Interesse;</li> <li>iv. Estilo;</li> </ol> </li> <li>c. Critérios relativos a aspectos adicionais do documento:                 <ol style="list-style-type: none"> <li>i. Características físicas;</li> <li>ii. Contribuição potencial;</li> </ol> </li> </ol> </li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qualidade do texto;</li> <li>2. Adequação temática;</li> <li>3. Projeto gráfico.</li> </ol>

Fonte: Elaborado pela autora

Com base no Quadro 7 pode-se identificar as contribuições que a teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções pode oferecer para o aperfeiçoamento do Programa Nacional Biblioteca da Escola. A seguir há uma análise do quadro organizada de acordo com as categorias teóricas e destacando em cada uma delas os seguintes tópicos: a. ponto destacado; b. comentário/análise; c. teoria de Formação e Desenvolvimento de coleções; e d. proposta para o PNBE.

**i. Universo de Títulos:**

*a. Ponto destacado*

No PNBE o processo de localização e escolha inicial de títulos é realizado unicamente pelos editores que selecionam até 12 de suas obras e enviam os exemplares para o programa avaliá-los.

*b. Comentário/Análise*

A escolha inicial de títulos feita pelos editores acaba não levando em consideração as características das comunidades a serem servidas, porque esses profissionais não conhecem as necessidades de informação da mesma, bem como os recursos disponíveis nas próprias bibliotecas e em outras unidades de informação presentes no local onde a escola está localizada. Dessa forma, os avaliadores e selecionadores só contam com os títulos encaminhados pelos próprios editores para seleção, limitando assim, as obras disponíveis para avaliação e seleção.

*c. Teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções*

Na literatura especializada de FDC, indica-se que o bibliotecário disponibilize um canal de comunicação para que os usuários possam fazer sugestão de livros. Além disso, os bibliotecários devem realizar a prospecção de títulos com o auxílio de instrumentos auxiliares de seleção com o objetivo de identificar obras que os usuários desconhecem. A análise das estatísticas de uso do acervo, a verificação dos assuntos do currículo da escola e o diálogo com professores e com bibliotecários de outras bibliotecas escolares são fundamentais para ampliação da quantidade de títulos que podem ser avaliados para incorporação na coleção.

*d. Proposta para o PNBE*

Haja vista a dificuldade de aplicar esses procedimentos no PNBE devido ao perfil atual do programa, o que se pode delinear como estratégias para o seu aprimoramento nessa categoria, é a transferência da responsabilidade dessa escolha inicial de títulos para os próprios selecionadores do PNBE. Caberia aos editores o envio dos seus catálogos para o programa. A partir da análise dos catálogos e da leitura de resenhas, os selecionadores escolheriam as obras que gostariam de avaliar. Depois, os editores enviariam os exemplares das obras escolhidas para uma segunda avaliação.

Salienta-se como ponto positivo nesse processo a possibilidade dos selecionares poderem ter em mãos os livros para avaliação, o que, de acordo com a teoria de FDC seria o ideal no processo de seleção.

**ii. Responsáveis pela seleção**

*a. Ponto destacado*

No PNBE, a Secretaria de Educação Básica (SEB) seleciona uma instituição pública de educação superior para avaliação pedagógica e seleção das obras. Na análise do Edital do Programa não foi localizado qual o critério de escolha da instituição responsável pela avaliação pedagógica.

*b. Comentário/Análise*

A principal questão a respeito dessa instituição é que, assim como os editores, os participantes dela não conhecem a realidade das escolas que receberão os livros. Além disso, a coleção é única para todo o Brasil, o que, impossibilita a escolha de livros voltados para um público específico, desconsiderando a diversidade regional própria do país.

*c. Teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções*

Na teoria de FDC recomenda-se que se criem comissões de caráter deliberativo ou consultivo e que tenha um bibliotecário como coordenador do processo. A constituição de

uma comissão com indivíduos da comunidade escolar (estudantes, professores, funcionários e responsáveis) permite que a coleção desenvolvida represente os interesses da mesma. A participação dos estudantes na seleção dos títulos contribui para a efetivação do educando como construtor do seu próprio conhecimento dentro de uma educação transformadora. Também entra nessa questão a autonomia dos educadores que precisam ter voz no processo de ensino aprendizagem de suas escolas. E a seleção de títulos precisa ser encarada dentro desse processo.

Além disso, a teoria de FDC aponta a necessidade de transparência na constituição das comissões, com a identificação e indicação da função de cada participante para evitar distorções ou mal entendidos e com a explicação de como a comissão foi constituída.

*d. Proposta para o PNBE*

Sugere-se a constituição de uma comissão deliberativa com educadores (bibliotecários, professores, coordenadores pedagógicos entre outros) que não seja proveniente apenas de uma instituição de ensino superior, e sim, pelo menos de profissionais provenientes de instituições de ensino localizadas em cada uma das regiões do Brasil. E que a seleção dos participantes dessa comissão seja amplamente divulgada e transparente.

**iii. Critérios de seleção**

*a. Ponto destacado*

O PNBE divide o seu conjunto de critérios em três critérios gerais: qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico. Nos próximos parágrafos discorreu-se sobre cada critério geral apresentado os critérios específicos que cada um comporta.

Na qualidade do texto são avaliados critérios gerais como: coerência, coesão, progressão e consistência do texto; trabalho estético com a linguagem; enunciação literária; e imparcialidade. Também há critérios específicos para alguns gêneros textuais. Com relação ao texto em prosa os critérios avaliados são: a adequação da linguagem ao público; a caracterização das personagens; o discurso das personagens ajustados a variáveis de natureza situacional e dialetal; e o desenvolvimento do tema em harmonia com os recursos narrativos. Nas histórias em quadrinhos é avaliada a relação do texto e da imagem.

A adequação temática apresenta critérios referentes aos assuntos das obras. É avaliado se há a presença de temáticas diversificadas que apresentem diferentes contextos sociais, culturais e históricos; se as obras estão adequadas à faixa etária e se atende as expectativas e os interesses dos estudantes; e se amplia das perspectivas e referências do universo juvenil; e a imparcialidade.

Já o projeto gráfico avalia critérios como: apresentação de equilíbrio entre texto principal, ilustrações e textos complementares; características físicas, como por exemplo, a qualidade do papel e o tamanho da fonte; e a presença de biografia do autor para contextualizar a obra no universo literário.

#### *b. Comentário/Análise*

Levando em consideração os usuários, alguns critérios mostram-se inadequados, como exemplo, os relacionados às temáticas de acordo com a faixa etária e aos interesses dos alunos e a adequação às expectativas do público. Como os selecionadores podem conhecer quais são os interesses e expectativas dos estudantes se não há um estudo prévio? E como compreender os interesses e as expectativas dos alunos de todo o país?. Sendo assim, os critérios apresentados pelo PNBE são adequados se se considera apenas a qualidade do texto dos livros. Não há como levar em conta o interesse e a relevância dos livros para os estudantes de todo o país.

#### *c. Teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções*

Na literatura especializada de FDC recomenda-se que os critérios sejam estabelecidos de acordo com as características específicas de cada biblioteca, que envolvem questões relacionadas às concepções de ensino da escola, o projeto político pedagógico, o currículo, a comunidade escolar e as unidades de informação presentes no entorno da instituição. No Quadro 7 foram apresentados os critérios relacionados a escolha de títulos de literatura infanto-juvenil.

Dentre os critérios da teoria de FDC que apresentam correspondência com os critérios apresentados no Edital PNBE 2015 podem-se citar os critérios da imparcialidade, da conveniência, do estilo do texto e das características físicas. O critério da imparcialidade avalia se as obras apresentam preconceitos, discriminações e submissão de minorias. O de conveniência refere-se à faixa etária e desenvolvimento das crianças. O estilo verifica se a

maneira de escrever do autor é adequada para os usuários. As características físicas correspondem aos aspectos físicos do livro, como por exemplo, a encadernação, o tamanho da fonte utilizada entre outros.

Já os critérios de relevância/interesse e contribuição potencial não podem ser utilizados pelo PNBE porque envolvem o estudo de comunidade e o diagnóstico de acervo de cada biblioteca escolar. A relevância/interesse refere à potencialidade de cada título despertar o interesse dos usuários de determinada comunidade, o que só poderá ser considerado quando se tem o conhecimento da mesma. Já a contribuição potencial concerne ao benefício que cada item selecionado pode oferecer tendo por base o acervo já existente da biblioteca.

#### *d. Proposta para o PNBE*

Dentre os critérios apontados no Quadro 7, como provenientes da literatura especializada de FDC, e que podem ser utilizados pelo PNBE, menciona-se o critério de Autoridade. Esse critério não encontra correspondência com nenhum dos critérios apresentados pelo PNBE. Nesse critério analisa-se o autor, o ilustrador e, caso exista, a coleção da qual o livro literário participa.

Como se pode constatar, muitas das contribuições identificadas na teoria de FDC não cabem ao PNBE, no qual, a configuração centralizada do programa e a realidade das bibliotecas escolares brasileiras dificultam a realização de um estudo de comunidade e diagnóstico de acervo que evidenciaria as necessidades informacionais de uma determinada comunidade.

O que se sugere é a descentralização do programa no que concerne ao processo de seleção e avaliação dos títulos por município. O bibliotecário de cada escola ficaria responsável pela elaboração de sua própria Política de Desenvolvimento de Coleções e enviaria ao FNDE – que continuaria responsável pela aquisição – uma lista dos títulos que necessitam.

Como no atual contexto, muitas escolas brasileiras não contam com bibliotecários e em muitos casos nem com biblioteca ou sala de leitura, uma recomendação seria que bibliotecários fossem contratados como consultores para a elaboração de uma Política de FDC e de uma lista desiderata<sup>3</sup> para cada escola. A lista seria enviada para o FNDE. Essa solução

---

<sup>3</sup> Lista desiderata: relação dos materiais que a biblioteca deseja adquirir (VERGUEIRO, 2010).

não é a ideal, que seria a existência de uma biblioteca com bibliotecário em cada escola, mas serviria como um paliativo enquanto não houver a mudança desse quadro, que só se efetivará, com a luta de toda a classe bibliotecária na conscientização da importância das bibliotecas escolares para a sociedade, bem como a apropriação dos documentos que apoiam atualmente a educação brasileira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho identificou contribuições da teoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções para o aperfeiçoamento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). As contribuições foram relacionadas às formas de seleção inicial dos livros, aos responsáveis pela seleção e aos critérios utilizados. Esses tópicos correspondem respectivamente as seguintes categorias teóricas elaboradas de acordo com a literatura especializada de FDC e segundo o Edital PNBE 2015: Universo de Títulos; Responsáveis pela Seleção; e Critérios de Seleção.

Na categoria teórica, “Universo de Títulos”, apontou-se como proposta ao PNBE a transferência da responsabilidade da escolha inicial dos títulos dos editores para os próprios selecionadores do PNBE. Caberia aos editores o envio dos seus catálogos para o programa. A partir da análise dos catálogos e da leitura de resenhas, os selecionadores escolheriam as obras que gostariam de avaliar. Depois, os editores enviariam os exemplares das obras escolhidas para uma segunda avaliação.

Quanto à categoria, “Responsáveis pela Seleção”, sugeriu-se a constituição de uma comissão deliberativa formada por bibliotecários, professores, coordenadores pedagógicos entre outros educadores que não fossem provenientes apenas de uma instituição de ensino superior, e sim, pelo menos de profissionais provenientes de instituições de ensino localizadas em cada uma das regiões do Brasil. E que a seleção dos participantes dessa comissão fosse amplamente divulgada e transparente.

No que tange a categoria, “Critérios de seleção” identificou-se como um critério adequado para incorporação no conjunto de critérios do PNBE o critério de Autoridade. Esse critério não encontra correspondência com nenhum dos critérios apresentados pelo PNBE. Nele procura-se analisar o autor, o ilustrador e, caso exista, a coleção da qual o livro literário participa.

No fechamento da pesquisa, identificou-se a informação de que o PNBE foi extinto. A notícia foi veiculada em diversos canais da imprensa eletrônica. Porém, não foi localizada em uma fonte de informação formal do governo. Em uma das notícias encontradas, o governo declarou que a extinção se deu por causa da subutilização dos livros e afirmou que já há uma alternativa ao Programa (MOREIRA, 2017).

A alternativa encontrada pelo governo evidenciou-se com Decreto nº 9.099, de julho de 2017 que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no qual se transfere para esse programa a responsabilidade de avaliar e disponibilizar obras literárias e o

programa passa a ser denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático (BRASIL, 2017). Até o presente momento não foi divulgado como essa nova configuração do PNLD será organizada.

Contudo, salienta-se que essa notícia não invalida os resultados obtidos no decorrer deste trabalho, os quais poderão ser utilizados na reformulação do PNLD que passará a selecionar obras literárias.

Ressalta-se que a antiga configuração do Programa – no qual se trabalhou para a identificação das contribuições – muitos dos procedimentos identificados na teoria de FDC não poderiam ser utilizados, já que os mesmos se apoiam na Política de FDC que as bibliotecas de cada escola deveriam possuir. Além disso, a centralização do PNBE impossibilitava a diversidade dos seus acervos no sentido de representar os interesses de cada comunidade. O que ocorria era a constituição de acervos únicos que eram entregues para todas as escolas do Brasil, não levando em conta as suas especificidades.

Como se pontuou durante o trabalho, o bibliotecário das escolas deve possuir o papel de coordenador em questões relacionadas ao desenvolvimento dos acervos das bibliotecas sob a sua responsabilidade. Analisando os documentos do PNBE não foi possível verificar a existência da participação dos bibliotecários durante a execução do programa, apenas na dinamização dos acervos. O que relega ao bibliotecário uma atuação passiva de receptor e armazenador de livros, que não contaram com a sua avaliação no processo de seleção.

Indicou-se durante a análise dos resultados, que houvesse a descentralização do programa no tocante a avaliação e seleção de livros, que deveria ser realizada pelos bibliotecários de cada escola com auxílio da comunidade escolar, ou por meio de comissões deliberativas/consultivas ou através de contatos formais ou informais estabelecidos pelo bibliotecário com a sua comunidade. O processo de aquisição das obras e logística de distribuição das obras continuaria com o FNDE.

Considerou-se a questão da não existência de bibliotecas e conseqüentemente de bibliotecários em muitas escolas brasileiras. Como solução imediata para essa questão, sugeriu-se a contratação de bibliotecários como consultores para a elaboração de Políticas de FDC para cada escola e também a elaboração de uma lista desiderata para ser encaminhada para aquisição pelo FNDE. Porém, como foi pontuada anteriormente, essa não é a melhor solução. O ideal seria a existência de uma biblioteca e um bibliotecário em cada escola brasileira.

O objetivo das considerações apresentadas é o melhoramento da execução do PNBE, que sem dúvidas, representou um avanço para as bibliotecas escolares brasileiras. A notícia da

extinção do mesmo e da alteração do PNLD para avaliar além de livros didáticos, obras literárias, provoca várias questões no campo. A descontinuidade de programas governamentais não é de forma alguma algo que oferece benefícios para a sociedade. A “junção” de um programa em outro se caracteriza como estratégia para redução de gastos nos serviços públicos, o que, na atual conjuntura do país representa mais um retrocesso com relação à educação.

No entanto, acredita-se que os bibliotecários e sua literatura especializada poderiam contribuir muito para a reformulação desse novo PNLD ou a criação de um novo programa governamental para formação e desenvolvimento dos acervos das bibliotecas escolares brasileiras.

Mas para tanto, os bibliotecários precisam tomar conhecimento dos principais debates políticos concernentes as bibliotecas escolares, bem como, das principais legislações, diretrizes e parâmetros referentes à Educação no Brasil e identificar como as bibliotecas escolares são representadas e quais as possibilidades de atuação nesse espaço, esses documentos possibilitam visualizar. Portanto, recomenda-se a realização de mais pesquisas acadêmicas sobre as políticas de livros no Brasil e quais são as suas relações com as bibliotecas escolares.

Com o conhecimento das legislações e programas referentes a educação, a classe bibliotecária pode se organizar para lutar por políticas educacionais voltadas a biblioteca escolar e manutenção ou aprimoramento dos programas educacionais existentes, que contem com o aporte teórico da Biblioteconomia. Porque é importante salientar que as legislações e políticas apresentadas na revisão de literatura são originárias de muita luta e não concessões oferecidas de livre e espontânea vontade pelo poder público. No atual contexto socioeconômico no qual vivemos a educação transformadora não é grande preocupação dos nossos governantes.

A realização deste trabalho foi um desafio muito importante em minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Todas as leituras realizadas trouxeram conhecimentos e reflexões que transformaram a forma com a qual eu olhava para a Biblioteconomia, principalmente a escolar. A biblioteca escolar foi o primeiro espaço no qual tive a oportunidade de ler livros e de me apaixonar pela leitura, a qual me permitiu olhar para o mundo ao meu redor com mais sensibilidade e tentar compreender as relações que permeiam o meu cotidiano. Hoje, trabalhando em uma biblioteca escolar infantil, tenho a certeza do quanto à leitura e o acesso a livros de qualidade podem enriquecer a formação de indivíduos, permitindo que os mesmos tenham consciência do outro e do espaço no qual habitam. Além

disso, a leitura é uma das energias propulsoras da imaginação, esta que permite aos seres humanos transformarem-se e transformar o ambiente ao seu redor.

A possibilidade de leituras que emancipem os indivíduos, principalmente daqueles que não possuem condições financeiras, é permitida através de livros, os quais precisam ser selecionados com critérios e de acordo com o conhecimento da comunidade e do acervo da biblioteca do qual fará parte. A disciplina de Formação e Desenvolvimento de Coleções me permitiu entender essa necessidade que está relacionada com a visão da biblioteca como um espaço de identidade de uma comunidade específica. Foi a partir dessa disciplina que comecei a olhar para o PNBE. Na escola onde trabalho muitos livros são provenientes desse programa, e percebi que ele não condizia com a teoria de FDC ensinada na faculdade.

A formulação do problema de pesquisa foi muito desafiante. O caráter nacional do PNBE e as políticas de FDC, que são específicas de uma biblioteca, dificultaram a escolha sob qual aspecto trabalhar. Além disso, a não existência de bibliotecas em muitas escolas do município do Rio de Janeiro e conseqüentemente de políticas de FDC não permitiram um olhar mais específico a essa região. Trabalhar em uma escola também me possibilitou questionar o papel do bibliotecário dentro dessa instituição e a necessidade dele estar a par dos documentos que perpassam o cotidiano escolar.

Na revisão de literatura entrei em contato com a legislação que ampara a Educação brasileira e percebi a necessidade de nós bibliotecários termos conhecimento sobre essas questões. Temos que participar efetivamente da formulação dessas legislações e ter voz ativa na formulação de políticas públicas educacionais, as quais o PNBE no caráter de programa faz parte.

Dentre os desafios enfrentados durante a elaboração do trabalho, o que mais me incomodou foi à notícia da extinção do programa. Apresentei contribuições ao PNBE por acreditar que esse programa é muito importante para a Educação brasileira, principalmente pelo fato de distribuir livros de literários que permitem uma formação mais humana aos indivíduos. Além disso, as bibliotecas escolares não estão presentes em todas as escolas e em muitas escolas nas quais estão presentes há o questionamento sobre a atualização dos acervos, portanto o PNBE representava um importante avanço nesse sentido.

Por fim, o olhar para essas questões me proporcionou um novo posicionamento dentro do campo biblioteconômico escolar, no qual percebo a necessidade de atuarmos ativamente enquanto classe compartilhando de fato os conhecimentos técnicos que possuímos e que podemos utilizar para elaborar e aprimorar as políticas públicas que são implementadas pelo Estado, mas fruto de intensas lutas políticas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. A coleção da biblioteca escolar. In: CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 29-32.

CAMPELLO, Bernadete. A competência informacional na educação para o século XXI. In: CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 9-12.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 2000.

CORSINO, Patrícia. Trabalhando com projetos na educação infantil. In: CORSINO, Patrícia (Org.). **Educação infantil: cotidiano e políticas**. Campinas: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação Contemporânea).

CÔRTE, Adelaide Ramos; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2011.

CRUZ, Priscilla; MONTEIRO, Luciano (Org.). **Anuário brasileiro da educação básica: 2017**. São Paulo: Moderna, 2017. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1567/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2017>>. Acesso: 11 out. 2017.

CURLEY, Arthur; BRODERICK, Dorothy. **Building library collections**. 6. ed. London: The Scarecrow Press, Inc., 1985.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. **Diário [da] Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 07 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o programa nacional do livro e do material didático. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2017. Seção 1, p. 7. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 08 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o programa nacional biblioteca da escola: PNBE 2015**. Brasília, DF: CGPLI, 2014. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/programas-do->

livro/consultas/editais-programas-livro/item/5339-edital-pnbe-2015>. Acesso em: 22 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 08 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12244.htm)>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997. **Diário Oficial [da União]**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 abr. 1997. Seção 1, p. 8519. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=31&data=29/04/1997>>. Acesso em: 13 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro\\_mec\\_final\\_baixa.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2017.

EVANS, G. Edward; SAPONARO, Margaret Zarnosky. **Developing library and information Center collection**. 5. ed. Westport: LibrariesUnlimited, 2005.

FERNANDES, Célia Regina Delácio; CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 319-328, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11749/8389>>. Acesso: 13 out. 2017.

FETZNER, Andréa Rosana. **Currículo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. 2 v.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento & avaliações de coleções**. Rio de Janeiro: Rasbikus, 1993.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: 17 mar. 2017a.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/historico>>. Acesso em: 13 out. 2017b.

\_\_\_\_\_. **Programas do livro**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9787-sobre-os-programas-do-livro>>. Acesso em: 12 out. 2017c.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília, DF: FCI/Unb, 2012. Disponível em:

<[http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO\\_Letramento\\_Informacional.pdf](http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Políticas públicas de livro didático**: elementos para compreensão da agenda de políticas públicas em educação no Brasil. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19891/1/PolíticasPublicasLivro.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

GUIMARÃES, Fernanda Xavier; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus S. **Biblioteca escolar e as perspectivas curriculares dos cursos de biblioteconomia da região nordeste**. São Paulo: Paço, 2016.

IFLA/UNESCO School library Manifesto 1999. Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/ifla-unesco-school-library-manifesto-1999>>. Acesso em: 07 set. 2017.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**.4. ed. São Paulo: Instituto pró-livro, 2016. Disponível em: <[http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Guidelines for a collection development policy using the conspectus model**. 2001. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-en.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

MACEDO, Neusa Dias de (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Senac, CRB – 8ª região – São Paulo, 2005.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MARDIS, Marcia A. **The collection program in schools**: concepts and practices. 6. ed. Santa Barbara, CA: LibrariesLimited, 2016. Disponível em: <[https://www.amazon.com/Collection-Program-Schools-Practices-Information/dp/1610698231/ref=sr\\_1\\_3?s=books&ie=UTF8&qid=1504127911&sr=1-3&keywords=school+library+collection+development](https://www.amazon.com/Collection-Program-Schools-Practices-Information/dp/1610698231/ref=sr_1_3?s=books&ie=UTF8&qid=1504127911&sr=1-3&keywords=school+library+collection+development)>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escola, eis a questão**: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/apresentacao>>. Disponível em: 12 out. 2017.

MOREIRA, Ardilhes. Governo federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolas públicas. **G1**, Rio de Janeiro, 29 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 04 out. 17.

NATIONAL LIBRARY OF NEW ZEALAND. **Selecting resources for your school library**. Disponível em: <<http://schools.natlib.govt.nz/school-libraries/building-and-managing-collection/selecting-resources-your-school-library>>. Acesso em 25 fev. 2017.

PINHEIRO, Carmem Neide Antunes. **A importância do projeto político pedagógico para desenvolver o currículo respeitando a diversidade no contexto escolar**. 2013. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Coordenação Pedagógica)–Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8875/1/2013\\_CarmenNeideAntunesPinheiro.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8875/1/2013_CarmenNeideAntunesPinheiro.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Antes do depois**. Rio de Janeiro: Manati, 2006.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. **Multieducação: Sala de Leitura**. 2.ed. Rio de Janeiro, 2007. (Série Temas em Debate).

SAMPAIO, Helena Augusto Santos Pires de. **A biblioteca escolar e o currículo**. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares)– Universidade Aberta, Lisboa, 2012. Disponível em: <[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2572/1/TMGIBE\\_HelenaSampaio.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2572/1/TMGIBE_HelenaSampaio.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas: Papyrus, 1986.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: ABP, 1989.

\_\_\_\_\_. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

# ANEXO A – EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DE LITERATURA PARA O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: PNBE 2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2014 – CGPLI EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DE LITERATURA PARA O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA PNBE 2015

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB), e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em cooperação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), fazem saber aos editores que se encontra aberto o processo de aquisição de obras de literatura para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio das escolas públicas que integram os sistemas de educação federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

### 1. Do Objeto

1.1. Este edital tem por objeto a convocação de editores para o processo de aquisição de obras de literatura destinadas às escolas públicas que oferecem os anos finais do ensino fundamental e ensino médio e que integram os sistemas de educação federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito do PNBE.

### 2. Dos Prazos

2.1. As etapas de cadastramento de editores, pré-inscrição e inscrição das obras serão realizadas nos seguintes períodos:

#### 2.1.1. Cadastramento de Editores e Pré-inscrição das Obras

Do dia 07/04/2014 até as 18h do dia 26/05/2014.

#### 2.1.2. Entrega das Obras e da Documentação

De 02/06/2014 a 06/06/2014, no período das 8:30 às 16:30 hs.

### 3. Da Caracterização das Obras

3.1. Serão aceitas para participar do processo de aquisição obras de literatura que atendam ao disposto no **item 1** e demais critérios deste edital.

3.2. Cada obra poderá ser pré-inscrita em apenas uma das seguintes composições:

3.2.1. tinta e

3.2.2. tinta acompanhada de CD ou DVD em LIBRAS.

3.3. As obras deverão ser apresentadas em conformidade com as especificações técnicas definidas no **Anexo III** deste edital.

3.4. As obras de literatura que forem adquiridas para o PNBE 2015 deverão ser entregues obrigatoriamente no formato digital acessível MecDaisy, conforme disposto no **item 4**.

3.5. As obras deverão ser pré-inscritas em apenas uma das etapas de ensino previstas no **item 1**, ficando excluída do processo a obra que for pré-inscrita concomitantemente nas duas etapas de ensino.

3.6. As obras de literatura poderão ser pré-inscritas nos seguintes gêneros literários:

3.6.1. poema;

- 3.6.2.** conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular;
- 3.6.3.** romance;
- 3.6.4.** memória, diário, biografia, relatos de experiências;
- 3.6.5.** obras clássicas da literatura universal;
- 3.6.6.** livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.
- 3.7.** Serão aceitas traduções de obras literárias.
- 3.7.1.** Os critérios de tradução utilizados e sua adequação ao público leitor serão também avaliados, conforme consta no **anexo IV** deste edital.
- 3.8.** Serão aceitas antologias, desde que se explicitem, em prefácio, introdução ou apresentação, o(s) critério(s) que justifica(m) a organização. Os critérios utilizados na organização e sua adequação ao público a que se destinam também serão objeto de avaliação.
- 3.8.1.** Para fins deste edital, considera-se antologia a reunião de textos de um ou mais autores, organizados em torno de uma proposta editorial consistente.
- 3.9.** As obras deverão apresentar-se em um único volume e ser pré-inscritas individualmente, ainda que façam parte de coleção.
- 3.10.** Caso a obra contenha anexos indispensáveis à sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do corpo da obra, não podendo constituir volume em separado, nem poderão ser consumíveis.
- 3.11.** A obra a ser entregue no momento da inscrição deverá ter todos os exemplares exatamente iguais e pertencer à mesma edição informada na pré-inscrição.
- 3.12.** Não poderão ser pré-inscritas obras:
- 3.12.1.** que já tenham sido adquiridas para o PNBE a partir de 2011, ainda que os direitos autorais pertençam a outros editores e/ou que apresentem projetos gráfico-editoriais diferentes;
- 3.12.2.** em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa;
- 3.12.3.** preponderantemente didáticas, informativas, doutrinárias, religiosas ou de referência.
- 3.12.4.** com lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam o leitor à realização de atividades no próprio livro, inviabilizando o seu uso coletivo.
- 3.13.** As obras entregues, tanto na etapa de inscrição como na etapa de aquisição e de distribuição, deverão atender às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, à Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008 e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008.

#### **4. Da Acessibilidade**

- 4.1.** Fica admitida para o PNBE 2015 a pré-inscrição de obras na composição acessível tinta acompanhada de CD ou DVD em LIBRAS, prevista no **subitem 3.2.2.**
- 4.1.1.** Na inscrição para a composição tinta acompanhada de CD ou DVD em LIBRAS, além dos exemplares solicitados no **subitem 7.1.3.7.1** deste edital, deverá ser entregue mais 1 (um) exemplar da obra.
- 4.1.2.** As obras em LIBRAS serão avaliadas com base nas especificações técnicas constantes no **anexo III** deste edital.
- 4.1.3.** Só será aceita obra em LIBRAS se acompanhada da respectiva obra em tinta.
- 4.2.** As obras que forem adquiridas para o PNBE 2015 deverão ser convertidas para o formato MecDaisy, obrigatoriamente acompanhadas de tocador MecDaisy e das Orientações para usabilidade do livro digital acessível MecDaisy, **Anexo XIII**, que consiste em uma solução

tecnológica para a geração de livros em formato digital acessível, permitindo a reprodução audível por meio da gravação ou síntese de fala, a navegação pelo texto, a reprodução sincronizada dos trechos selecionados, a ampliação de caracteres e a conversão para o Braille.

**4.2.1.** Receberão as obras em formato MecDaisy as escolas da rede pública que tiverem registrados alunos e professores cegos nos anos finais do ensino fundamental e/ou do ensino médio.

**4.2.2.** O MecDaisy deverá ser apresentado em DVD.

**4.2.3.** A remuneração do material em formato MecDaisy será objeto de negociação específica, que levará em consideração tanto os custos de adaptação do conteúdo quanto de reprodução das cópias físicas.

**4.2.4.** O atraso ou o não atendimento do fornecimento do material em formato MecDaisy resultará na aplicação de multa, nos termos e condições a serem definidos no contrato de aquisição.

**4.3.** Na etapa de inscrição, deverão ser entregues os documentos solicitados no **subitem 7.1.3.** também para as obras em LIBRAS e para o formato MecDaisy, no que couber.

### **5. Da Composição dos Acervos**

**5.1.** Para os anos finais do ensino fundamental, serão formados três acervos distintos de obras de literatura, com até 65 (sessenta e cinco) títulos cada, num total de 195 (cento e noventa e cinco) títulos.

**5.2.** Para o ensino médio, serão formados três acervos distintos de obras de literatura, com até 65 (sessenta e cinco) títulos cada, totalizando 195 (cento e noventa e cinco) títulos.

**5.3.** Os acervos serão formados pelo MEC de acordo com o resultado da avaliação e com os objetivos do Programa.

**5.3.1.** O MEC poderá, se for necessário e resguardadas as especificidades das faixas etárias, deslocar obras de uma etapa para outra, visando atender à diversidade do conjunto de acervos literários.

### **6. Das Condições de Participação**

**6.1.** O editor e/ou seu representante interessado em participar deste certame deverá (ão) observar as condições de participação no Programa, regulamentadas pelo Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, e a Resolução/FNDE nº 07, de 20/03/2009 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 39, de 17/07/2009.

**6.2.** Poderá participar do processo de avaliação e seleção toda e qualquer empresa legalmente estabelecida no país que atenda às exigências, inclusive quanto à documentação.

**6.3.** Poderá participar do processo de avaliação e seleção consórcio de empresas, desde que pelo menos uma de suas consorciadas seja brasileira.

**6.3.1.** No caso de consórcio, a liderança caberá à empresa consorciada que detiver o maior capital social.

**6.3.2.** No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá à empresa brasileira que detiver o maior capital social.

**6.3.3.** A empresa consorciada não poderá participar do processo de aquisição em mais de um consórcio ou isoladamente.

**6.4.** Não poderá participar do presente processo a empresa:

**6.4.1.** declarada inidônea;

**6.4.2.** suspensa de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;

**6.4.3.** punidas com impedimento de contratar com o Poder Público e

**6.4.4.** empresa estrangeira que não funciona no país.

## **7. Da Etapa de Inscrição**

**7.1.** A inscrição é composta do cadastro dos editores, da pré-inscrição das obras e da entrega das obras.

### **7.1.1. Do cadastramento dos editores**

**7.1.1.1.** Somente será aceito cadastramento de editores com personalidade jurídica e que o formalize por meio de um responsável devidamente identificado no Sistema de Material Didático – SIMAD – no Módulo de Inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br), link “SIMAD”.

**7.1.1.2.** Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico, entre o FNDE e o editor interessado, recomenda-se que se efetuem, no sistema de e-mail, configurações de liberação, de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio “@fnde.gov.br”. Ou seja, caso possua recursos de antispam (ou filtros de segurança) ativos em seu sistema de e-mail, estes recursos deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha o domínio “@fnde.gov.br”.

**7.1.1.3.** Para cadastrar-se no SIMAD, o editor deverá solicitar *login* e senha pelo email [preinscricao@fnde.gov.br](mailto:preinscricao@fnde.gov.br), sendo que, aquele que já possui acesso deverá solicitar a revalidação da senha.

**7.1.1.4.** Os editores deverão disponibilizar um endereço eletrônico corporativo para comunicação com o FNDE.

**7.1.1.5.** Os editores deverão manter seus dados permanentemente atualizados junto ao FNDE por intermédio do endereço eletrônico [preinscricao@fnde.gov.br](mailto:preinscricao@fnde.gov.br) ou por intermédio do portal [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).

**7.1.1.6.** O FNDE não se responsabilizará por cadastramentos de editores não concretizados por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

### **7.1.2. Da Pré-Inscrição**

**7.1.2.1.** A pré-inscrição é o prévio cadastramento das obras e de seu(s) autor(es) ou sucessores legais, que atendam às disposições deste edital, devendo ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD, exclusivamente por meio da *internet*, no endereço eletrônico [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).

**7.1.2.2.** O editor deverá informar no SIMAD o nome de todos os autores da obra conforme consta no contrato de edição e na capa do livro e na ficha catalográfica.

**7.1.2.3.** No caso de obra traduzida, o tradutor é legalmente o autor da obra e seu nome deverá constar na primeira capa.

**7.1.2.4.** Somente será pré-inscrita obra que tenha o ISBN.

**7.1.2.5.** As obras deverão ser pré-inscritas em edição finalizada e definitiva e todas as características do projeto gráfico e editorial registradas no SIMAD deverão ser mantidas caso a obra seja selecionada.

**7.1.2.6.** Serão aceitas obras literárias que atendam aos critérios e requisitos constantes neste edital e cujos direitos autorais patrimoniais pertençam com exclusividade a apenas um editor.

**7.1.2.7.** Cada editor poderá pré-inscrever até 12 (doze) obras no total, observando o limite de no máximo 8 (oito) obras para cada uma das etapas de ensino previstas no **item 1**.

**7.1.2.8.** Cada obra poderá ser pré-inscrita exclusivamente em uma das composições definidas no **subitem 3.2**, ficando excluída do processo quando identificada sua dupla pré-inscrição.

**7.1.2.9.** Ao realizar a pré-inscrição de obras, o editor adquire o direito de participar exclusivamente com as obras que pré-inscreveu no processo de aquisição do PNBE 2015.

**7.1.2.10.** Para fins deste certame, estabelece-se que as obras pré-inscritas ficam vinculadas ao editor que as pré-inscreveu não sendo aceita a transferência de seus direitos a outro editor, ainda que façam parte de um mesmo grupo econômico. No caso de impossibilidade ou renúncia do editor em prosseguir no processo de aquisição de obras para o PNBE 2015, as obras por ele inscritas serão excluídas.

**7.1.2.11.** O responsável identificado no SIMAD deverá pré-inscrever a obra obedecendo ao disposto no **item 3** desde edital e os dados registrados da obra deverão apresentar conformidade com os dados constantes em seus respectivos documentos legais que serão entregues na etapa de inscrição.

**7.1.2.12.** Os editores deverão registrar, no SIMAD, sua razão social, nome fantasia e marcas/selos, quando houver.

**7.1.2.12.1.** Entende-se por razão social a denominação jurídica do editor registrado nos órgãos públicos competentes.

**7.1.2.12.2.** Entende-se por nome fantasia o nome pelo qual o editor se identifica no mercado, ou seja, a designação popular de título de estabelecimento utilizado pela empresa, sob o qual ela se torna conhecida do público, devendo constar no cadastro do SICAF.

**7.1.2.12.3.** Entende-se por marca/selo todo sinal distintivo, visualmente perceptivo, que identifica e distingue produtos e serviços de outros análogos.

**7.1.2.12.4.** A razão social, nome fantasia e marca/selo devem estar em conformidade com o registrado no SIMAD.

**7.1.2.13.** Os dados da obra informados no SIMAD deverão estar iguais aos constantes no contrato de edição, na ficha catalográfica, nas capas do livro e em qualquer outro lugar do livro.

**7.1.2.14.** A obra pré-inscrita não poderá ser substituída ou mesmo alterada em nenhuma das etapas previstas neste edital, excetuando-se divergência decorrente de atualizações cadastrais especificamente do editor. Em caso fortuito de divergência e inconformidade na obra ou nos dados do SIMAD, não detectados na etapa de triagem, será deliberado posteriormente pelo FNDE com vistas à preservação da qualidade da obra.

**7.1.2.15.** Os editores deverão disponibilizar um endereço eletrônico corporativo para comunicação com o FNDE.

**7.1.2.16.** Os editores deverão manter seus dados permanentemente atualizados por intermédio do endereço eletrônico [preinscricao@fnde.gov.br](mailto:preinscricao@fnde.gov.br) ou por intermédio do portal do FNDE.

**7.1.2.17.** O FNDE não se responsabilizará por pré-inscrições de editores não concretizadas por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

**7.1.2.18.** Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico entre o FNDE e o editor interessado, recomenda-se que se efetuem, no sistema de e-mail, configurações de liberação, de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio "@fnde.gov.br". Caso possua recursos de filtros de segurança ativos em seu sistema de e-mail, estes recursos deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha o domínio "@fnde.gov.br".

**7.1.2.19.** Para fins de prova de comprovação da pré-inscrição só será aceita a ficha técnica do material impressa em PDF do Relatório emitido pelo SIMAD.

**7.1.2.20.** Será de responsabilidade do editor a validade das informações fornecidas ao FNDE no cadastramento dos autores. Esse cadastro deverá conter dados atualizados, tendo em vista que será utilizado pelo FNDE nas várias etapas do processo de aquisição.

**7.1.3. Da Entrega da Documentação e das Obras**

**7.1.3.1.** Os editores que realizarem a pré-inscrição de obras serão convocados em dia, horário e local previamente agendados, respeitando-se o período citado nos **subitens 2.1.1 e 2.1.2**, para entrega da(s) obra(s) e respectiva documentação.

**7.1.3.2.** A entrega deverá ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD ou por procurador constituído.

**7.1.3.3.** Caso a inscrição seja realizada por um procurador constituído, deverá ser apresentada procuração com reconhecimento de firma e em papel timbrado do editor.

**7.1.3.4.** Somente serão recebidas as obras e respectiva documentação que forem pré-inscritas no SIMAD.

**7.1.3.5.** Os exemplares das obras inscritas não serão devolvidos após o processo de seleção.

**7.1.3.6. Da Documentação**

**7.1.3.6.1.** O editor deverá apresentar os documentos descritos nos **subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.2.1, 2.2.2, 3.1, 3.2, 4.1, 5.1, 5.2 e 6.1 do Anexo II** deste edital junto com a entrega das obras.

**7.1.3.6.2.** Os documentos relacionados no **Anexo II** deste edital, com exceção aos **subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.2.1, 2.2.2, 3.1, 3.2, 4.1, 5.1, 5.2 e 6.1**, já exigidos na primeira fase da triagem, deverão ser entregues em até 5(cinco) dias após a publicação da seleção de obras para o PNBE 2015 no endereço eletrônico [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).

**7.1.3.6.3.** Toda documentação deverá ser entregue datada e assinada representante da empresa ou por seu procurador público.

**7.1.3.6.4.** Caso a documentação seja entregue por um procurador, deverá estar acompanhada de instrumento público de procuração contendo poderes expressos de representação junto ao FNDE.

**7.1.3.6.5.** Os documentos solicitados no **Anexo II** poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que estejam autenticadas e tenham reconhecimento de firma por cartório competente.

**7.1.3.7. Da Obra**

**7.1.3.7.1.** Deverão ser entregues 07 (sete) exemplares exatamente iguais de cada obra pré-inscrita.

**7.1.3.7.2.** Todos os exemplares das obras deverão estar embalados e identificados externamente com título, editor e categoria a que se destina.

**7.1.3.7.3.** Os exemplares das obras deverão apresentar conformidade com as informações registradas no SIMAD por ocasião da pré-inscrição. Todas as características do projeto gráfico e editorial deverão ser mantidas, caso a obra seja selecionada.

**7.1.3.7.4.** Não serão aceitos bonecos ou protótipos. As obras deverão ser em edição finalizada e definitiva, todas as características do projeto gráfico e editorial deverão ser de obra finalizada.

**7.1.3.7.5.** O editor deverá disponibilizar, oportunamente, conforme orientação a ser fornecida pela SEB/MEC, a imagem da primeira capa de cada obra inscrita com as especificações CMYK, 300 DPI e formato TIF.

**7.1.4. Da Comprovação da Entrega**

**7.1.4.1.** Para efeito de confirmação da inscrição, será emitido Comprovante de Entrega, após serem conferidos os exemplares das obras e a documentação descritas nos **subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.2.1, 2.2.2, 3.1, 3.2, 4.1, 5.1, 5.2 e 6.1 do Anexo II** deste edital.

**7.1.4.2.** Será considerada recebida a obra e emitido o respectivo comprovante mediante entrega conjunta da documentação e dos exemplares da obra. No comprovante deverá constar a relação dos documentos que serão entregues após a seleção de obras que comporão o PNBE 2015.

## **8. Das Etapas de Triagem e Avaliação Pedagógica das Obras**

### **8.1. Da Triagem**

**8.1.1.** A triagem será realizada em duas fases e consiste na verificação dos atributos físicos, editoriais e documentais, sendo que as obras e a respectiva documentação deverão atender às exigências contidas no **Anexo I**, à conformidade dos documentos relacionados no **Anexo II** e aos demais requisitos deste edital, sob pena de exclusão.

**8.1.2.** Em conformidade com o Decreto nº 7.084, de 2010, segundo o disposto no § 3º do art. 18, não há previsão de recurso para as obras excluídas nas etapas de triagem, permanecendo resguardados, a qualquer tempo, os direitos assegurados no art. 109 da Lei nº 8.666/93, nas situações aplicáveis.

#### **8.1.3. Primeira Fase da Triagem**

**8.1.3.1.** A primeira fase da triagem consiste na análise visual dos atributos físicos da obra em comparação às exigências do **Anexo I** e aos dados do contrato de cessão de direitos ou similar, bem como à consistência dos registros no SIMAD.

**8.1.3.2.** Havendo contradição entre os dados constantes no(s) contrato(s), na capa da obra e na ficha catalográfica em relação aos dados preenchidos no SIMAD, a obra será excluída.

**8.1.3.3.** Na hipótese de a obra ser excluída na primeira fase da triagem, os motivos da exclusão poderão ser disponibilizados à editora mediante solicitação formal ao FNDE, após a divulgação do resultado das obras selecionadas para o PNBE 2015.

#### **8.1.4. Segunda Fase da Triagem**

**8.1.4.1.** A segunda fase da triagem consiste na verificação da identidade das obras selecionadas em relação aos documentos apresentados. Participarão desta fase os editores que tiverem obras selecionadas.

**8.1.4.2.** Os editores deverão apresentar os documentos relacionados no **Anexo II** deste edital, com exceção dos **subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.2.1, 2.2.2, 3.1, 3.2, 4.1, 5.1, 5.2 e 6.1**, já exigidos na primeira fase da triagem, em até 5(cinco) dias após a publicação da seleção de obras para o PNBE 2015 no endereço eletrônico [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).

**8.1.4.3.** Nesta fase da triagem os editores serão notificados em até duas diligências, se for o caso, para certificação da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos. Dessa forma, caso seja observada a falta de documentos e/ou inconsistências nos dados da obra entregue na primeira fase da triagem, o editor será notificado para regularização da obra.

**8.1.4.3.1.** O FNDE não convocará os editores para entrega de documentos. Caso o editor deixe de apresentar um dos documentos exigidos no **Anexo II** e dentro dos prazos deste edital, será notificado com sua primeira diligência.

**8.1.4.3.2.** Se o editor entender que para melhores esclarecimentos deve encaminhar algum documento, deverá encaminhá-lo junto com os documentos exigidos na segunda fase de triagem.

**8.1.4.4.** O editor terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de envio do e-mail de notificação, para atendimento da diligência.

**8.1.4.5.** As diligências serão enviadas por e-mail ao endereço eletrônico constante da ficha cadastral entregue pelo editor.

**8.1.4.6.** O FNDE não se responsabilizará por problemas de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores técnicos que impossibilitem a transferência de dados.

**8.1.4.7.** O não cumprimento do prazo ou a não adequação dos documentos enviados após o recebimento das duas notificações ocasionará a exclusão da obra.

**8.1.4.8.** O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento das diligências será a data de envio do e-mail expedido para o endereço eletrônico informado no SIMAD.

**8.1.4.9.** Para fins de confirmação dos prazos, será considerado como termo final a data de entrada da documentação no protocolo da entidade que emitiu a notificação.

**8.1.4.10.** As obras que forem selecionadas somente serão adquiridas, produzidas e entregues se o editor comprovar, por meio documental, que detém com exclusividade o direito patrimonial da obra para disponibilização ao mercado.

## **8.2. Da Avaliação e Seleção das obras**

**8.2.1.** A avaliação pedagógica das obras será realizada por instituições públicas de educação superior, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, e as especificações e critérios fixados nos **itens 1 e 3** e no **Anexo IV** deste edital.

**8.2.2.** A relação das obras selecionadas para o PNBE 2015 será publicada no Diário Oficial da União, mediante Portaria do MEC e divulgada nos portais: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) e [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).

**8.2.3.** O processo de seleção realizado no âmbito deste edital poderá ser utilizado pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em futuras aquisições, para este ou outros programas e ações.

**8.2.4.** Os pareceres referentes à análise das obras não selecionadas poderão ser disponibilizados ao editor após a divulgação do resultado, mediante requisição formal à SEB/MEC.

**8.2.5.** É vedado o uso das informações constantes dos pareceres para divulgação das obras em propagandas, catálogos ou similares.

## **9. Das Etapas de Habilitação, Negociação e Contratação**

### **9.1. Da Habilitação**

**9.1.1.** A habilitação da editora e das obras será realizada por Comissão Especial de Habilitação, instituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de consulta *online* ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, bem como pela análise dos documentos e das obras entregues pelo editor na etapa de inscrição.

**9.1.2.** A habilitação das obras ocorrerá mediante a documentação encaminhada pelo editor na etapa de inscrição, considerando-se a primeira e a segunda fase de triagem. Não haverá convocação e diligências ao editor na Etapa de Habilitação.

**9.1.3.** Entende-se por editor a pessoa jurídica detentora dos direitos autorais da obra e à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição.

**9.1.4.** Para habilitação do editor, será realizada consulta *online* sobre os dados cadastrais, dados dos representantes e sobre as regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal no SICAF e no TST, de acordo com o previsto na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 3.722/01, Decreto 4.485/02, IN nº 02/10 – SLTI/MPOG, de 11.10.10, e respectivas alterações.

**9.1.5.** O SICAF é o registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal e tem como finalidade cadastrar e habilitar pessoas jurídicas interessadas em participar de licitações realizadas por órgãos/entidades federais e acompanhar o desempenho dos fornecimentos contratados. Seu acesso é realizado por meio da rede de teleprocessamento do Governo Federal.

**9.1.6.** Os editores deverão manter regular e atualizada a situação no TST e no SICAF como forma de comprovação cadastral e das regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal durante todo o processo de aquisição de obras para o PNBE 2015.

**9.1.7.** Informações sobre cadastramento no SICAF podem ser obtidas no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) ou na central de atendimento 0800-9782329.

**9.1.8.** O cadastro junto ao SICAF tem validade de 1(um) ano, devendo ser renovado, mediante requerimento junto à unidade cadastradora onde foi realizado.

**9.1.8.1.** A alteração de informações cadastrais é de exclusiva responsabilidade do editor e será efetuada, somente, pela unidade que realizou o seu cadastramento.

**9.1.8.2.** O prazo de validade do cadastro de 1 (um) ano não abrange os documentos de cunho fiscal, do INSS e FGTS, com prazo de vigência próprios, cabendo ao editor sua regular renovação sob pena de inativação automática de seu cadastramento no sistema.

**9.1.9.** A renovação dos documentos comprobatórios de quitação com o INSS, FGTS e com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União), deve ser realizada até a data de seus vencimentos respectivos, exclusivamente, junto à unidade cadastradora onde o editor efetuou seu cadastramento, visando:

**9.1.9.1.** atender ao artigo 195, § 3º, da Constituição Federal;

**9.1.9.2.** observar o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, atualizada pelas Leis nºs 8.883/94 e nº 9.648/98;

**9.1.9.3.** cumprir determinações contidas na Decisão nº 705/94, do Plenário do Tribunal de Contas da União, publicada no Diário Oficial da União de 6 de dezembro de 1994;

**9.1.9.4.** evitar inativação automática de seu cadastramento no SICAF, fato que constitui impedimento de sua participação nas aquisições a serem realizadas;

**9.1.10.** Efetivado o registro, o editor inscrito está apto a se relacionar comercialmente com o FNDE.

**9.1.11.** O editor participante sujeitar-se-á à confirmação da regularidade com o INSS, FGTS e com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União).

**9.1.12.** A habilitação da obra ocorrerá pela análise da documentação exigida na etapa de inscrição deste edital, em conformidade à Lei nº 9.610/98, referente aos direitos autorais.

**9.1.13.** Será considerado habilitado o editor que, por meio dos documentos previstos no **Anexo II** e da consulta ao SICAF e ao TST, atender às condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

**9.1.14.** Do processo de habilitação poderá resultar:

**9.1.14.1.** habilitação do editor sem exclusão de obras;

**9.1.14.2.** habilitação do editor com exclusão de obras;

**9.1.14.3.** não habilitação do editor.

**9.1.15.** A habilitação do editor sem exclusão de obras possibilitará a ele prosseguir nas demais etapas previstas neste edital.

**9.1.16.** A habilitação do editor com exclusão de obras possibilitará a ele prosseguir nas demais etapas previstas neste edital somente quanto às obras não excluídas.

**9.1.17.** A não habilitação excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

## **9.2. Da Negociação**

**9.2.1.** Após a fase de habilitação, o FNDE procederá à execução das etapas de aquisição previstas neste edital.

**9.2.2.** As editoras habilitadas serão convocadas pela Comissão Especial de Negociação para dar início à etapa de negociação dos preços.

**9.2.3.** Não havendo acordo entre as partes em relação ao preço, o FNDE poderá, em atenção ao princípio da economicidade, deixar de adquirir a obra selecionada.

**9.2.4.** O quantitativo de exemplares a serem adquiridos terá por base o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

**9.2.5.** O FNDE poderá solicitar planilha de custos praticados pelos editores, em formulário próprio a ser enviado pelo FNDE.

**9.2.6.** A não negociação de preço para aquisição excluirá o editor das demais etapas do processo de aquisição.

### **9.3. Da Contratação**

**9.3.1.** O FNDE formalizará os contratos administrativos com as editoras que passarem pela fase de negociação.

**9.3.1.1.** Conforme previsto nos **subitens 7.1.2.9 e 7.1.2.10**, para fins deste certame, as obras pré-inscritas ficam vinculadas à editora e são intransferíveis, no caso de impossibilidade ou renúncia da editora para assinar contrato com o FNDE, as obras vinculadas a ele serão excluídas do certame.

**9.3.2.** O FNDE verificará, por meio de consulta virtual ao SICAF, os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

**9.3.2.1.** Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 01 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo §1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, e modificações posteriores.

**9.3.2.2.** Os títulos da dívida pública apresentados como garantia deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.

**9.3.2.3.** A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até a data da assinatura do contrato.

**9.3.2.4.** A apresentação de garantia contratual, nos casos em que se fizer necessária, é condição para assinatura do contrato administrativo.

**9.3.2.5.** A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerão ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial a(s) cláusula(s) referente(s) ao controle de qualidade.

**9.3.2.6.** A documentação vencida no SICAF configura-se como irregularidade que impossibilita a contratação pelo FNDE.

**9.3.2.7.** O FNDE fará pesquisa *online* ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para fins de comprovação da regularidade trabalhista.

**9.3.2.8.** A critério e interesse da Administração Pública, o FNDE poderá prorrogar o contrato com base na Lei 8.666/93.

## **10. Das Etapas de Produção, Controle de Qualidade e Distribuição**

### **10.1. Da Produção**

**10.1.1.** Após a assinatura do contrato, as editoras estarão aptas a iniciar a produção das obras adquiridas pelo FNDE.

**10.1.2.** As obras deverão conter na primeira capa selos fornecidos pelo FNDE e o selo de certificação de origem florestal e de cadeia de custódia.

**10.1.3.** Somente serão aceitos selos impressos fornecidos pelo FNDE. Os selos não poderão ser adesivados.

**10.1.4.** Só será aceita razão social, nome fantasia e marca/selo, na obra, do editor contratado pelo FNDE e detentor comprovadamente dos direitos autorais. Não será admitida outra razão social, nome fantasia e marca/selo de editor, ainda que pertença a um mesmo grupo econômico.

**10.1.5.** A editora contratada deverá apresentar, conforme determina o Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente ou no Brasil pelo INMETRO.

**10.1.6.** A editora deverá apresentar uma declaração de que o papel utilizado na produção dos livros para o PNBE 2015 corresponde ao papel certificado quanto à origem florestal e à cadeia de custódia da etapa de produção do papel, solicitada no subitem anterior.

**10.1.7.** Não serão aceitas quaisquer alterações nas obras avaliadas e selecionadas para o PNBE 2015, ou seja, os livros deverão ser impressos idênticos àqueles pré-inscritos no programa, salvo disposição em contrário do FNDE e divergência decorrente de atualizações cadastrais do editor.

## **10.2. Do controle de qualidade**

**10.2.1.** Por ocasião da produção das obras, o FNDE ou a instituição contratada para este fim realizará controle de qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução nº 2, de 12 de janeiro de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

## **10.3. Da Distribuição**

**10.3.1.** As obras serão entregues diretamente pelos editores ao FNDE ou à instituição indicada para este fim, a qual se responsabilizará pelo processo de mixagem das obras, e em acervos, definidos pela SEB, serão distribuídas às escolas públicas.

## **11. Das Disposições Gerais**

**11.1.** Este edital não dispensa o atendimento das exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, quando da celebração dos futuros contratos administrativos.

**11.2.** A inscrição das obras implica aceitação, pelo participante, de forma integral e irrevogável, dos termos deste edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo controvérsias posteriores.

**11.2.1.** A pré-inscrição das obras não implica qualquer benefício futuro em processos de avaliação de obras para os Programas do Livro.

**11.3.** O editor deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, especialmente no que se refere às exigências de regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal junto ao SICAF e ao TST, bem como a documentação referente às obras adquiridas.

**11.3.1.** Sem prejuízo da documentação exigida durante o processo de habilitação, nos termos do **item 9.1** deste edital, o FNDE poderá exigir, a qualquer tempo, dos editores, a apresentação dos contratos firmados com os autores de ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.

**11.3.1.1.** A recusa pelo editor em apresentar os contratos mencionados no subitem anterior, ou sua apresentação intempestiva ou incompleta, poderá ensejar a não contratação pelo FNDE.

**11.4.** Constitui obrigação do editor informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras selecionadas com base no presente edital.

**11.4.1.** O FNDE poderá, a qualquer tempo, deixar de adquirir a obra selecionada, quando tiver ciência de litígio envolvendo a obra.

**11.5.** O FNDE poderá, a qualquer tempo, revogar, total ou parcialmente, o processo de aquisição das obras, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**11.6.** A inscrição da obra não implica na obrigatoriedade de assinatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direitos a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento de etapas deste edital e na produção da obra, bem como não confere direito a lucro cessante, em caso de não aprovação no processo de aquisição.

**11.7.** A contratação está condicionada à disponibilidade orçamentária, não havendo garantia de aquisição para as obras selecionadas.

**11.8.** Será de inteira responsabilidade dos editores a veracidade das informações fornecidas ao FNDE.

**11.9.** Em nenhuma hipótese serão devolvidas aos editores a documentação e as obras apresentadas para fins de cumprimento das etapas descritas neste edital, independentemente do resultado da seleção.

**11.10.** Não serão aceitas, após o período da pré-inscrição, solicitações de alterações nos dados cadastrados no SIMAD, na obra entregue e nos documentos apresentados no ato da inscrição, salvo:

**11.10.1.** nos dados cadastrais do editor e

**11.10.2.** autorização prévia e expressa do FNDE.

**11.11.** As etapas do processo referente ao PNBE 2015 previstas neste edital estarão sob a integral responsabilidade:

**11.11.1.** do **FNDE, da SEB e da SECADI:** o edital;

**11.11.2.** do **FNDE:** cadastramento dos editores e pré-inscrição das obras;

**11.11.3.** do **FNDE e da instituição a ser por ele contratada:** inscrição/recepção das obras e da documentação, bem como triagem efetiva das obras inscritas;

**11.11.4.** da **Secretaria de Educação Básica:** pré-análise, avaliação pedagógica e seleção das obras;

**11.11.5.** da **Comissão Especial de Habilitação/FNDE:** habilitação dos editores;

**11.11.6.** da **Comissão Especial de Negociação/FNDE:** negociação dos preços das obras;

**11.11.7.** dos **Editores:** produção e postagem;

**11.11.8.** do **FNDE e da instituição a ser por ele contratada:** controle de qualidade;

**11.11.9.** da **instituição a ser contratada pelo FNDE:** mixagem e distribuição;

**11.11.10.** do **FNDE e das Secretarias de Educação de Estados, Municípios e do Distrito Federal:** acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.

**11.12.** De acordo com as responsabilidades, conforme definido no **subitem 11.10** deste edital, os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos:

**11.12.1.** Ao FNDE, por meio da Coordenação-Geral dos Programas do Livro, no Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Bloco “F” – Edifício FNDE – CEP: 70070-929 – Brasília/DF – telefones (61) 2022-5516.

**11.12.2.** À SEB, por meio da Coordenação-Geral de Materiais Didáticos, na Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Anexo II, 4º andar, sala 412 – Brasília/DF – CEP 70047-900, e pelo telefone (61) 2022.8419.

**11.12.3.** À SECADI, por meio da Diretoria de Políticas de Educação Especial, na Esplanada dos Ministérios, Bl. “L”, 2º Andar - Gabinete 70047-900, Brasília – DF.

**11.13.** Situações não previstas neste edital serão analisadas pelo FNDE, pela SEB e pela SECADI, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

**11.14.** Integram o presente edital, como se transcritos fossem e como partes indissolúveis, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Critérios de Exclusão na Triagem
- b) Anexo II – Relação de Documentos do Editor e de Obras
- c) Anexo III – Especificações Técnicas
- d) Anexo IV – Critérios de Avaliação e Seleção
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de Titularidade de Direito Patrimonial
- f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Domínio Público para Obras Originalmente Escritas em Língua Estrangeira
- g) Anexo VII – Modelo de Declaração de Domínio Público para Textos Escritos em Língua Portuguesa integrantes de antologias
- h) Anexo VIII - Modelo de Declaração de Domínio Público de Textos Brasileiros Adaptados
- i) Anexo IX – Modelo de Formulário de Habilitação
- j) Anexo X – Modelo de Ficha Cadastral
- k) Anexo XI – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo
- l) Anexo XII – Modelo de Declaração Emprego de Menor.

Brasília, 07 de março de 2014.

**Romeu Weliton Caputo**  
Presidente do FNDE

**Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde**  
Secretária da SEB  
Interina

**Macaé Maria Evaristo dos Santos**  
Secretária da SECADI

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO I  
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO NA TRIAGEM**

<b>A – ELEMENTOS DA OBRA</b>	
<b>CÓDIGO DE EXCLUSÃO</b>	<b>NÃO CONFORMIDADE</b>
<b>A1</b>	Obra que não tenha sido pré-inscrita no SIMAD.
<b>A2</b>	Obra pré-inscrita em mais de uma das etapas de ensino definidas no subitem 1.1 concomitantemente.
<b>A3</b>	Obra pré-inscrita em mais de uma das composições definidas no subitem 3.2.
<b>A4</b>	Obra cujas especificações técnicas quanto ao número de páginas, o ISBN, largura, comprimento, quantidade de cores da capa e quantidade de cores do miolo informadas estiverem incorretas em relação à obra inscrita/entregue.
<b>A5</b>	Obra que não seja de literatura.
<b>A6</b>	Obra que não seja apresentada em volume único.
<b>A7</b>	Obra entregue que contenha anexo não integrado a obra.
<b>A8</b>	Obra entregue cujos exemplares não sejam do mesmo número de edição e ano de edição, informados no SIMAD.
<b>A9</b>	Obra entregue cujos exemplares não sejam exatamente iguais, inclusive quanto à edição.
<b>A10</b>	Obra entregue já adquirida pelo PNBE a partir de 2011, inclusive, ainda que os direitos autorais à época pertencessem a editores diferentes.
<b>A11</b>	Obra entregue que apresente lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam o leitor à realização de atividades no próprio livro, inviabilizando o seu uso coletivo.

<b>A12</b>	Obra não entregue no dia, mês e local, previamente agendados.
<b>A13</b>	Obra entregue que não apresente os documentos exigidos no edital, sem prejuízo do subitem 7.1.3.6.2.
<b>A14</b>	Obra entregue em número de exemplares diferente do previsto neste edital nos subitens 7.1.3.7.1 e 4.1.1.
<b>A15</b>	Obra entregue que não tenha o ISBN.
<b>A16</b>	Obra entregue cuja razão social, nome fantasia e marca/selo do editor não sejam os mesmos registrados no SIMAD quando da pré-inscrição.
<b>A17</b>	Obra entregue que apresente inconsistência com relação às informações presentes nas capas, na folha de rosto, na ficha catalográfica, nos documentos e nos dados registrados no SIMAD.
<b>A18</b>	Obra entregue cuja edição não esteja finalizada.
<b>A19</b>	Obra entregue cujos dados da 1ª capa, da ficha catalográfica e do contrato de edição não sejam iguais aos dados registrados no SIMAD.
<b>A20</b>	Obra em tinta entregue que não apresente, na 1ª capa, o título e subtítulo, se houver.
<b>A21</b>	Obra em tinta entregue que não apresente o nome de todos os autores na 1ª capa, inclusive quando o autor for tradutor.
<b>A22</b>	Obra em tinta entregue que não apresente a razão social, nome fantasia e/ou marca/selo na 1ª capa.
<b>A23</b>	Obra em tinta entregue que não apresente a ficha catalográfica e o ISBN na folha de rosto ou no seu verso, ou na 2ª, 3ª ou 4ª capa, ou na falsa folha de rosto (verso) ou nas páginas finais do livro.

<b>B – DOCUMENTAÇÃO DA OBRA</b>	
<b>CÓDIGO DE EXCLUSÃO</b>	<b>NÃO CONFORMIDADE</b>
<b>B1</b>	Documentos entregues sem data e assinatura do representante do editor.
<b>B2</b>	Cópias de documentos apresentadas sem a devida autenticação por cartório competente.
<b>B3</b>	Documentos sem o devido reconhecimento de firma das assinaturas das partes por cartório competente.
<b>B4</b>	Editor não atende às exigências das diligências no prazo editalício.
<b>B5</b>	Ausência do(s) contrato(s) de edição/cessão, ou instrumento correspondente, e do(s) respectivo(s) aditivo(s) para comprovação da detenção dos direitos autorais.
<b>B6</b>	Ausência de firma reconhecida do(s) autor(es), organizador(es), adaptador(es), ilustrador(es) e/ou tradutor(es) no(s) contrato(s) apresentado(s).
<b>B7</b>	Contrato que não apresenta objeto, delimitando o título da obra e seu(s) subtítulo, a(s) autoria(s) e o(s) formato(s) autorizado(s).
<b>B8</b>	Contrato não apresenta a remuneração devida ao autor.
<b>B9</b>	Contrato não apresenta prazo de vigência do instrumento.
<b>B10</b>	Contrato não apresenta autorização do(s) autor(es) para a produção e venda da obra à Administração Pública nas características, formatos e tiragens necessárias ao atendimento a programas públicos ou ao atendimento ao mercado.
<b>B11</b>	Contrato não apresenta, de forma explícita, o caráter de exclusividade autorizada pelo autor ao detentor de direitos autorais.
<b>B12</b>	Contrato não apresenta a assinatura de duas testemunhas devidamente identificadas.

<b>B13</b>	Contrato não apresenta a assinatura dos autores ou de seus sucessores.
<b>B14</b>	Ausência da Declaração de Titularidade de Direitos Patrimonial, conforme modelo do Anexo V.
<b>B15</b>	No caso de obra coletiva, contrato de trabalho firmado com o(s) funcionário(s) da própria empresa, se o autor for funcionário da empresa e se cedeu os direitos autorais para o editor.
<b>B16</b>	No caso de obra coletiva, contrato de prestação de serviços se o(s) autor(es) foi (foram) contratado(s) para a criação da obra e se cedeu os direitos autorais para o editor.
<b>B17</b>	No caso de contrato de prestação de serviços, não apresenta a especificação de participação do(s) autor(es) contratado(s).
<b>B18</b>	No caso de contrato de prestação de serviços, não apresenta o prazo para a entrega ou realização da obra.
<b>B19</b>	No caso de contrato de prestação de serviços, não apresenta a especificação da remuneração e/ou as condições de execução.
<b>B20</b>	Documentação não traz o autor, ilustrador, organizador, adaptador e tradutor claramente identificados como pessoa física.
<b>B21</b>	Ausência de Declaração de Domínio Público ou contrato de edição/cessão para obra originalmente escritas em língua estrangeira.
<b>B22</b>	Ausência de Declaração de Domínio Público para a antologia composta de textos em domínio público.
<b>B23</b>	No caso de obras traduzidas, ausência de contrato para edição no Brasil com o autor tradutor ou seu representante legal.
<b>B24</b>	Contrato estrangeiro sem a devida tradução juramentada.
<b>B25</b>	Ausência de anuência de todos os autores para que seus textos integrem a obra coletiva apresentada.
<b>B26</b>	Ausência de declaração de domínio público

	para obras adaptadas de texto originalmente em domínio público em língua portuguesa.
<b>B27</b>	Ausência do Formulário de Habilitação devidamente preenchido.
<b>B28</b>	Ausência da Ficha Cadastral devidamente preenchida.
<b>B29</b>	Ausência de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo com a firma reconhecida.
<b>B30</b>	Ausência de Declaração Emprego de Menor com firma reconhecida.

2. Os procedimentos que serão empregados para a verificação das não conformidades estão descritos a seguir:

### 2.1 SÉRIE A – ELEMENTOS DA OBRA

#### Referente ao código de exclusão A1

Será excluída a obra que não tenha sido pré-inscrita no SIMAD.

#### Referente ao código de exclusão A2

Será excluída a obra pré-inscrita no SIMAD, concomitantemente, em duas ou mais etapas de ensino indicadas no subitem 1.1 do edital.

#### Referente ao código de exclusão A3

Será excluída a obra pré-inscrita no SIMAD em mais de uma das composições indicadas no item 3.2 deste edital.

#### Referente ao código de exclusão A4

Será considerada não conforme a obra pré-inscrita no SIMAD cujas especificações técnicas quanto ao número de páginas, o ISBN, quantidade de cores da capa e quantidade de cores do miolo informadas estiverem incorretas em relação ao SIMAD .

No caso do número de páginas será considerado o número total de folhas do miolo multiplicado por 2. Serão consideradas folhas do miolo aquelas que trazem o texto e/ou imagens impressas, as folhas em branco no início e final do livro, que usualmente completam caderno, folhas de guarda e folhas inseridas no miolo com ilustrações. Não serão consideradas as folhas de guarda coladas nas segundas e terceiras capas de livros de capa dura. Caso não haja correspondência em todos os exemplares, a obra será excluída.

No caso do número de cores será verificado em cada exemplar se o número de cores da capa e do miolo coincidem com o especificado no SIMAD.

#### Referente ao código de exclusão A5

Serão excluídas obras claramente didáticas referentes a qualquer um dos componentes adquiridos pelo FNDE (por exemplo Língua Portuguesa, Matemática e História, entre outros).

#### Referente ao código de exclusão A6

No ato da inscrição, apenas serão aceitas obras que se apresentarem em volume único, conforme definido no item 3.8.

**Referente ao código de exclusão A7**

Serão analisados os exemplares da obra para verificar a presença de folhetos soltos, referentes à obra ou não, ou seja, aqueles que não fazem parte do miolo da obra encadernada (item 3.9). Para obras em tinta com CDs ou DVDs, eles serão considerados como anexos soltos exceto no caso da obra terem sido inscritas como tinta acompanhada de CDs ou DVDs em libras.

**Referente ao código de exclusão A8**

Será excluída a obra cujos exemplares não são do mesmo número de edição e ano de edição informados no SIMAD. Será comparado o número de edição e o ano de edição registrados no SIMAD com o constante na ficha catalográfica da obra. A ficha catalográfica deve ser referente à edição da obra entregue.

Quando a ficha catalográfica não trazer o número de edição será entendido que se trata da 1ª edição da obra.

As sequências numéricas acompanhadas das expressões "impressão" e "reimpressão" não serão consideradas como número de edição.

*Definições*

- Edição: todos os exemplares produzidos a partir de um original ou matriz. Pertencem à mesma edição de uma publicação todas as suas impressões, reimpressões, tiragens, etc., produzidas sem modificações.
- Número da edição: o número que pertence a uma sequência numérica de 1 a n, sendo o número 1 referente à primeira edição da obra, que é a original. Os números subsequentes ao 1 são edições da obra que apresentam modificações em relação às edições anteriores.
- Reimpressão: nova impressão da publicação, sem modificação no conteúdo ou na forma de apresentação (exceto correções de composição ou impressão), não constituindo nova edição.
- Ano de edição: o ano referente à edição apresentada.

**Referente ao código de exclusão A9**

Será excluída a obra cujos exemplares não sejam exatamente iguais e pertencentes à mesma edição. Ver definição de edição no item anterior.

**Referente ao código de exclusão A10**

Será efetuada conferência considerando o banco de dados das obras entregues e o das obras adquiridas nos programas do PNBE a partir de 2011. As obras apontadas como duplicadas serão comparadas visualmente para verificar se de fato são iguais. Consideram-se duas obras iguais quando elas têm exatamente o mesmo título, mesma autoria e mesmo conteúdo de texto e imagem, independente da diagramação, do editor e do número da edição.

**Referente ao código de exclusão A11**

Análise visual dos exemplares da obra entregue para verificar se trazem lacunas ou espaços solicitando o preenchimento na própria obra ou induzindo o leitor por meio de texto ou imagem, de modo subentendido ou não, à realização de atividades na própria obra.

**Referente ao código de exclusão A12**

Será excluída a obra não entregue no dia, mês e local previamente agendados.

**Referente ao código de exclusão A13**

No ato da inscrição, só serão aceitas obras acompanhadas dos documentos exigidos no subitem 7.1.3.6.1 deste edital. Os documentos podem ser cópias desde que estejam autenticadas e que tenham reconhecimento de firma por cartório competente.

**Referente ao código de exclusão A14**

Será excluída a obra que não for entregue com o número de exemplares definido nos subitens 7.1.3.7.1 e 4.1.1 do edital.

**Referente ao código de exclusão A15**

Será excluída a obra que não apresentar o registro o ISBN. Entende-se por ISBN (*International Standard Book Number*) como o número internacional normalizador de livros, sendo um código único que identifica uma edição de uma obra publicada dentro de um país por uma empresa específica. Deste modo, cada edição de uma obra deve receber um ISBN.

**Referente ao código de exclusão A16**

Análise visual para verificar se a razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo do editor constante na primeira capa dos exemplares da obra inscrita coincide exatamente com os registrados no SIMAD, quer no campo "editora" (razão social), "nome fantasia" (como o editor se identifica no mercado) ou "marca/selo". Na análise deste, entende-se por:

- razão social: o nome jurídico da empresa registrado nos órgãos públicos.
- nome fantasia: o nome pelo qual a empresa se identifica no mercado, ou seja, designação popular de título de estabelecimento utilizado pela empresa, sob a qual ela se torna conhecida do público, constante no cadastro do SICAF.
- marca/selo: todo sinal distintivo, visualmente perceptivo, que identifica e distingue produtos e serviços de outros análogos.

Não serão aceitos como identificação da editora: nome de coleção, série editorial e outras situações similares.

**Referente ao código de exclusão A17**

Será excluída a obra que apresente inconsistência com relação às informações constantes na primeira capa, na folha de rosto, na ficha catalográfica nos documentos e nos dados registrados no SIMAD.

**Referente ao código de exclusão A18**

Será excluída a obra cujo projeto gráfico não esteja finalizado, ou seja, impresso com textos e/ou imagens, contendo miolo e capas, encadernado, e que não tenham folhas faltando.

Obras que apresentarem, em um ou mais exemplares, defeitos que impeçam a compreensão de texto ou de imagem, etiquetas coladas com informações, etiquetas ou tinta/verniz ocultando textos, e/ou outras ocorrências similares às listadas, também serão consideradas como não finalizadas.

**Referente ao código de exclusão A19**

Será excluída a obra que apresente na primeira capa dados que divergem do SIMAD, ficha catalográfica e contrato de edição, em qualquer um de seus exemplares.

**Referente ao código de exclusão A20**

Análise visual para verificar se todos os exemplares trazem, na 1ª capa, o título e subtítulo, se houver.

**Referente ao código de exclusão A21**

Análise visual para verificar se todos os exemplares trazem, na 1ª capa, o nome de todos os autores, inclusive do tradutor, se houver.

**Referente ao código de exclusão A22**

Análise visual para verificar se todos os exemplares trazem, na 1ª capa, o nome do editor detentor dos direitos autorais e/ou seu nome fantasia e/ou sua marca/selo.

**Referente ao código de exclusão A23**

Será excluída a obra que não apresentar a ficha catalográfica e o ISBN nos locais estipulados pelo edital. Entende-se por:

- **Ficha catalográfica:** registro dos elementos bibliográficos de uma obra com o intuito de identificá-la e distingui-la de outras. A ficha catalográfica deve ser referente à edição da obra entregue.
- **ISBN (*International Standard Book Number*):** é o número internacional normalizador de livros, sendo um código único que identifica uma edição de uma obra publicada dentro de um país por uma empresa específica. Deste modo, cada edição de uma obra deve receber um código do ISBN. Serão excluídas as obras que apresentam no mesmo exemplar o código ISBN que diferem entre si, por exemplo o código ISBN constante na ficha catalográfica é diferente do número constante na quarta capa.

**2.2 SÉRIE B – DOCUMENTAÇÃO DA OBRA**

Será efetuada a análise visual da documentação entregue, objetivando verificar se esta traz todos os elementos referentes aos códigos de exclusão B1 a B3 e B5 a B30.

Os editores que não atenderem as exigências das diligências referentes à documentação, no prazo indicado no edital, terão suas obras excluídas (B4).

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO II  
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DO EDITOR E DA(S) OBRA(S)**

**1. Do Editor**

**1.1.** A documentação referente ao editor, exigida no edital, deverá ser entregue na etapa de inscrição e deverá constar de:

**1.1.1.** Cópia autenticada da cédula de identidade e CPF do(s) dirigente(s) apto(s) a assinar(em) o contrato, devidamente cadastrados no SICAF.

**1.1.2.** Caso o editor se faça representar por procurador, deverá apresentar instrumento público de procuração, especificando os poderes por ele concedidos, bem como cópia autenticada da cédula de identidade e do CPF do procurador.

**1.2.** O editor deverá apresentar os seguintes documentos na segunda fase da triagem:

**1.2.1.** declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme **Anexo XI**, ratificando a inexistência de circunstâncias que impeçam o editor de contratar com a Administração Pública Federal, assinada pelo(a) representante(s) legal(is) da empresa, com firma reconhecida por cartório competente;

**1.2.2.** declaração de que o editor não emprega menor, conforme **Anexo XII** e o disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, acrescido pela Lei n. 9.854/99, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa, com firma reconhecida em cartório competente.

**1.2.3.** No caso de consórcio de empresas deverão ser encaminhados os documentos referidos nos incisos I, II e III do art. 33 da Lei 8.666/93, bem como o registro do consórcio nos termos do parágrafo segundo do art. 33, da mesma Lei.

**1.4.** O editor deverá manter atualizado no SIMAD todos os dados referentes à empresa e seus dirigentes.

**1.5.** O FNDE procederá consulta aos dados cadastrais do editor, identificação dos sócios, materiais e serviços autorizados para comercializar e dados cadastrais do(s) dirigente(s) do editor, bem como dados de qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal no SICAF e no TST.

**2. Da obra**

**2.1.** Visando comprovar que detém o direito autoral patrimonial sobre a obra, o editor deverá apresentar:

**2.1.1. Contrato de edição** – Na etapa de inscrição, instrumento escrito mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar a obra, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial a Lei nº 9.610/98.

**2.1.1.1.** O editor deverá apresentar o contrato de edição firmado com os seguintes criadores intelectuais da obra: autor(es) do texto, organizador(es), adaptador(es) e tradutor(es).

**2.1.1.2.** Entende-se por organizador a pessoa física responsável pela organização de textos em uma obra coletiva, em especial em antologias.

**2.1.1.3.** São requisitos obrigatórios mínimos dos contratos de edição a serem apresentados pelos editores:

**2.1.1.3.1.** Objeto, delimitando o título da obra e seus subtítulos, a autoria e o(s) formato(s) autorizado(s) para edição, nos termos da lei;

**2.1.1.3.2.** Remuneração do autor;

**2.1.1.3.3.** Prazo de vigência;

**2.1.1.4.** Cláusula contratual com autorização expressa do autor para a produção e venda de exemplares da obra à Administração Pública, nas características e tiragens necessárias ao atendimento a programas públicos de distribuição de livros; ou cláusula contratual com autorização expressa do autor permitindo ao editor produzir a obra nas características e tiragens necessárias para atendimento ao mercado;

**2.1.1.5.** De forma explícita o caráter de exclusividade autorizada pelo autor ao detentor de direitos patrimoniais;

**2.1.1.6.** Assinaturas das partes com firmas reconhecidas.

**2.1.1.7.** Assinatura de duas testemunhas, devidamente identificadas.

**2.1.1.8.** Os contratos de edição deverão ser assinados pelo(s) autor(es) da obra, na forma do **subitem 2.1.1** deste Anexo, ou por seu(s) sucessor(es).

**2.1.2. Termos aditivos ao contrato de edição** – Na etapa de inscrição, instrumentos pelos quais se formalizam alterações no contrato original firmado, devendo constar as cláusulas ou itens a serem alterados, tais como mudança no objeto, alteração de prazos e demais condições originalmente pactuadas.

**2.1.2.1.** Aplicam-se aos termos aditivos ao contrato de edição todas as disposições do **subitem 2.1** deste Anexo.

**2.1.3. Contrato de cessão de direitos** – Na etapa de inscrição, caso o editor apresente contrato de edição firmado originariamente com terceiro, constituindo-se dessa forma em cessionário dos direitos de edição, deverá apresentar o contrato de cessão de direitos delimitando sua abrangência, na forma do **subitem 2.1.2** deste Anexo.

**2.1.3.1.** São requisitos obrigatórios mínimos dos contratos de cessão de direitos a serem apresentados pelos editores:

**2.1.3.1.1.** Objeto, delimitando o título da obra e seus subtítulos, a autoria e o(s) formato(s) autorizado(s) para edição, nos termos da lei;

**2.1.3.1.2.** Remuneração do autor;

**2.1.3.1.3.** Prazo de vigência;

**2.1.3.1.4.** Constar de forma explícita o caráter de exclusividade sobre a obra cedida pelo detentor de direitos patrimoniais;

**2.1.3.1.5.** Assinaturas das partes com firmas reconhecidas.

**2.1.3.1.6.** Assinatura de duas testemunhas, devidamente identificadas.

**2.1.3.2.** Os contratos de cessão de direitos deverão ter anuência do(s) autor(es) da obra ou de seu(s) sucessor(es).

**2.1.4. Declaração de Vigência** – Na segunda fase da triagem, caso de contratos de edição tenham prazo de vigência indeterminado ou não expresso, deverá ser apresentada, sob as penas da lei, declaração complementar com firma reconhecida em cartório, na qual o editor manifesta que o contrato de edição apresentado encontra-se em plena vigência. Nos casos de contratos com previsão de renovação automática, deverá constar na declaração o período renovado, conforme estabelecido no contrato.

**2.1.5. Declaração de Titularidade de Direito Patrimonial** – Na segunda fase da triagem, deverá

ser apresentada a declaração de que, sobre os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira, conforme modelo constante do **Anexo V**, o editor garante, sob as penas da lei, deter o direito patrimonial sobre os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.

**2.2.** Caso a obra se enquadre na categoria de obra coletiva, nos termos da Lei n. 9.610/98, o editor deverá apresentar, na etapa de inscrição, um dos seguintes instrumentos abaixo:

**2.2.1.** Contrato de trabalho firmado com o(s) funcionário(s) da própria empresa ou

**2.2.2.** Contrato de prestação de serviços firmado com o(s) autor(es) contratado(s) para criação da obra.

**2.2.3.** São requisitos obrigatórios mínimos aos contratos de prestação de serviços a serem apresentados pelos editores:

**2.2.3.1.** especificação da participação dos autores contratados;

**2.2.3.2.** prazo para a entrega ou realização da obra;

**2.2.3.3.** remuneração e demais condições de execução;

**2.2.3.4.** cessão dos direitos autorais da obra ao contratante.

### **3. Das disposições específicas sobre obras originariamente editadas no estrangeiro**

**3.1.** No caso de obras editadas originariamente no estrangeiro, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição da obra no Brasil, em Língua Portuguesa, mediante apresentação, na etapa de inscrição, do contrato de edição, na forma do **subitem 2.1.1** deste Anexo, ou do contrato de cessão de direitos firmado com o editor responsável pela edição da obra originária, na forma do **subitem 2.1.3.** deste Anexo.

**3.1.1.** Entende-se por obra originária a criação primígena e obra derivada a obra que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária.

**3.1.2.** Os contratos firmados em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução juramentada.

**3.2.** Para as obras escritas originariamente em língua estrangeira, os editores deverão apresentar o contrato de edição firmado com o tradutor da obra, na forma do **subitem 2.1.1.** deste Anexo.

**3.2.1.** Somente serão aceitos os contratos de edição firmados com tradutores assim reconhecidos como pessoas físicas.

### **4. Das disposições específicas sobre obras em domínio público originariamente escritas em língua estrangeira**

**4.1.** No caso de obras em domínio público originariamente escritas em língua estrangeira, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição mediante apresentação, na etapa de inscrição, do contrato de edição com o tradutor, na forma do **subitem 2.1.1** deste Anexo.

**4.2.** Além dos instrumentos contratuais mencionados no subitem anterior, os editores deverão apresentar, na segunda etapa da triagem, declaração de domínio público, conforme modelo no **Anexo VI**, garantindo, sob as penas da lei, que a obra originária encontra-se em domínio público.

### **5. Das disposições específicas sobre antologias**

**5.1.** As editoras deverão apresentar, na etapa de inscrição, os contratos de edição firmados com os organizadores de antologias, na forma do **subitem 2.1.1** deste Anexo, ou o contrato de trabalho ou prestação de serviço, na forma do **subitem 2.2.3** deste Anexo.

**5.2.** No caso de antologias compostas por textos escritos originariamente em Língua Portuguesa, nas quais um ou mais textos não estejam em domínio público, os editores deverão comprovar a

titularidade do direito de edição mediante apresentação, na etapa de inscrição, de autorização expressa ou os contratos de edição firmados com os autores dos textos e/ou seus sucessores, na forma do **subitem 2.1.1.** deste Anexo.

**5.2.1.** Para os textos que compõem a antologia e que estejam em domínio público o editor deverá apresentar, na segunda fase da triagem, a declaração de domínio público conforme modelo no **Anexo VII.**

**5.3.** No caso de antologias compostas por um ou mais textos escritos originariamente em Língua Portuguesa, nas quais a totalidade dos textos esteja em domínio público, os editores deverão apresentar, na segunda fase da triagem, declaração de domínio público, conforme modelo no **Anexo VI**, na qual indica o(s) texto(s) e sua respectiva autoria, garantindo, sob as penas da lei, que tais textos utilizados para composição da obra encontram-se em domínio público.

#### **6. Das disposições sobre adaptações de obras em domínio público escritas originariamente em Língua Portuguesa**

**6.1.** Os editores deverão apresentar, na etapa de inscrição, os contratos de edição firmados com adaptador, na forma do **subitem 2.1.1** deste Anexo, ou o contrato de trabalho ou prestação de serviço, na forma do **subitem 2.2.3** deste Anexo.

**6.2.** O editor deverá apresentar, na segunda fase da triagem, a Declaração de Domínio Público de Textos Brasileiros Adaptados conforme modelo no **Anexo VIII.**

#### **7. Dos Formulários**

**7.1.** Na segunda fase da triagem, o editor deverá apresentar o Formulário de Habilitação, conforme modelo **Anexo IX**, devidamente preenchido com os dados de acordo com o que consta na obra, nos contratos e no SIMAD.

**7.2.** Na segunda fase da triagem, o editor deverá apresentar a Ficha Cadastral, conforme modelo **Anexo X**, devidamente preenchida com os dados de acordo com o que consta no SIMAD e no SICAF.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DE LITERATURA  
PARA O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA**

**PNBE 2015**

**ANEXO III  
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1. Obras em Tinta:**

**1.1.** Na 1ª capa: o título da obra e subtítulo, quando houver, o(s) nome(s) do(s) autor(es), inclusive o do(s) tradutor(es) e o nome do editor (razão social) detentor dos direitos autorais e/ou seu nome fantasia e/ou marca/selo.

**1.2.** Na folha de rosto e/ou no seu verso: ficha catalográfica e ISBN.

**1.3.** Excepcionalmente, no caso em que o projeto gráfico original da obra não permitir, será aceita a identificação prevista no **subitem 1.2** deste anexo, na 2ª, 3ª ou 4ª capa, na falsa folha de rosto (verso) ou nas páginas finais do livro.

**1.4.** Na 3ª capa: CD ou DVD, caso a obra apresente formato em LIBRAS.

**2. Obras em LIBRAS:**

**2.1.** As obras em LIBRAS deverão ser produzidas em CD ou DVD contendo arquivos desenvolvidos com ferramenta para a exibição de conteúdo multimídia.

**2.2.** As obras deverão apresentar o texto em Língua Portuguesa escrita e janela de LIBRAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela ABNT NBR 15290.

**2.3.** O CD ou DVD em LIBRAS deverá ser acondicionado em envelope com bolsa para CD, formato fechado 125 x 125 mm, em cartão triplex 250 g/m ou em envelope em filme transparente de PVC 0,10 micra, assegurando sua integridade física até o local de destino.

**2.4.** O rótulo do CD ou DVD deverá manter identidade visual com a 1ª capa da obra em tinta e apresentar um número de Central de Atendimento ao Usuário para dúvidas e reclamações sobre as mídias.

**2.5.** A embalagem do CD ou DVD deverá manter identidade visual com a capa da obra, exceto para a embalagem em envelope em filme transparente de PVC 0,10 micra.

**2.6.** As obras em LIBRAS deverão apresentar, nos rótulos, além do selo do PNBE um selo identificador de sua natureza acessível, a ser oportunamente fornecido pelo FNDE.

**3. Obras em MecDaisy**

**3.1.** Os editores deverão converter as obras adquiridas para MecDaisy obrigatoriamente acompanhadas de tocador MecDaisy e das Orientações para Usabilidade do Livro Digital Acessível MecDaisy, **Anexo XIII**. O livro digital MecDaisy consiste em uma solução tecnológica para a geração de livros em formato digital acessível que permite a reprodução audível utilizando gravação ou síntese de fala, a navegação pelo texto, a reprodução sincronizada dos trechos selecionados, a ampliação de caracteres e a conversão para o Braille.

**3.2.** O livro digital acessível MecDaisy deverá ser apresentado em DVD, ser produzido exclusivamente para leitor MecDaisy, corresponder à obra impressa e apresentar o conteúdo na seguinte ordem:

**3.2.1.** Título do livro;

**3.2.2.** Autor(a) do livro;

**3.2.3.** Conteúdo da primeira capa:

**3.2.3.1.** Imagem da capa com, no máximo, 800 pixels de altura;

**3.2.3.2.** Descrição da imagem.

**3.2.4.** Conteúdo da quarta capa;

**3.2.4.1.** Imagem da capa com, no máximo, 800 pixels de altura;

**3.2.4.2.** Descrição da imagem.

**3.2.5.** Conteúdo das orelhas;

**3.2.6.** Conteúdo da segunda e terceira capas;

**3.2.7.** Ficha técnica;

**3.2.8.** Ficha catalográfica;

**3.2.9.** Sumário.

**3.2.9.1.** Deve conter apenas os títulos dos capítulos, seções, subseções e números das páginas, eliminando-se tracejados ou pontilhados.

**3.2.10.** A numeração de páginas da obra em formato digital acessível destinado a leitor MecDaisy deve ser igual à numeração da obra impressa e as páginas não numeradas na obra impressa devem ser registradas no formato digital acessível destinado a leitor MecDaisy.

**3.2.11.** Todas as imagens presentes na obra impressa devem estar presentes no livro digital acessível destinado a leitor MecDaisy.

**3.2.12.** As imagens devem ser devidamente descritas com marcação adequada, sem a necessidade de serem previamente anunciadas.

**3.2.13.** A legenda, fonte ou informações sobre a origem da imagem devem ser apresentadas posteriormente à descrição e à apresentação da própria imagem.

**3.2.14.** A obra gerada em formato digital acessível destinada a leitor MecDaisy deverá conter obrigatoriamente o áudio digital relativo ao texto gravado em formato MP3 (Full Daisy).

**3.2.15.** As obras geradas em formato digital acessível destinada a leitor MecDaisy devem ser compatíveis com o tocador MecDaisy, versão de referência, que pode ser obtida em <http://intervox.nce.ufrj/mecdaisy> e [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br).

**3.2.16.** A organização dos arquivos do livro digital acessível destinada a leitor MecDaisy deve ser a que segue:

**3.2.16.1.** Cada obra deve ser gravada em uma única mídia.

**3.2.16.2.** A obra completa deverá estar contida em um único arquivo (extensão OPF).

**3.2.16.3.** Os arquivos que compõem o livro digital acessível deverão estar contidos em uma única pasta, não compactada, intitulada com o mesmo nome da obra impressa.

### **3.3. Rótulo e embalagem das obras digitais MecDaisy**

**3.3.1.** Os rótulos dos DVDs deverão ter:

**3.3.1.1.** identidade visual com a 1ª capa do livro em tinta;

**3.3.1.2.** apresentar um número de Central de Atendimento ao Usuário para dúvidas e reclamações sobre as mídias.

**3.3.2.** As caixas dos DVDs deverão:

**3.3.2.1.** ser retangulares, em material plástico, medir 19 cm de comprimento x 13,5 cm de largura x 0,5 cm de altura (espessura), tipo simples, transparente, com compartimento externo para acondicionar a identificação e presilha para encaixe da mídia;

**3.3.2.2.** ter identidade visual com a 1ª e 4ª capas do livro em tinta;

**3.3.3.** As obras em MecDaisy deverão conter nos rótulos e nas caixas dos DVDs, além do selo do PNBE, um selo identificador de sua natureza acessível, a ser oportunamente fornecido pelo FNDE.

#### **3.4. Produção dos DVDs**

**3.4.1.** Os livros possuem apresentações gráficas que dificultam a geração direta para livro digital acessível destinado a leitor MecDaisy. Deste modo, para a elaboração do DVD, é necessário partir de um CD que traga os seguintes arquivos:

**3.4.1.21.** do miolo do livro em *pdf*.

**3.4.1.32.** do miolo do livro em *docx*, linearizado, em coluna única, de acordo com a organização da página. O texto linearizado deve estar todo alinhado à esquerda da página e deve trazer o número da página original também alinhado à esquerda e na parte superior. Esse texto deve apresentar consistência com o texto do livro em *pdf* e deve indicar as entradas das figuras seguidas das descrições das mesmas e créditos quando houver.

**3.4.2.** As tabelas devem aparecer no texto linearizado na posição correta e abaixo delas deve constar sua linearização correspondendo à leitura sugerida pela editora. As tabelas que não podem ser lidas deverão ser entendidas como "ilustração" e transformadas em *jpeg*.

**3.4.2.1.** das ilustrações (incluindo gráficos), que devem estar em pasta separada com todas as figuras utilizadas na obra em formato *jpeg* nomeadas com numeração subsequente, coincidentes com as apresentadas no texto linearizado.

**3.4.2.2.** da capa em *pdf* e arquivo aberto no programa em que foi concebido, com fontes e imagens e resolução mínima de 300dpi.

**3.4.3.** O CD deve abrir em microcomputador com configuração padrão de mercado.

**3.4.4.** Uma vez elaborado o arquivo em *docx*, recomenda-se que a editora efetue a leitura integral do mesmo, comparando textos, descrição de imagens e seus créditos com o arquivo em *pdf*, a fim de efetuar ajustes onde não há correspondência com o arquivo em *pdf*. O controle da qualidade efetuado pela editora nos CDs garante a qualidade do DVD e sua aderência aos requisitos solicitados em editais ou contratos. Entretanto, não prescinde a editora de efetuar também o controle da qualidade dos DVDs elaborados.

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO IV  
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO**

**INTRODUÇÃO**

As obras de literatura a serem avaliadas e distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola 2015 deverão contribuir para que a escola pública brasileira possa levar os alunos a uma leitura emancipatória, por meio do acesso a textos literários de qualidade que proporcionem experiências significativas e ofereçam estímulos para a reflexão e a participação criativa na construção de sentidos para o texto. Além disso, os textos literários deverão ser portadores de manifestações artísticas capazes de despertar nos leitores jovens não apenas a contemplação estética, mas, também, a capacidade de reflexão diante de si, do outro e do mundo que o cerca.

O que se espera dessas obras é que elas ofereçam subsídios para a formação de leitores autônomos, apreciadores das várias possibilidades de leitura que um texto literário pode oferecer. É objetivo do PNBE 2015 que os alunos possam apropriar-se de práticas de leitura e escrita de forma a interagir com a cultura letrada disseminada socialmente, promovendo o pleno exercício da cidadania.

**1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

Os acervos serão compostos por obras de diferentes tipos e gêneros literários de forma a fornecer aos leitores um panorama da literatura brasileira e estrangeira.

A qualidade do texto, a adequação dos temas aos interesses do público-alvo, a representatividade das obras e os aspectos gráficos serão considerados critérios para a seleção de uma determinada obra.

Assim sendo, a avaliação recairá sobre os seguintes aspectos:

**1.1. Qualidade do texto**

Os textos literários devem contribuir para ampliar o repertório linguístico dos leitores e, ao mesmo tempo, propiciar a fruição estética. Para tanto, serão avaliadas as qualidades textuais básicas e o trabalho estético com a linguagem. Serão objeto de avaliação a exploração de recursos expressivos e/ou outros ligados à enunciação literária; a consistência das possibilidades estruturais do gênero literário proposto; a adequação da linguagem ao público pretendido; a coerência e a consistência da narrativa; a ambientação; a caracterização das personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso das personagens a variáveis de natureza situacional e dialetal; o desenvolvimento do tema em harmonia com os recursos narrativos. No caso dos textos em verso, será observada a adequação da linguagem ao público a que se destina, tendo em vista os diferentes princípios que, historicamente, vêm orientando a produção e a recepção literária, em especial os que se referem à exploração dos aspectos melódicos, imagéticos e/ou visuais na produção poética. No caso das traduções, é importante que sejam mantidas as qualidades literárias da obra original.

No caso das histórias em quadrinhos será considerada como critério preponderante a relação entre texto e imagem e as possibilidades de leitura das narrativas visuais.

Não serão selecionadas obras que apresentem clichês ou estereótipos saturados.

**1.2. Adequação temática**

Serão selecionadas obras com temáticas diversificadas, de diferentes contextos sociais, culturais e históricos. Essas obras deverão estar adequadas à faixa etária e aos interesses dos alunos do ensino fundamental – anos finais e do ensino médio. Entre outras características, serão observadas a capacidade de motivar a leitura; a exploração artística dos temas; o potencial para propiciar uma experiência significativa de leitura – autônoma ou mediada pelo professor – e para ampliar as referências estéticas, culturais e éticas do leitor, contribuindo para a reflexão sobre a realidade, sobre si mesmo e sobre o outro.

No caso das obras em verso, essas deverão propiciar a interação lúdica na linguagem poética.

Os textos literários deverão evitar conduzir explicitamente opinião/comportamento do leitor, mas, ao contrário, deverão proporcionar um grau de abertura que convide à participação criativa na leitura, instigando o leitor a estabelecer relações com suas experiências anteriores e outros textos.

Não serão selecionadas obras que apresentem moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem. Da mesma forma, não serão selecionadas obras que apresentem didatismos, que contenham teor doutrinário, panfletário ou religioso.

### **1.3. Projeto gráfico**

O projeto gráfico-editorial deverá apresentar equilíbrio entre texto principal, ilustrações, textos complementares e as várias intervenções gráficas que conduzem o leitor para dentro e para fora do texto principal. Deverá garantir condições de legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da(s) fonte(s) utilizada(s); do espaçamento entre letras, palavras e linhas, do alinhamento do texto, qualidade do papel e impressão.

A biografia do(s) autor(es) deverá ser apresentada de forma a enriquecer o projeto gráfico-editorial e promover a contextualização do autor e da obra no universo literário. Igualmente, outras informações devem ter por objetivo a ampliação das possibilidades de leitura, em uma linguagem adequada ao público a que se destina, e com informações relevantes e consistentes. Não serão selecionadas obras que apresentem erros crassos de revisão e/ou impressão.

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO V  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE DIREITO PATRIMONIAL**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

\_\_\_\_\_ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei, que detém os direitos patrimoniais sobre todos os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira, que compõem a obra \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ edição, selecionada para o PNBE 2015.

Declara também que possui todos os instrumentos contratuais com os autores dos textos e demais coautores da obra, assumindo o compromisso de apresentar os instrumentos contratuais se solicitado pelo FNDE em qualquer fase do processo de contratação regulado pelo Edital PNBE 2015.

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do representante do editor ou seu procurador  
Nome legível e cargo  
(Firma reconhecida em cartório)

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO  
PARA OBRAS ORIGINARIAMENTE ESCRITAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

\_\_\_\_\_ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei, que a obra \_\_\_\_\_, de autoria originária de \_\_\_\_\_, selecionada para o PNBE 2015, está em domínio público, uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre ela.

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do representante do editor ou seu procurador  
Nome legível e cargo  
(Firma reconhecida em cartório)

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA TEXTOS ESCRITOS EM  
LÍNGUA PORTUGUESA INTEGRANTES DE ANTOLOGIAS**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

\_\_\_\_\_ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei, que o(s) texto(s) \_\_\_\_\_, de autoria de \_\_\_\_\_, respectivamente, utilizados para composição da obra \_\_\_\_\_, organizada por \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ edição, selecionada para o PNBE 2015, está(ão) em domínio público, uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre ele(s).

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do representante do editor ou seu procurador  
Nome legível e cargo  
(Firma reconhecida em cartório)

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO DE  
TEXTOS BRASILEIROS ADAPTADOS**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

\_\_\_\_\_ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei, que a obra \_\_\_\_\_, de autoria originária de \_\_\_\_\_, selecionada para o **PNBE 2015**, está em domínio público, uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre ela.

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Local e Data

Nome e Identidade do Declarante

(firma reconhecida em cartório)

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO IX  
MODELO DE FORMULÁRIO**

**DADOS DA EMPRESA**

1. Manter atualizado no SICAF, para fins de pesquisa a ser feita pelo FNDE, os seguintes dados:

- 1.1. Natureza jurídica;
- 1.2. Denominação (nome da empresa);
- 1.3. Do registro da empresa;
- 1.4. CNPJ (No caso de Sociedade em comandita simples, Sociedade em nome coletivo, Sociedade em comandita por ações, Sociedade limitada, Sociedade anônima, Sociedade simples/sociedade civil, Fundação de direito privado ou Empresa estrangeira);
- 1.5. CPF (no caso de empresa individual);
- 1.6. Objeto Social da empresa;
- 1.7. Prazo de validade/duração;
- 1.8. Sócios da empresa;
- 1.9. Administradores legalmente constituídos:
  - 1.9.1. Caracterização dos administradores (nome, RG e CPF);
  - 1.9.2. Administradores competentes para constituir procuradores.

**2. De acordo com o contrato social da empresa e com o registro no SICAF**, em caso de haver mais de um dirigente para assinatura do contrato com o FNDE, eles assinarão:

- ( ) em conjunto;
- ( ) isoladamente;
- ( ) não se aplica, em face de haver apenas um dirigente

**3. A empresa apresentará procurador(es) para a assinatura do contrato?**

- ( ) SIM      ( ) NÃO

3.1. Se a resposta for "sim":

3.1.1. Caracterização do(s) procurador(es) (nome, RG e CPF):

Declaro, sob as penas da lei, para fins de prova junto à Comissão Especial de Habilitação que as informações prestadas neste formulário são expressão da verdade e comprometo-me a encaminhar cópia autenticada dos documentos solicitados no edital de convocação para aquisição de obras de literatura para distribuição gratuita pelo Governo Federal, mantendo-o em boa ordem, e para solicitação a qualquer tempo de outros documentos autorais exigidos pela lei nº 9610/98 e demais legislação vigente, bem como a responder a qualquer questão que possa subsidiar a Comissão Especial de Habilitação de elementos necessários para a comprovação das informações prestadas acima.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Data:

Assinatura:

Cargo:

**DADOS DA OBRA**

**ATENÇÃO:** Para cada obra deverá ser preenchido um Formulário de Dados da Obra e os dados devem manter conformidade com os contratos de edição/cessão encaminhados.

<b>1. Título/Subtítulo:</b>
<b>2. AUTOR DO TEXTO, ADAPTADOR, TRADUTOR, ORGANIZADOR e EDITOR RESPONSÁVEL</b> (para as obras coletivas nas quais o organizador e o editor são <i>peças físicas</i> ):
<b>3. Dos formatos autorizados:</b> 3.1. Autorização para produção e venda no formato acessível em Áudio, LIBRAS, caractere ampliado com Braille no mesmo exemplar e <i>MecDaisy</i> (indicação da cláusula/artigo):
<b>4. Autorização para produção e venda nas características e tiragens necessárias ao atendimento de programas governamentais ou do mercado</b> (indicação da cláusula/artigo):
<b>5. Demonstração expressa de <u>exclusividade</u> da titularidade dos direitos autorais patrimoniais da obra</b> (indicação da cláusula/artigo):
<b>6. Remuneração do(s) autor(es)</b> (indicação da cláusula/artigo):
<b>7. Da vigência do contrato de edição ou de cessão de direitos autorais</b> 7.1. No caso de obra escrita em língua portuguesa, no que couber: a) ( ) Contrato de Edição de Direitos Autorais com o Autor, ou, no caso de obra coletiva, com o Organizador: Vigência até ____/____/____ (indicação da cláusula/artigo) b) ( ) Contrato de Cessão de Direitos Autorais com o Ilustrador: Vigência até ____/____/____ (indicação da cláusula/artigo) c) ( ) Contrato de Cessão de Direitos Autorais entre Editoras: Vigência até ____/____/____ (indicação da cláusula/artigo)  7.2. No caso de obra estrangeira traduzida, no que couber: a) ( ) Autorização para traduzir para língua portuguesa: Vigência até ____/____/____ (indicação da cláusula/artigo) ( ) Não se aplica por tratar-se de obra estrangeira em domínio público. b) ( ) Contrato de Edição/Cessão de Direitos Autorais com o Tradutor: Vigência até ____/____/____ (indicação da cláusula/artigo) c) ( ) Contrato de Edição/Cessão de Direitos Autorais com o Ilustrador: Vigência até ____/____/____ (indicação da cláusula/artigo)  Obs.: Se o prazo de vigência é indeterminado ou com previsão de renovação automática, a empresa deve enviar <i>Declaração de Vigência</i> ou <i>Declaração do Período Renovado</i> .

<b>8. RESPONDA:</b>	
<b>a) A obra é coletiva?</b>	SIM ( )                      NÃO ( )
Obs.: Se houver obra coletiva organizada por pessoa jurídica, a empresa deve encaminhar contrato de trabalho, declaração do funcionário ou contrato de prestação de serviços, observadas as exigências do edital.	
<b>b) Da obra cujo(s) autor(es) faleceu/faleceram (se houver)</b>	
b.1) O editor afirma possuir e manter em boa ordem para solicitação, a qualquer tempo, os termos de partilha da coleção inscrita?	SIM ( )                      NÃO ( )
b.2) O editor afirma preservar os direitos dos sucessores, inclusive dos interditos, conforme termo judicial de partilha?	SIM ( )                      NÃO ( )
<b>c) O editor declara, sob as penas da lei, deter o direito patrimonial sobre os textos, ilustrações, fotografias, e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra?</b>	
SIM ( )                      NÃO ( )	

Declaro, sob as penas da lei, para fins de prova junto à Comissão Especial de Habilitação que as informações prestadas neste formulário são expressão da verdade e comprometo-me a encaminhar cópia autenticada dos documentos solicitados no edital de convocação para aquisição de obras de literatura para distribuição gratuita pelo governo federal, mantendo-o em boa ordem, e para solicitação a qualquer tempo de outros documentos autorais exigidos pela lei nº 9610/98 e demais legislação vigente, bem como a responder a qualquer questão que possa subsidiar a Comissão Especial de Habilitação de elementos necessários para a comprovação das informações prestadas acima.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Data:

Assinatura:

Cargo:

## ANEXO X - FICHA CADASTRAL – PNBE 2015

1. EMPRESA			
<input type="text"/>			
2. NOME FANTASIA			
<input type="text"/>			
3. CNPJ			
<input type="text"/>			
4. ENDEREÇO			
<input type="text"/>			
5. BAIRRO			
<input type="text"/>			
6. CIDADE	7. UF	8. CEP	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
9. DDD	10. TELEFONE	11. FAX	12. E-MAIL
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
13. BANCO	14. CIDADE	15. UF	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
16. AGÊNCIA	17. CONTA CORRENTE		
<input type="text"/>	<input type="text"/>		
18. REPRESENTANTE CREDENCIADO 1 (PARA ASSINATURA DE CONTRATO)			
<input type="text"/>			
19. CARGO			
<input type="text"/>			
20. CART. DE IDENTIDADE	21. ORG. EMISSOR	22. UF	23. CPF
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
24. REPRESENTANTE CREDENCIADO 2 (PARA ASSINATURA DE CONTRATO)			
<input type="text"/>			
25. CARGO			
<input type="text"/>			
26. CART. DE IDENTIDADE	27. ORG. EMISSOR	28. UF	29. CPF
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
30. REPRESENTANTE CREDENCIADO (DE BRASÍLIA) – SE HOUVER			
<input type="text"/>			
31. CARGO			
<input type="text"/>			
32. CART. DE IDENTIDADE	33. ORG. EMISSOR	34. UF	35. CPF
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
36. DDD	37. TELEFONE	38. FAX	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO XI  
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**(MODELO A SER FIRMADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ  
n.º \_\_\_\_\_ sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob  
as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no  
processo de aquisição de obras de literatura para o **Programa Nacional Biblioteca na Escola**  
– **PNBE 2015**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome e Identidade do Declarante  
(firma reconhecida)

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015

ANEXO XII

DECLARAÇÃO EMPREGO DE MENOR

(MODELO A SER FIRMADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(local e data)

(assinatura do representante legal com firma reconhecida)

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA  
PNBE 2015**

**ANEXO XIII**

**ORIENTAÇÕES PARA USABILIDADE DO LIVRO DIDÁTICO DIGITAL ACESSÍVEL  
MECDAISY - Nota Técnica nº 58/2013/MEC/SECADI/DPEE**

O Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolveu e disponibilizou o MecDaisy, solução tecnológica que permite a produção de livros em formato digital acessível, com base no padrão Daisy.

O MecDaisy possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado. Este padrão apresenta facilidade de navegação pelo texto, permitindo a reprodução sincronizada de trechos selecionados, o recuo e o avanço de parágrafos e a busca de seções ou capítulos. Possibilita, também, anexar anotações aos arquivos do livro, bem como, leitura em caracteres ampliados. Todo o texto é indexado, facilitando, assim, a navegação por meio de índices ou buscas rápidas.

Para acessar arquivos em MecDaisy, siga as seguintes orientações:

1. **Instale em seu computador, o tocador MecDaisy, por meio do endereço:** [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)
  - Clique em Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
  - Clique Programas e Ações.
  - Clique Programa Livro Acessível.
  - Faça o download do programa.
  - Digite TAB até **Tocador Daisy**.
  - Teclle **Enter**.
  - Em seguida, abrirá uma janela de aviso de segurança, perguntando se o arquivo do programa deverá ou não ser executado.
  - Clique em **executar**.
  - A janela do Assistente de Instalação Tocador Daisy se abrirá.
  - Digite a tecla TAB até **avançar**.
  - Pronto. Está criado um ícone de atalho no Desktop. Sempre que quiser acionar o programa, basta pulsar sobre ele ou apertar a tecla enter, e o tocador abrirá automaticamente, emitindo o sinal sonoro: tocador MecDaisy.

**Acesse um livro em MecDaisy**

- Escolha um título de sua preferência.
- Descompacte os arquivos zipados e os coloque em uma pasta local.
- A partir da janela principal do tocador MecDaisy, utilize a tecla de atalho **A** para abrir o livro.
- Na janela **ABRIR ARQUIVO**, teclle seta para baixo para acessar o primeiro item da lista de diretório.
- Navegue com as setas verticais, tecla para cima ou para baixo, para escolher o diretório desejado. Utilizando a tecla TAB, localize o botão: **INDICAR NÍVEL ACIMA**.

- Tecla **ENTER** para entrar no diretório.
- Após escolher o diretório do livro, tecla **TAB** para passar para a lista de arquivos.
- Utilize setas verticais para selecionar o livro.
- Tecla **ENTER** para abrir o livro, navegue até o botão **ABRIR** e tecla **ENTER** para confirmar.

**Utilize as seguintes teclas de atalho:**

- **A** - ABRIR
- **P** - PÁGINA
- **I** - ÍNDICE DO LIVRO
- **B** - BUSCAR
- **C** - CONFIGURAÇÕES
- **M** - INSERIR MARCADOR
- **L** - LISTAR MARCADORES
- **S** - SOLETRAR TRECHO
- **T** - INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO
- **F1** - AJUDA
- **ESCAPE** - FECHAR O TOCADOR
- ← NÍVEL ANTERIOR
- ↑ RETROCEDER
- **Barra de espaço** - ativar ou pausar a leitura
- ↓ AVANÇAR
- → PRÓXIMO NÍVEL
- – DIMINUIR VOLUME
- + AUMENTAR VOLUME
- < DIMINUIR VELOCIDADE
- > AUMENTAR VELOCIDADE
- **Pg UP** - VOLTAR PÁGINA
- **Pg Don** - AVANÇAR PÁGINA

**Para soletrar palavras**

- Com o livro aberto, tecla **S** para acessar a janela **SOLETRAÇÃO**;
- Teclas horizontais, para direita e/ou para esquerda, para navegar na palavra a ser soletrada;
- CTRL + F1 ou as teclas verticais, para cima ou para baixo, para ler o conteúdo da janela;
- Setas horizontais para soletrar uma palavra de acordo com a posição do cursor;
- CTRL + seta para direita, para ler a próxima palavra;
- CTRL + seta para esquerda, para ler a palavra anterior;
- HOME ou END para ir ao início ou fim da sentença, respectivamente.

#### Para iniciar ou pausar a leitura

- Assim que abrir e carregar o livro, a leitura começará automaticamente.
- Utilize a **BARRA DE ESPAÇO**, para pausar ou reiniciar a leitura.

#### 2) Para avançar e retroceder

- Certifique-se de que há um livro carregado.
- A partir da janela principal, navegue com a tecla **TAB** até o botão **AVANÇAR**.
- Para passar para a próxima sentença, tecla **ENTER**.
- Para voltar uma sentença, tecla **TAB** até o botão **RETROCEDER** e tecla **ENTER**.

Utilize **AS SETAS VERTICAIS DO TECLADO** para navegar entre as sentenças.

#### 3) Próximo nível e nível anterior

- Certifique-se de que há um livro carregado.
- A partir da janela principal, navegue com a tecla **TAB** até o botão **PRÓXIMO NÍVEL**.
- Para passar ao próximo nível, tecla **ENTER**.
- Para voltar um nível, tecla **TAB** até o botão **NÍVEL ANTERIOR** e tecla **ENTER**.

Utilize as setas horizontais para navegar entre os níveis.

#### Explore o índice do livro

- Navegue com a tecla **TAB**, para avanço ou recuo no texto.
- Utilize a tecla de atalho **I** para acessar o índice do livro.
- Selecione o capítulo desejado para a leitura e tecla **ENTER**.
- O tocador abrirá e começará a leitura automaticamente.

#### 4) Acesse a página desejada

- Para se movimentar entre as páginas de um livro utilize a tecla de atalho **P**; Aparecerá uma caixa **PÁGINA**. Digite o número da página desejada e tecla **ENTER** para seguir ou **ESC** para cancelar.
- Utilize as teclas **PAGE UP** ou **PAGE DOWN** para se locomover entre as páginas.

#### Conheça as facilidades do buscador

- Navegue com a tecla **TAB**, para o item **BUSCADOR**.
- Utilize a tecla de atalho **B** para acessar a caixa do buscador.
- Digite a palavra desejada e tecla **ENTER** para seguir ou **ESC** para cancelar.
- Para pesquisar novas ocorrências no texto, tecla **F3**.
- Opções de pesquisa: Diferenciar maiúscula de minúscula: para fazer uma busca diferenciando letras maiúsculas de minúsculas, navegue com **TAB** até a caixa de verificação **DIFERENCIAR MAIÚSCULAS DE MINÚSCULAS** e tecla **BARRA DE ESPAÇO** para marcar ou desmarcar esta opção.
- Sentido da busca: para escolher o sentido da busca, para frente ou para trás, navegue com **TAB** até a lista **SENTIDO** e tecla **SETA PARA BAIXO** para abrir a lista. Utilize as setas verticais para escolher o sentido da busca no texto.

#### 5) Utilize o marcador

Um marcador é um comentário, inserido pelo leitor, associado a uma sentença do texto do livro.

O marcador pode ser escrito ou falado.

Para inserir um marcador, o livro deve estar aberto.

- Tecla **M** para acessar a janela **INCLUIR MARCADOR**.
- Na caixa de edição **NOME**, digite o nome do marcador.
- Tecla **TAB** para acessar a função de gravação de áudio para comentário falado.
- Tecla **ENTER** para iniciar gravação e **ENTER** novamente para interromper a gravação.
- Para concluir a gravação tecla **ENTER**, o cursor estará posicionado na caixa de edição de comentário.
- Para efetuar um comentário escrito, tecla **TAB** para acessar a caixa de edição **COMENTÁRIO ASSOCIADO AO MARCADOR**.
- Digite o texto do comentário. Para mudar de linha tecla **ENTER**.
- Navegue com **TAB** até o botão **INCLUIR**.
- Para salvar o marcador, tecla **ENTER**.

#### 6) Exiba o marcador

- Com o livro aberto, tecla **L** para acessar a janela **LISTA DE MARCADORES**.

#### Para remover um marcador

Com o livro aberto, tecla **L** para acessar a janela **LISTA DE MARCADORES**.

- Utilize as setas verticais para selecionar um marcador.
- Navegue com a tecla **TAB** até o botão **REMOVER MARCADOR**.
- Tecla **ENTER** para acionar a função remover.

#### Para exibir comentários do marcador

- Com o livro aberto, tecla **L** para acessar a janela **LISTA DE MARCADORES**.
- Utilize as setas verticais para selecionar um marcador.
- Navegue com a tecla **TAB** até o botão **COMENTÁRIO DO MARCADOR**.
- Tecla **ENTER** para exibir o comentário associado ao marcador.
- Na janela **EXIBIÇÃO DE COMENTÁRIO**, tecla **CTRL + F1** para ler o comentário. Para sair desta janela, tecla **ESC** ou navegue até o botão **CANCELAR** e tecla **ENTER**.

#### Para obter informações sobre o livro

- Com o livro aberto, a partir da janela principal, acesse o botão **INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO** ou tecla **T**.
- Na janela **INFORMAÇÕES SOBRE O LIVRO**, utilize as setas verticais para ouvir as seguintes informações: título, autor, número de páginas, quantidade de níveis, duração, entre outras.
- Para sair desta janela, tecla **ESC** ou navegue até o botão **CANCELAR** e tecla **ENTER**.

Informações complementares podem ser obtidas junto ao professor do atendimento educacional especializado – AEE ou ao profissional do Centro de Apoio Pedagógico a pessoas com deficiência visual – CAP.